



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

**7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Revisão da
Resolução 03 de 1990.**

Brasília/DF.
06 de Outubro de 2014.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

42A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Bom dia. Desculpe-me um
43pouquinho eu tive que passar no Conama para resolver uns problemas. Acabei
44atrasando. Bom dia a todos e a todas, vamos começar nossos trabalhos. Falar para
45você uma coisa antes, nós tivemos uma preocupação no Ministério do Meio
46Ambiente, quer dizer, sempre tivemos essa preocupação, o Ministério do Meio
47Ambiente é o órgão articulador do Sisnama, principalmente nesse caso, uma proposta
48de Resolução que trata de padrões, a exemplo do que nós já fizemos em qualidade da
49água, qualidade do solo e fizemos em qualidade do ar há anos atrás, nós temos uma
50preocupação de estarmos afinados com nossos pares do Sistema Nacional de Meio
51Ambiente. Nessa Resolução não é diferente. Então, queria dizer para vocês que nós
52fizemos, antes da reunião da última... Quando foi a última reunião aqui? Foi início de
53agosto, antes da Plenária, ali próximo da plenária, nós fizemos reuniões, nós
54tentamos fazer com todos, e naturalmente nem todos nós conseguimos trazer. O
55Secretário de Recursos Hídricos e Meio Urbano, a quem eu e a Letícia estamos
56subordinadas, ele fez uma série de reuniões com Secretários e representantes dos
57Secretários Estaduais de Meio Ambiente, com o intuito de oferecer essa proposta, e
58ver dos Estados quais eram os pontos convergentes e principalmente os divergentes
59em relação a isso. O que nós vimos é que uma boa parte dos Estados, isso não é o
60ponto principal da agenda, é de se esperar, aqueles Estados que detém as maiores
61aglomerações urbanas do País é que têm uma preocupação primeira com o assunto
62de qualidade do ar, aqueles Estados onde o urbano não é o problema ambiental
63principal, o problema às vezes é madeira, unidade de conservação, são outros
64problemas. Esses não têm tanta preocupação, isso é normal. Bom, o Ministério
65semana passada de novo o nosso Secretário esteve no Rio e em São Paulo para
66finalizar alguns pontos da proposta, e essas sugestões ao texto da nossa Resolução
67não puderam estar disponibilizadas aos senhores em tempo hábil. Então, qual vai ser
68a nossa estratégia hoje aqui? Eu vou pegar o texto consolidado, que o Conama fez,
69aquele que estava na tela até agora, vou pegar esse texto, esse texto nós vamos
70trabalhar nele hoje, fazer essa revisão. A nossa ideia é até amanhã finalizar essa
71Resolução, que seja totalmente fechada, totalmente acordada, isso é o melhor dos
72mundos. Se isso não for possível eu estou prevendo que possamos, já conversamos
73com o coordenador da Câmara Técnica que é o Márcio Freitas, no sentido de finalizar
74essa Resolução de hoje para manhã, nós temos até amanhã para esse prazo, e os
75pontos que porventura nós não conseguirmos acordo, nós lembrando aos senhores
76que no Grupo de Trabalho nós propriamente não votamos, mas nós tentamos chegar
77a um consenso nas propostas que vão até a Câmara Técnica, mas temos a
78possibilidade de mandar com poucos tempos de dissenso, eu diria um ou dois pontos
79de dissenso, nós podemos mandar para a discussão da Câmara Técnica. Eu vou
80começar a passar o texto, prestem atenção na nossa legenda, o verde claro,
81Ministério Público Federal; o rosa, Inea; nós estamos no mês do rosa, não é Mariana?
82Então, é bem significativo. É outubro rosa. Eu tenho que resgatar o meu, eu tenho
83aquele símbolo da campanha do câncer de mama, o lacinho, tenho que resgatar, não
84sei onde foi que eu guardei aqui, porque eu tive câncer de mama há cinco horas atrás,
85eu fiquei cinco meses sem trabalhar. Eu fiz quimio, fiz radio, passei um ano. Então, eu
86valorizo o outubro rosa talvez mais do que outras pessoas que só veem isso na
87imprensa, eu passei por isso, e só consegui me livrar desse problema porque foi uma

88coisa descoberta numa visita de rotina, foi com antecedência, vamos dizer assim. Meu
89chefe na época era o Rudolf. O Rudolf me chamou, eu trabalhei 4 meses e entrei de
90licença. Foram 4, 5 meses e eu entrei de licença, mas foram bem produtivos. Azul é a
91proposta da CNI; e a verde é da Cetesb. Nós tomamos a liberdade de... Você tem a
92nossa cópia e quando tivermos a proposição em cada artigo nós vamos como faz.
93Certo?

94

95

96**A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Bom dia a todos. Eu só queria
97complementar um pouco a Zilda esclarecendo alguns pontos a mais em relação a
98essa construção que nós procuramos fazer no período entre a reunião anterior e essa,
99nós do MMA, junto com o nosso Secretário, procuramos estabelecer uma interlocução
100ainda mais próxima com vários de vocês, de várias formas, não só em reuniões
101presenciais, não só por trocas telefônicas, mas também participando de alguns
102eventos que foram promovidos por alguns de vocês, nesse tempo, entre essas duas
103sessões, e entendemos que o nosso esforço, o nosso objetivo, foi, obviamente
104consideramos que tínhamos apenas mais uma reunião pela frente no âmbito desse
105GT, buscar identificar dadas as propostas e os dissensos que estavam à mesa, algum
106caminho, algum trilho pelo qual pudéssemos seguir para conclusão a bom termo dos
107nossos trabalhos em relação a essa Resolução. Sem prejuízo da nossa conversa de
108hoje, eu queria só sinalizar que nós entendemos que conseguimos captar de vocês,
109nós fomos muito mais para ouvir e propor alternativas e que nós conseguimos captar
110ou fizemos o nosso melhor para captar aquilo que pode ser um trilho ou um meio
111termo para essa proposta. Então, eu queria realmente pedir a vocês que olhassem
112para esses nossos aportes ao longo da nossa passada, na condução da Zilda pela
113Resolução que temos hoje na tela, que é aquela que traz, que é o repositório de tudo
114que fizemos até hoje, com esses olhos, sobretudo, pensando que é de interesse de
115todos nós termos um avanço nos padrões de qualidade do ar. Se nós não
116conseguirmos avançar hoje para um caminho de meio termo, nós vamos conseguir, a
117opção que não essa que a Zilda que está colocando é simplesmente ficarmos onde
118estamos, e acho que isso não interessa a ninguém. Então, por favor, queria conclamar
119a vocês que olhassem com esses olhos da construção possível e de qualquer coisa
120que nós proponhamos hoje é mais do que o que nós temos atualmente. Então, que
121tivéssemos o máximo de flexibilidade para alcançar esse avanço tão necessário e
122desejado por todos nós. Obrigada.

123

124

125**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Desculpe. Foi uma brincadeira, nós
126colocamos algumas metas e a meta agora é tentar concluir essa etapa. Nós temos
127também a preocupação de não deixar, nós vamos passar aí por um período de
128transição, qualquer um que seja o vencedor aí do segundo turno para Presidente, aqui
129no Ministério vão haver mudanças, no Conama vai haver mudanças porque é a fase
130de mudança de Conselheiros e já queremos deixar pelo menos isso encaminhado
131para o próximo ano, se possível votado e aprovado na última plenária, se não for
132possível pelo menos vai estar caminhado para a plenária, vai estar na pauta da
133reunião de março. Então, essa é a nossa visão. Nós estamos na fase de limpar a casa

134para deixar para o próximo Governo as coisas mais limpas. Vamos lá. Então, nós
135estamos trabalhando na revisão, mas essa dispõe... Lembrando aos senhores que
136essa revisão é uma revisão que implica na revogação da Resolução anterior, e esse
137aí vai ser o novo texto. Uma Resolução antiga e tal. Então, ela dispõe sobre os
138padrões nacionais de qualidade do ar previstos no Pronar. Considerando a 05/89 que
139instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Pronar; considerando a
140necessidade de atualização dos padrões nacionais de qualidade do ar vigentes, em
141função dos conhecimentos obtidos acerca do impacto da poluição da atmosfera sobre
142a saúde humana e; considerando, aí vem a proposta em verde que é do Ministério
143Público Federal; considerando a necessidade de atualização dos padrões de
144qualidade do ar vigentes em função dos... Eu estou entendendo que essa proposta é
145substitutiva em relação à anterior. Considerando a necessidade de atualização dos
146padrões nacionais de qualidade do ar vigentes em função dos conhecimentos obtidos
147acerca do impacto da poluição atmosférica sobre a saúde humana, aqui considerados
148os valores guias de qualidade do ar, recomendados pela Organização Mundial da
149Saúde em 2005. Aí tem outra proposta também na mesma esfera que trata de
150padrões nacionais, proposta da Cetesb, considerando os valores guias de qualidade
151do ar recomendados pela Organização Mundial da Saúde, OMS, em 2005, bem como
152seus critérios de implementação. Do Inea também, considerando como referência os
153valores guias de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde
154em 2005, bem como seus critérios de implementação. A CNI encaminhou alguma
155proposta ou não? Está na outra página? Considerando que a adoção de padrões
156nacionais de qualidade do ar é parte estratégica do Pronar, como ação complementar
157e referencial às práticas de controle fixadas pelos demais instrumentos estabelecidos.
158O outro é artigo, aí não vou ler agora.

159

160

161**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Zilda, nós
162sabemos que no Grupo de Trabalho, nós trabalhamos para obter um consenso para
163mandar um texto para a Câmara Técnica, nós temos uma preocupação exatamente
164de tentar obter o consenso nos pontos chaves da discussão da Resolução, são os
165pontos conceituais, a pergunta que eu faria, na verdade eu consultaria a coordenação
166do Grupo de Trabalho se nós deveríamos passar ponto a ponto em cada dispositivo
167mencionado no texto, ou discutiríamos esses pontos centrais e a partir daí nós
168faríamos, digamos assim, o ajuste nos diversos pontos. É uma pergunta que eu
169encaminharia a você, o que você considera como o mais correto neste caso, porque
170nós temos questões conceituais centrais que são as divergências das diversas
171propostas. Então, é apenas uma consulta.

172

173

174**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Wanderley, eu tinha pensado em
175fazer ponto a ponto, essa Resolução não é uma Resolução muito grande, nós
176chegamos rapidamente aos pontos centrais. Eu vou pular o art. 2º que trata das
177definições, porque normalmente é um artigo que eu gosto de ver no final. Aí no final
178nós fazemos uma leitura para ver qual é. Mas eu achava que seria melhor nós
179passarmos mais ponto a ponto. Nós vamos aquecendo, vamos limpando e aquecendo

180a discussão dos pontos focais. Eu concordo contigo, mas eu acho que se chegarmos
181nesses pontos agora, é bom que façamos essa revisão para ver... O texto estava
182acessível para todos, eu acho melhor dessa forma. Combinado? Nós vemos, se
183acharmos que isso está se remetendo ao ponto chave da Resolução, nós pulamos
184para lá, mas acho melhor darmos uma aquecida. Então, todo mundo fez uma proposta
185inserindo os padrões nacionais de qualidade de ar.

186

187

188**O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – Talvez o que ele levantou aqui nós podemos considerar
189no desenvolvimento, eu também concordo com você, é uma Resolução pequena, dá
190para chegar, mas vão ter artigos aqui que sem você discutir o que está na frente, você
191pode até aceitar o artigo anterior, mas discutir o que está lá na frente. Talvez nesse
192momento possamos fazer essa inversão, porque senão eu vou ficar sem fechar aqui
193porque eu não sei como fechei o subsequente, pela própria questão do entendimento
194da matéria. É que eu acho que talvez nós tenhamos que fazer isso não longo do
195trabalho.

196

197

198**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Vamos dar essa aquecida pela
199manhã, e vemos como encaminhamos isso a tarde. Eu tenho...

200

201

202**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama/MMA)** – Só para alertar que a
203Mônica do Ministério da Saúde me lembrou bem aqui um equívoco, o Ministério da
204Saúde possui também algumas propostas no texto, só não estão citados no início, nas
205legendas iniciais, mas também há propostas do Ministério da Saúde contempladas no
206texto. E aí eu peço até o pessoal Ministério da Saúde, a Mônica e o Fábio, que caso
207tenham algumas propostas que não esteja contemplada, manifestem que colocamos.
208Obrigado.

209

210

211**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mônica, você pode colocar à medida
212que isso for acontecendo, sem problema algum. Eu tenho basicamente nessas
213propostas que foram apresentadas, o que difere de uma outra é a recomendação de
214inserção de valores guias da qualidade do ar. O resto é só redação. Eu pergunto se
215alguém tem alguma coisa contra a inserção da citação, valores guia de qualidade do
216ar recomendados pela Organização Mundial da Saúde em 2005. Que aí já limpamos o
217texto e retiramos até a proposta original, que ela não falava nisso. Alguém tem alguma
218coisa contra se colocar nos considerandos essa referência? Lembrando que os
219considerandos são aqueles momentos que nós temos de introduzir o assunto, e de
220colocar focos que sejam mandatórios ou não eles enquadrem o objetivo pelo qual nós
221queremos revisar essa Resolução. Eu já penso que como nós já estamos revisando
222os padrões de qualidade do ar, eu acho que poderíamos mudar essa palavra que está
223na versão original e está algumas propostas, considerando a necessidade de
224atualização ou de revisão dos padrões. A Resolução quando for publicada ela já vai
225contemplar isso. Então, eu acho que poderíamos tirar a necessidade de atualização,

226nós já estamos atualizando os valores. Eu acho que poderíamos tirar para deixar o
227texto mais didático. Aí a proposta, aí entraria direto aos valores da qualidade do ar,
228aos valores guias de qualidade do ar recomendados pelas OMS, isso aí fez parte da
229justificativa da mudança da Resolução. Então, eu acho que hoje não tem mais
230necessidade. Nesse sentido, a proposta da Cetesb, do Inea e CNI, elas são mais
231objetivas, aí não quer dizer que eu tenha descartado do Ministério Público Federal.
232Mas aí é só para retirar aquele início, que aí ver se o texto está confortável para todos.
233A da CNI não fala na OMS. Então, eu acho que é interessante nós colocarmos nos
234considerandos os valores da OMS. Eu particularmente, o Ministério do Meio Ambiente
235também acha. Então, eu acho que poderíamos trabalhar com o texto... Da Cetesb e
236do Inea estão mais ou menos parecidos com a do Ministério Público Federal. Eu gosto
237de texto mais limpo.

238

239

240**O SR. VICENTE SMALL (Petrobrás)** – Eu tenho uma sugestão, eu acho que é muito
241apropriada essa colocação. Está muito apropriada essa referência logo de início aos
242valores guia. Aí a referência no texto do Ministério Público, considerando aqui os
243valores como valores guia de qualidade do ar. Na verdade os valores guias da OMS,
244são valores guia. Eu acho que no início tem que deixar muito marcado esse espírito
245que a própria OMS considera, de certa forma, nós defendemos esse no conceito do
246texto, que os valores da OMS são valores guia. Aqui considerados os valores guias,
247valores guia, a expressão valores guia e valores como guia é um pouco diferente.
248Sugestão.

249

250

251**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – É só para lembrar, na verdade, a OMS, os
252valores guias dela são aqueles que consideramos como padrão final, ou seja, aqueles
253outros intermediários são sugestão da OMS. Então, não podemos fazer a confusão,
254porque senão adotamos aqueles valores intermediários que eles sugerem. Então, não
255estamos adotando os valores guias. Não. Nós estamos adotando os valores guias que
256são aqueles finais. Então, eu entendo que a redação do jeito que está, considerando
257os valores guias, já está considerando que é aqueles sinais em função da OMS, o
258padrão final.

259

260

261**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Deixa-me fazer um retrospecto e aí
262eu pergunto ao representante do Ministério Público Federal, o valor guia que é o valor
263final ele já consta na nossa tabela. Então assim, a menção de aqui considerados com
264como valor guia, ela já consta no texto como o padrão final que tem na tabela. No
265caso o considerando não é um artigo mandatário do texto, ele é só uma introdução do
266texto. Então, eu acho que não seria oportuno, em termos de redação, não estou
267falando em termos de conteúdo, nós colocarmos uma situação, aqui considerados
268como valor guia. Até porque no texto nós não falamos em valor guia, quem fala valor
269guia é só a OMS, nós falamos em padrão. Se eu colocar aqui considerados como
270valores guia, eu já estou inserindo ele na tabela como padrão final, e não seria no
271considerando que eu consideraria ele um padrão final de qualidade do ar. É no próprio

272 texto. É só uma questão, é uma questão de conteúdo nesse aspecto, é uma questão
273 da redação. Isso está dando um comando mandatório ao texto da Resolução, esse
274 comando mandatório teria que ter dado por meio de um artigo, não por meio de um
275 considerando. É só essa...

276

277

278 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Eu acho que quando se coloca da forma como está,
279 apenas é uma referência a que nos baseamos como referência para a construção do
280 documento. Nós não estamos dizendo considerando como os valores guias, mas
281 estamos dizendo que é considerando os valores guias da qualidade do ar. Apenas
282 para citar como uma referência que foi seguido o documento; não necessariamente
283 envolve o conceito de padrão intermediário, padrão final como nós explicamos no
284 documento que está bem explicado depois. Eu acho que é importante fazer essa
285 referência como já foi proposto por vários de nós aqui.

286

287

288 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É porque na hora que você coloca
289 aqui você propõe, aqui considerados como valores guias, eu não tenho referência ao
290 texto legal de valores guias. Eu transcrevo os valores guias para o meu padrão final
291 de qualidade do ar. É só essa diferença, não é uma diferença do conteúdo, é uma
292 diferença em relação ao texto. O que eu estou escrevendo no considerando ele não
293 está refletido no texto, no texto eu não chamo o padrão final de valor guia, é só isso,
294 eu uso o valor guia e coloco o nome dele de padrão final de qualidade do ar. É só isso
295 que eu não acho coerente com o texto, se fosse aqui considerados valores guias, eu
296 teria que ter um comando de um artigo dizendo o padrão final é adotado a partir do
297 valor guia de qualidade do ar recomendando pela OMS e tal. É só uma questão formal
298 não é uma questão de conteúdo, tanto não estamos discordando disso que isso já
299 está lá na tabela, mas é só uma questão... No momento em que eu digo aqui
300 considerados valores guias, eu não cito no texto o padrão final como um valor guia, eu
301 cito como padrão final. É só essa consideração que me parece que foi o que a CNI,
302 levantou, que o Jesuíno defendeu é que é só o aqui considerados valores guia. Eu
303 estou considerando de acordo com a proposta da Cetesb e do Inea, os valores guias
304 de qualidade do ar recomendados pela organização. Então, eu estou considerando
305 nessa minha revisão do texto, que hoje existem valores guias e que eles são valores
306 levados em consideração. Eu posso colocar uma nota de rodapé na tabela colocando
307 padrão final como valor... Esse padrão corresponde ao valor guia da OMS, documento
308 de 2005, posso fazer isso também. Eu acho que daí te atende muito mais
309 objetivamente do que essa redação dos considerandos. Pode ser? E aí nós ficamos
310 com a proposta ou da Cetesb ou do Inea, faz um mix avaliando o que a CNI também
311 propôs. Cetesb, Inea e CNI. A CNI coloca algo a mais que é os padrões como parte
312 estratégica do Pronar, eu acho que isso daí poderia ser uma outra diferente. Eu acho
313 que poderia ser outro considerando diferente do anterior. Nós deixaríamos. A do Inea
314 é um pouco mais forte do que da Cetesb, ela coloca considerando como referência os
315 valores guias de qualidade do ar, recomendados pela Organização Mundial da Saúde.
316 Bem, como seus critérios de implementação. Eu acho que ela deixa um pouco mais

317claro o que nós fizemos aqui, deixando como referência, não sei se o proponente
318Cetesb concordaria com a proposta do Inea.

319

320

321**A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Nós só achamos que constando como referência,
322na verdade não é referência, com vistas que os padrões finais já são os valores guias,
323não é uma referência, são os próprios, na verdade, e seguindo os critérios de
324implementação da ONU. Por isso que nós fizemos uma proposta sem esse
325considerando como referência, porque na verdade os próprios padrões finais já são os
326valores guia.

327

328

329**A SR^a. MARIANA (Inea)** – Na prática, eu acho que dá quase no mesmo, mas a ideia
330de seguir como referência estava muito mais voltado pelo fato de que a OMS não
331oferece padrões, oferece valores, recomendações. Então, na verdade, é isso que
332fizemos aqui, pegamos um documento que tem uma fundamentação, tem toda uma
333proposta e usamos como referência, mas na prática não muda nada, ainda mais que é
334considerando. Então, para o Rio de Janeiro pode fechar.

335

336

337**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Maria Helena, eu entendi que o
338corpo referência é só para dizer que usamos esse valor para incorporar, não que
339usamos parcialmente ele, mas nós usamos para incorporar porque considerando os
340valores guias recomendados bem como seus critérios de implementação, talvez fique
341um pouco mais solto só, mas eu tomei como referência os valores guias e transformei-
342os em padrão. Então, eu acho que no fim é a mesma coisa, é só uma questão de
343redação propriamente dita. Em termos de redação, eu acho que a proposta em rosa, a
344proposta do Inea um pouco mais clara, em termos redacionais, porque ela coloca
345como referência, como eu não valor guia aqui, eu tenho padrão, eu adotei o valor guia
346como padrão. Só isso. Podemos ficar com a proposta em rosa? Então, pode taxar em
347verde, por favor. Proposta CNI é uma proposta de um outro considerando. Então,
348considerando que a doação dos padrões nacionais de qualidades do ar é parte
349estratégica do Pronar, alguém tem alguma coisa contra essa proposta? Podemos
350colocar mais um considerando?

351

352

353**A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Eu não sei se vale a pena ficarmos fazendo
354referência ao Pronar, visto que depois a ideia é modificarmos o Pronar. E na verdade
355nós já definimos mais abaixo o que é o padrão, nós temos outros artigos que nós já
356estabelecemos qual é o conceito de padrão. Eu não sei se vale a pena ter nesse
357considerando.

358

359

360**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Maria Helena, eu queria uma das
361coisas que o Ministério do Meio Ambiente vai propor dentro do texto, eu vou adiantar
362um pouco as nossas sugestões, é que essa Resolução estipule um prazo para o

363Ministério apresentar a revisão do Pronar. Aí eu acho que essa emenda seria muito
364bem vinda, ela seria muito bem vinda, o artigo que vamos propor um prazo de 18
365meses para que o Ministério apresente uma proposta de revisão do Pronar, a partir da
366publicação dessa Resolução. É uma proposta.

367

368

369**A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Só uma retificação. Nós estamos
370propondo um prazo de 12 meses para que o MMA apresente uma proposta de revisão
371do Pronar, e aproveitando que eu estou com a palavra eu queria concordar com a
372Zilda, na nossa perspectiva esse considerando, ele está amparado, ele ampara essa
373prerrogativa que nós estamos auto atribuindo no texto como artigo mandatário,
374aplicativo. Então, eu acho que esse considerando compõe um quadro, ele dá um
375referencial de onde esse padrão está inserindo, depois lá dentro do texto existe um
376comando a um órgão para estabelecer uma revisão do Pronar. Então, eu considero
377que ele compõe um quadro importante na racionalidade da proposta. Eu realmente
378gostaria que ficasse na nossa perspectiva o considerando.

379

380

381**O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – Eu queria só registrar, nós consideramos importante
382também a adesão desse considerando, nós não vemos que ele venha a atrapalhar em
383nada, muito pelo contrário, ele vem somar, até porque nós entenderíamos que o
384melhor teria sido ter discutido o Pronar antes porque ele trata da política como um
385todo. Então, já que por força maior, por necessidade acabamos tratando primeiro de
386um dos instrumentos, fazer uma citação eu acho interessante, até porque nós
387defendemos uma imediata revisão da Conama 05 e também dizer que a proposta de
388São Paulo para nós, para o texto anterior, para nós cabe perfeitamente, não tem
389problema nenhum, questão de colocar como referência ou não. Nós colocamos só por
390questão de clareza no nosso entendimento, mas não tem problema nenhum fechar
391com São Paulo. Pode fechar com São Paulo e somos favoráveis à adesão desse
392considerando.

393

394

395**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Com a proposta do Carlos vocês
396gostariam de voltar ao considerando inicial, porque foi eu que defendi só em termos
397redacionais.

398

399

400**A SRª. MARIA HELENA (Cetesb)** – Nós a princípio pensamos dessa forma, mas isso
401não muda em nada a prática. Eu queria fazer uma defesa a esse considerando da
402CNI, porque eu considero bastante importante que nós aqui já começemos a tratar os
403padrões de qualidade do ar como um instrumento diferente dos demais controles, ele
404é um instrumento de gestão e aqui nós já definimos isso, o norteador referencial aos
405demais instrumentos do Pronar que são de controle efetivamente. Então, ele já sobe a
406um patamar de gestão que para nós é extremamente importante até para nortear a
407revisão do Pronar.

408

409

410 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A Cetesb pode aceitar a proposta
411 desse considerando? Então, nós deixamos o considerando da CNI.

412

413

414 **O SR. ALEXANDER (Iemas/ES)** – Só reiterando essa preocupação do link da atual
415 revisão com o Pronar, esse considerando em si eu não vejo problema, mas são feitas
416 algumas menções a posterior que talvez sejam alteradas quando da revisão do
417 Pronar. Então, fica a preocupação de que façamos muitas menções e linquemos a
418 atual revisão dessa Resolução ao Pronar, e quando o Pronar for alterado, não sei
419 quando aqui estarão presentes nesse fórum da revisão do Pronar, sejam inseridos
420 alguns instrumentos não previstos na Resolução 05/1989, extintos os outros
421 instrumentos e nós temos que voltar e revisar e voltar essa Resolução novamente.
422 Então, no sentido de engessar o Pronar não nesse considerando em si, mas em
423 outras referências posteriores ao Pronar. E só reiterando um ponto que foi passado
424 também que foi discutido na reunião anterior, a questão de se fazer menção à revisão
425 de 2005, das diretrizes da OMS, não vejo problema até porque estamos lidando com
426 uma abordagem que é baseada no conhecimento científico, mas lembrando que a
427 OMS pode revisar as diretrizes dela a qualquer tempo e isso provocaria revisão
428 também dessa Resolução a qualquer tempo que é o caminho natural, por isso eu não
429 vejo problemas de deixar explicitamente a Resolução de 2005 no nosso instrumento.
430 Obrigado.

431

432

433 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Olha, gente, eu acho que é muito
434 bom o seu comentário a respeito da revisão do Pronar, mas nós tomamos uma
435 decisão lá atrás, Ministério do Meio Ambiente em relação à revisão. Nós poderíamos
436 ter tomado a decisão de propor, dizer qualquer Conselheiro poderia ter feito isso, mas
437 o Ministério propôs primeiro a revisão dessa Resolução para depois... Tem algumas
438 outras Resoluções como tratamento térmico de resíduos, a de co-processamento que
439 estão diretamente vinculados aos padrões. Nós tivemos essa preocupação primeiro, e
440 nós ao longo dessas discussões paramos para pensar se teria ter sido melhor ter
441 visado o programa primeiro. Mas eu acho o que nosso debate aqui foi muito oportuno.
442 Quanto a sua preocupação em relação a etapas aqui jogadas para revisão do Pronar,
443 isso vai fazer parte, eu acho que depois que nós vamos poder fazer um relatório,
444 quando terminarmos esse grupo, nós nos dispomos a fazer um relatório e nos
445 dispomos, Ministério do Meio Ambiente ajuda o Conama nisso, a Diretoria de
446 Qualidade do Ar, a colocar aqueles pontos que são importantes para serem
447 contemplados, os pressupostos que nós colocamos aqui e que nós gostaríamos de
448 ver atendidos na revisão do Pronar. Eu acho que seus fica da nossa tarefa de revisar
449 e propor essa revisão ao Conselho, eu acho que não tem problema nenhum. Mesmo
450 que não estejamos nós aqui ficamos um documento registrado, referenciado para que
451 possamos usá-lo na revisão do Pronar. Eu acho que isso aí nós podemos garantir,
452 com isso nós não perdemos, se não estivermos mais eu aqui, Letícia, vocês também
453 tenham mudado, um de nós vai estar aqui e essa referência continua no site do
454 Conama, no relatório final desse Grupo de Trabalho. E até a plenária eu tenho

455 condições de defender isso, e colocar essa importância para nós perseguimos. Certo?
456 Então, eu estou entendendo que todo mundo concorda, fica a proposta da CNI como
457 uma proposta última. Eu só colocaria depois da do Inea que foi aprovado, nós
458 colocamos um e. E aí após da CNI nós colocamos dois pontos. Aí em rosa coloca um
459 e, e aí resolve, dois pontos. E tira o ponto e vírgula, depois do resolve? São dois
460 pontos ou não coloca nada? Depois vemos. Pelo menos coloca o resolve ali.
461 Wanderley, para eu entender, essa proposta de artigo ela é uma substituição ao art.
462 1º?

463

464

465 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não. É um artigo adicional. Por
466 que nós propusemos? É bom que já coloca de vez. Seria o art. 1º, porque Zilda, nós
467 sabemos bem, você está há muito tempo aqui e eu também, que um art. 1º tem que
468 dizer exatamente qual o objetivo principal dessa Resolução e não trazer uma
469 definição. Então, eu achei mais prudente colocar um art. 1º que define exatamente o
470 que é a Resolução. Já que depois aí sim nós temos a emenda modificativa em relação
471 à questão da definição, mas isso nós debateríamos depois. A ideia inicial é art. 1º de
472 que trata essa Resolução, é o objetivo principal dela. Foi por isso que nós
473 propusemos uma emenda aditiva para refletir isso, porque nós sabemos que o normal
474 nessas Resoluções do Conama é um art. 1º vir o objetivo principal.

475

476

477 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Por coincidência é a nós também, a nossa
478 sugestão é que isso aí seria o art. 1º, a única coisa e nós achamos que não há
479 necessidade de previsto no programa Pronar, está dando muita ênfase a uma coisa,
480 mas já direto, quer dizer, em linha com o desenvolvimento sustentável e tal. Já...

481

482

483 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu estou entendendo que se
484 chegarmos a um consenso em relação à proposta. Me parece muito lógica a proposta
485 da CNI, e muita oportuna, eu concordo também com o que o Jesuíno colocou sobre a
486 citação do Pronar. Mas aí colocaríamos o art. 1º anterior como um... Não. Eu acho
487 que ele seria parte do art. 2º que é o que trata das definições. Eu acho que ele seria
488 parte do art. 2º, porque ele é uma definição, e normalmente as definições nós
489 colocamos direto. Nós tínhamos uma outra versão às definições.

490

491

492 **A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Desculpa. Eu me perdi um pouco, se
493 puder só orientar aqui, nós estamos... Essa emenda aditiva dois é uma emenda aos
494 considerando ou uma emenda ao art. 1º?

495

496

497 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Emenda ao art. 1º, foi isso que nós
498 discutimos.

499

500

501 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Bom dia a todos. Eu não sei, se
502 proposta é que o no art. 1º se defina de forma clara, que se proponha a Resolução, eu
503 estou entendendo que a parte final do texto oferece uma franja de... Uma
504 sobreposição com o próprio Pronar quando fala capacidade nacional de
505 gerenciamento e implementação das ações de controle. Essa Resolução não trata
506 disso. Então, ao colocar isso no art. 1º, que como o Wanderley ressaltou, ele se
507 propõe a definir o objetivo dessa Resolução, vai oferecer uma dúvida no entendimento
508 disso, e coloca indevidamente essa franja com a outra Resolução que trata do Pronar.
509

510

511 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Só para... Eu acho que só reforçando,
512 realmente tem que ser com o art. 1º, como disse, que ele dá o caráter para que é essa
513 Resolução. Agora, com relação a esse levantamento que foi feito pelo Manara aí, eu
514 não sei por que, qual é a preocupação, porque não tem nada aqui que vai contra o
515 que nós discutimos aqui ou que nós pensamos.

516

517

518 **A SRª. MARIANA (Inea)** – Penso eu que temos que ponderar os riscos, o
519 gerenciamento das ações de controle porque quem considera o risco direto do
520 poluente com a saúde é a OMS, aqui não, o padrão tem que considerar viabilidade
521 econômica, controle todas as outras, sociais, econômicas, tem que ponderar tudo isso
522 na hora de estabelecer os números, estabelecer políticas. Então, eu acho até
523 importante que essa definição venha aqui, nós estamos considerando como referência
524 os valores da OMS, mas temos que lembrar que isso aqui é padrão, é valor e limite
525 legal.

526

527

528 **A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Na verdade, a citação aí no final dessa
529 emenda, na verdade, foi uma preocupação de ao que vem depois, diferentemente da
530 Resolução 3 nós estamos implementando um padrão de forma escalonada e esse
531 escalonamento ele tem um por que, exatamente pela capacidade de gerenciamento e
532 tudo isso. Na verdade faz uma franja com o Pronar, eu acho que ela liga o
533 considerando que ele é parte do Pronar e ele tem que ao estabelecer de forma
534 escalonada, eu tenho que considerar tudo isso. Foi nesse sentido.

535

536

537 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Cristina, eu só não concordo com
538 uma coisa, que os padrões de qualidade do ar, nós estamos revisando, nessa
539 Resolução que ele vai ser abordado também no Pronar, mas ele vai fazer parte é
540 dessa Resolução, eles não são previstos no Pronar, essa palavra não está bem
541 ajustada, ele está previsto nessa Resolução, não no Pronar propriamente dito. E outra
542 coisa, talvez pelo que todos falaram aqui, talvez inserir algo mais em relação a padrão
543 de qualidade do ar, propriamente dito, aí o enfoque está sendo dado um pouco mais
544 em ponderando os riscos à saúde, e a capacidade nacional de gerenciamento e
545 implementação das ações de controle. Nós precisaríamos melhorar essa parte final da
546 proposta de vocês, dar uma adequada aí do texto. Mas de qualquer jeito os padrões

547de qualidade do ar, eles não estão previstos no Pronar, eles estão previstos nessa
548Resolução que estamos propondo.

549

550

551**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Eu não quis dizer que ele está previsto no
552Pronar, mas no considerando que fizemos acima onde ele coloca que o padrão é
553parte estratégica, nós já destacamos, como a Mariana, lembrou, que o padrão em
554relação aos outros instrumentos ele torna uma coisa. E aí quando fizemos o objeto,
555porque aqui nós estamos definindo o objeto da Resolução, e é importante que seja
556claro que a forma como está sendo implementado está levando tudo isso em conta,
557nós estamos dando um avanço em relação a três de pensar num padrão muito
558audacioso lá na frente e escalonando isso. Então, isso é para dá uma sustentação à
559norma na leitura dela.

560

561

562**A SRª. MARIANA (Inea)** – Uma sugestão é nós buscarmos no próprio texto da OMS,
563porque ela diz lá que isso aqui não é padrão, isso aqui é valor guia, para você
564considerar padrão você tem que ponderar a viabilidade econômica, gestão. Ele traz lá
565uma série de fatores que podem ser ponderado e nós podemos usar a redação da
566OMS para isso, quando ele recomenda que aquilo ali sejam diretrizes e o que deve
567ser considerado no estabelecimento dos padrões. Só trazer o texto.

568

569

570**O SR. EDUARDO TOPÁZIO (Inema/BA)** – A minha pergunta é a seguinte: o que
571entende como capacidade nacional de gerenciamento? Para mim isso é um fator
572muito vago, e se entrar isso numa Resolução sobre a capacidade nacional de
573gerenciamento eu concordo com o que foi colocado anteriormente, que eu acho que é
574devagar um pouco sobre o que se pensa esse artigo. Eu concordo com a ideia de se
575colocar esse artigo, só acho que é uma função... Entrar com a questão do
576gerenciamento que tem a ver primeiro com distinção de lugar para lugar e tem a ver
577com questões que é muito mais conjuntural, eu não acho que isso seja uma
578expressão própria para estar em uma Resolução. Então, eu queria entender melhor
579por que se pensou em colocar capacidade nacional de gerenciamento.

580

581

582**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Achei ótima sua pergunta por que foi onde...
583Quando começamos a ler essa resolução, sem querer inverter a ordem aqui Zilda,
584mas quando chegamos lá nos artigos que vêm depois, inclusive com propostas agora
585de programas, prazos para programas estaduais, que estão vindo e tudo isso, tudo
586isso é a capacidade que nós vamos ter, até os prazos que vão ser definidos nessa
587proposta eles vão estar em função da capacidade nacional de gerenciamento. Não
588estou dizendo aqui que o texto é esse, estamos abertos a melhorias, mas achamos
589importante que no objeto dessa Resolução isso seja lembrado, porque os artigos que
590virão depois têm que ser sustentados por essa visão, de que não dá para fazer isso
591num pulo só, não dá para considerar prazos, não dá para considerar as distinções

592entre os Estados, não sei se conseguimos expressar, mas achamos que no objeto da
593Resolução isso é importante constar.

594

595

596**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Deixa-me fazer um comentário antes
597de passar para a Evangelina. Nós temos que ter o cuidado, principalmente quando
598tratamos do art. 1º, o art. 1º, e a proposta de vocês é muito boa nesse sentido porque
599ela dá mais clareza ao texto, isso aí é o pressuposto. Agora, no momento em que eu
600falo, eu entendo o que você explicou que seria essa capacidade nacional, só que eu
601não vejo esse discurso claramente refletido no texto, e aí eu não posso deixar um
602artigo, e também não sei se seria o objeto, eu estou detalhando isso de maneira
603escalonada dentro do texto, que vai ter capacitações, que as metas vão ser atingidas,
604que eu vou ter que ter estudos, que eu não vou chegar naquela meta final para daqui
605a três anos a meta final é adotada por todo mundo. Por isso que nós estamos
606construindo o texto, mas a partir do momento em que você coloca capacidade
607nacional de gerenciamento, ela é um pouco maior de que esse escalonamento. E eu
608não estou tratando propriamente de capacitação dentro dessa Resolução, eu estou
609partindo do pressuposto de a 6938 traz obrigações para o Ministério do Meio
610Ambiente, para o Conama, para os órgãos do Sisnama, e esses órgãos do Sisnama
611têm que adotar aquilo que a Resolução pressupõe. Eu posso ter uma ação de
612capacitação aí no meio, eu posso ter ações de articulação com os Sisnama para se
613montar o Programa Nacional de Qualidade do ar e a implementação dos padrões que
614são objetos dessa Resolução, mas eu acho que capacidade nacional de
615gerenciamento, ela vai ser tocada, ela vai ser abordada na implementação dessa
616Resolução, e na outra que vai revisar o Pronar. Eu não se valeria a pena nós
617colocarmos. Eu acho que essa capacidade nacional de gerenciamento ela é um pouco
618mais ampla do que o texto dessa Resolução, nós deveríamos mudar esse palavreado
619por alguma outra coisa que dissesse o que essa Resolução está propondo.

620

621

622**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Bom, eu gostaria de dizer que nós não concordamos
623com esse texto porque quando você coloca nesse artigo a capacidade de
624gerenciamento e implementação de ações de controle, estão aqui se colocando,
625restringindo a determinação do padrão da qualidade do ar do ponto de vista de saúde,
626e colocando a possibilidade de restrições de atingir esse padrão devido, ou a
627capacidade de gerenciamento e implementação de ações de controle. É o contrário,
628você determina o padrão pelos riscos saúde, tanto é que está baseado na referência
629da OMS, e dessa forma, a partir do padrão, por isso que existe a Resolução, deve-se
630adequar as ações de gerenciamento e implementação de ações de controle, e não
631que esses itens sejam determinantes para se a atingir o padrão nacional. Por isso que
632existe essa Resolução. A Resolução existe para que se determine os padrões como
633referência e que a partir daí tenha que se atingir o padrão. De que forma? Aí as
634formas, uma série de questões entra em discussão, inclusive da possibilidade dos
635Estados implementarem uma gestão e etc., para isso. E também o prazo que é
636justamente, vamos dizer assim, o ponto nevrálgico da discussão, eu acho que é o
637ponto maior de discussão e de embate é justamente por conta disso. E se colocar

638isso, a capacidade de gerenciamento e implementação de ações de controle, aí sim
639que se abre realmente a disposição para que se determine os padrões, conforme uma
640avaliação do controle, etc., como tem, com os Estados, ou a Cetesb, por exemplo,
641está propondo. Então, a minha sugestão é que não tenha essas duas definições
642nessa Resolução. Pode até ter no Pronar, enfim, mas para determinação do padrão
643não.

644

645

646**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Evangelina, deixa-me entender um
647pouco melhor, você está propondo que tire depois do Pronar, que corte até o final?

648

649

650**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Não. Aí no caso termina considerando da saúde.
651Ponto.

652

653

654**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu particularmente acho que
655deveríamos acrescentar alguma coisa porque não cabe ao Conama definir algo que
656seja só relacionado à saúde, normalmente em Resoluções do Conama, quando eu
657cito riscos à saúde, eu coloco saúde e meio ambiente, porque a Resolução é para
658definir padrão ambiental, não é padrão de saúde.

659

660

661**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Na verdade, o desenvolvimento sustentável engloba
662as duas coisas, meio ambiente e saúde, mas como já dito anteriormente e escrito, que
663é baseado em valores guias da OMS porque o padrão vem justamente, a maior
664questão de saúde, é a defesa da saúde pública.

665

666

667**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu entendo, mas para efeito de
668Conama eu tenho sempre que citar, não posso só citar risco à saúde, o risco à saúde
669quem define é o Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde. Eu tenho que
670ficar atento às competências do Conama. É só uma ponderação, e o desenvolvimento
671sustentável ele abrange os dois, só se deixarmos até em linha com o desenvolvimento
672sustentável. E coloca um ponto depois disso.

673

674

675**A SR^a. MARIANA (Inea)** – Eu vou ler um parágrafo do documento da OMS, só para
676termos na cabeça o que é, talvez não seja gerenciamento e implantação das ações,
677mas podemos pensar um pouquinho com a redação dele, ele diz assim: que a OMS
678ênfatiza que cada País deve estabelecer seus próprios padrões de qualidade do ar,
679em função das especificidades onde os Governos ao formular políticas públicas
680devem considerar suas próprias circunstâncias, ao invés de empregar diretamente os
681valores guias como padrões e variações podem ocorrer em função do nível de
682desenvolvimento de cada País. Aí vai lá, dos riscos existentes à saúde, da viabilidade
683tecnológica, das considerações econômicas e de outros fatores sociais e econômicos.

684Eu acho que é isso que precisamos complementar nesse parágrafo que são os outros
685fatores que ponderam os padrões de qualidade do ar, não só os riscos à saúde.

686

687

688**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Qual é a sua questão específica?

689

690

691**A SR^a. MARIANA (Inea)** – A proposta é complementar ali com o os riscos à saúde,
692viabilidade tecnológica, e considerações econômicas e outros fatores sociais e
693políticos.

694

695

696**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Só um pouquinho que ele está
697copiando a sugestão da Mariana. É sempre preferível discutirmos em cima de um
698texto.

699

700

701**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Na verdade só para um
702esclarecimento com relação, quando a OMS estabelece guias, como ela trabalha
703todos os nossos países, ela não faz nada que seja impositivo, ela deixa a critério das
704capacidades de cada País, isso é a mesma coisa, é praxe dos órgãos do Sistema
705Único, exatamente, ela não tem interferência nenhuma sobre isso, adota quem tem
706capacidade ou quem quer adotar aquilo. Então, na verdade o que estamos fazendo
707aqui é isso, tentando trazer para dentro do nosso País as nossas capacidades. Então,
708colocar dentro das nossas capacidades, nós já estamos estabelecendo isso, ter isso
709em mente, eu acho que é totalmente desnecessário que coloquemos isso. Eu acho
710que é fechar com o desenvolvimento sustentável onde tem que observar a saúde e o
711meio ambiente, eu acho que seria simples e evitaria maiores complicações.

712

713

714**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, Mônica a sua sugestão é tirar
715o final que o Inea colocou? Coloca entre parênteses porque aí nós sabemos onde
716está pegando, depois sustentável.

717

718

719**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Eu gostaria de esclarecer que esse parágrafo que a
720Mariana leu é inverso, o que ela leu é o seguinte, que a OMS entende que se pode
721adotar padrões, de acordo com tudo que ela já leu e escreveu, só isso você analisa
722antes de determinar um o padrão e não faz uma Resolução com padrão para depois
723ver se consegue. O que existe é o seguinte, segundo as condições desse País, como
724a Mônica disse, que estamos tentando trazer isso para dentro do País, segundo as
725condições que existem precisa-se determinar um padrão que seja factível, e não
726colocar na Resolução que depende disso. Então, é o contrário, essa frase existe para
727dizer o seguinte, que quando você determina um padrão ela sugere os valores guia,
728mas cada País tem que ver as suas condições relacionadas a isso. Isso é um conceito
729para você determinar o padrão e não determinar o padrão e depois você dizer que vai

730atingir ou não conforme as condições. Senão você perde o efeito da própria
731Resolução. Então, é esse o entendimento, a questão é se os Estados que são
732responsáveis pelo gerenciamento acham que não é possível atingir o padrão da OMS,
733como está propondo nos três padrões intermediários e o padrão final. Então,
734determinem, sugiram outro valor, mas não coloque o padrão para depois ver se é
735possível ou não atingir, porque senão, não tem sentido. Então, acho que talvez o
736que os Estados devam fazer é fazer uma proposta de padrão diferente, como eles
737vêm dizendo: “Estados Unidos não atingiu o padrão final da OMS”. Não quer propor
73810, propõe 15, 20, não sei, mas é o contrário, esse é um confeito realmente que existe
739na OMS que sugere isso, e tem os valores guia, inclusive cada valor guia ela refere à
740mortalidade que vai ocorrer naquele valor guia. Então, ela está mostrando que mesmo
741que o País adote isso, existe a possibilidade de se saber que aquele valor do nível de
742poluição que vai estar no ar, tem um comprometimento de saúde. Então a questão é:
743nós queremos atingir o melhor para a saúde, mas não é possível, então a proposta
744tem que ser essa, não adianta ficar nessa discussão, a saúde quer que se atinja, eles
745concordam que atinja, mas eles não têm condição de atingir e coloca esse tipo de
746coisa que não vai possibilitar que seja realizado, que seja atingido o padrão, ou que
747seja atingido em 30 anos. O que adianta isso?

748

749

750**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Deixa-me só fazer um comentário
751antes de passar para o próximo. Que é o seguinte, o seu raciocínio estaria claro se eu
752não tivesse prevendo, como eu estou no meu meio dessa Resolução, que em algum
753momento nós teremos que parar, avaliar e ver como vamos chegar nos valores guias
754da OMS. Se eu não estivesse prevendo isso no texto, o seu raciocínio estaria perfeito,
755mas não é o caso, nós estamos prevendo gatilhos de revisão no meio, de parada,
756avaliar, pegar o que os Estados estão fazendo e ver se eu consigo chegar lá. Então,
757eu acho que a tua defesa está correta em relação ao texto da OMS, mas o que
758estamos propondo nessa Resolução é adotar daqui 5 anos os valores guias sem
759nenhuma outra etapa no meio, não é isso que estamos propondo aqui nessa
760Resolução. E eu acho que o texto proposto até agora, pode ser melhorado, mas ele
761está refletindo o que nós estamos propondo que é o escalonamento.

762

763

764**A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – É bem pertinente a alteração, não seríamos
765tão audaciosos assim aqui, eu acho que definiu bem. Segundo dizer que na leitura
766nossa da CNI o texto da OMS tem mais a ver com a maneira que eu vou atingir o
767padrão do que com o valor em si, porque pouco se questiona os valores que a OMS
768ofereceu, mas sim a forma como vamos chegar, e a forma vai chegar depender de
769tudo isso, e lá na frente vamos nos deparar, eu acho que Zilda definiu muito bem, são
770os gatilhos os prazos, os tempos, isso é importante. Apenas uma sugestão, pegando
771uma fala que foi feita anteriormente, talvez incluir nesse texto considerando também
772as especificidades regionais, as necessidades e especificidades regionais que vão ter
773que ser enfrentadas. Não sei se caberia.

774

775

776 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu não estou entendendo o
777 momento exato, queria um esclarecimento sobre isso, com relação a essa expressão
778 ponderando, o que isso realmente quer dizer. Se ele carrega um sentido de
779 dependendo de. Ou se nós estamos aqui tratando de informar que os padrões foram
780 estabelecidos. E já consideradas essas especificidades regionais, esses problemas
781 locais e todos esses pontos aí que estão querendo, estão sendo propostos para
782 colocar na redação. Então, se ele no sentido, no entendimento do texto está querendo
783 dizer que estabelece os padrões, mas depende dessas condições de gerenciamento,
784 eu sou contra a inclusão conforme está proposto aí. Se ele define que esses padrões
785 foram estabelecidos, já considerado isso, eu acho que não teria grande problema.
786 Mas eu acho que suscita essa dúvida, o que quer dizer exatamente esse ponderando.

787

788

789 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu acho que a proposta que o Inea
790 fez em relação a ponderando os riscos, está causando mais problemas do que
791 soluções, eu voltaria à redação origem que era parar em sustentável. Pergunto se o
792 Inea concorda com isso, Mariana?

793

794

795 **A SR^a. MARIANA (Inea)** – Concordo, mas, na realidade, eu tenho uma interpretação
796 diferente dessa definição, isso é definição de padrão, se nós fizemos como proposta
797 valores de OMS, significa que nós entendemos naqueles problemas propostos que
798 tudo isso já está considerando, eu não estou fazendo um se, não é uma
799 condicionante, é uma definição, eu considere tudo isso para propor os valores que
800 estamos aqui. É que essa Resolução define padrões como sendo dessa forma,
801 significa que nós incorporamos todas essas questões, enfim. Só para não ficar o
802 entendimento de que simplesmente nós internalizamos o risco da saúde,
803 simplesmente. Não. Estamos ponderando tudo isso na definição desses padrões que
804 estão propostos aqui.

805

806

807 **A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – A minha era mais para reforçar essa visão, na
808 verdade como já propusemos as metas intermediárias já levamos em consideração
809 tudo isso, Essa era a ideia. E nós voltamos a afirmar também que aí talvez valha a
810 pena retirar o Pronar. O Pronar já está no considerando, essa parte poderia tirar, não
811 sei, estou imaginando que nós já tínhamos tirado o Pronar. Agora, talvez seja pensar
812 numa redação ou deixar o linha de desenvolvimento sustentável.

813

814

815 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós acabamos de... Mas acho que
816 aí vai ficar muitos considerandos. Coloca aí na proposta do Ministério fez, os
817 considerandos, os dois últimos considerandos que o Ministério propôs. E a Letícia.
818 fala. Eu interrompi aqui um pouquinho porque aí nos demos conta que na hora que
819 estávamos discutindo os considerandos nós tínhamos propostas de dois
820 considerandos que nós acabamos sem sugerir, e talvez resolvesse esse problema
821 agora em relação ao art. 1º. À revisão do art. 1º.

822

823

824A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA) – Obrigada, Zilda. Eu queria pedir
825desculpas porque no momento que estávamos discutindo os considerandos acabei
826me confundindo aqui e não coloquei esses dois pontos. Primeiro eu queria comentar
827que eu entendo que essa discussão que nós estamos fazendo aqui é um pouco
828cachorro correndo atrás do rabo. O que está claro, eu acho que não devemos ficar
829interpretando a mensagem da OMS, o que está claro é que os países implementam
830padrões de qualidade do ar de forma soberana, e obviamente quando você senta
831dentro de um Conselho para estabelecer isso, e você faz referência a um referencial
832internacional, você já ponderou que a gestão ela é indissociável, a capacidade de
833nacional é indissociável e que você vai se planejar de alguma maneira para chegar
834nesse resultado final. Então, é indissociável, no meu entender nós podemos muito
835bem parar em desenvolvimento sustentável que é um termo que engloba os três
836componentes, social, ambiental e econômico, e fecha como o Ministério da Saúde
837sugeriu, e fechamos a ideia de que é uma estratégia de gestão com um valor
838acordado nacionalmente, um referencial acordado nacionalmente e que você vai ter
839que levar em consideração os três componentes para chegar lá. Nós nessa linha de
840raciocínio gostaríamos de propor dois considerandos, a Zilda está chamando a
841atenção aqui de que de fato isso pode deixar a Resolução meio carregada de
842considerandos, mas nós consideramos que merece a ponderação coletiva com vocês,
843Após o considerando valor guia da OMS, eu deveria ter sugerido na ocasião em que
844estávamos discutindo esses dois considerandos. Considerando que a melhoria da
845qualidade do ar pode ser escalonada em etapas bem definidas a serem avaliadas
846periodicamente com relação à sua evolução, conformidade e atendimento global; e
847considerando a capacidade dos Estados na implementação de gestão da qualidade
848do ar, e o atingimento dos padrões de qualidade do ar envolve a melhoria contínua e
849progressiva dos instrumentos. Esses dois considerandos, acho que o raciocínio aí não
850é, o pressuposto não é nós temos baixa capacidade, e vamos fazer os padrões de
851acordo com baixa capacidade. Não é isso. A partir do momento que eu vinculo a
852capacidade atual e estabeleço um padrão que obrigatoriamente vai demandar uma
853melhoria e um aprimoramento dessa capacidade, está dado que eu não estou em
854desacordo do que vou ter que fazer para alcançar os valores finais, ao contrário, eu só
855estou referenciando que não é uma mágica, haverá uma estratégia escalonada, que
856vai precisar ajustar a capacidade nacional para alcançar essa meta que todo mundo
857almeja que é o valor final. Nós entendemos que esses dois considerandos eles
858traduzem o desafio que essa Resolução vai trazer para a capacidade nacional e o
859tanto que ela vai ter que ser trabalhada, ajustada a partir de uma melhoria contínua
860que nós temos que reconhecer que é o que terá que ser feito para alcançar
861progressivamente a implementação dos instrumentos. Esses dois considerandos,
862Evangelina, são parte da nossa proposta, como Zilda mencionou inicialmente, nós não
863encaminhamos o texto em tempo, por isso esse texto não está lá marcado em cores,
864como o texto compilado pelo Conama, e eu deveria ter colocado isso no momento que
865estávamos discutindo os considerandos e eu comi bola aqui e não coloquei. Como
866isso foi uma tentativa nossa, é uma proposta nossa no sentido de acomodar a
867explicação sobre as necessidades de aprimoramento e melhoria contínua da

37

19

38

868 capacidade nacional, para alcançar aquilo que já é o compromisso, que são os
869 padrões que nós estamos nacionalmente adotando.

870

871

872 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Você poderia explicar, por favor, o que você quer dizer
873 a serem avaliadas periodicamente com relação a sua evolução, conformidade e
874 atendimento global?

875

876

877 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Isso é uma referência ao que nós
878 vamos desenvolver depois à medida que vamos apresentar, à medida que formos
879 avançando as questões, sobretudo, ao art. 3º, que são a maneira de implementar o
880 padrão, por isso talvez não esteja fazendo completamente sentido agora, mas ideia é
881 ter um mecanismo de acompanhamento sistemático do processo, de implementação
882 do padrão com relatórios até o mecanismo de, como posso dizer? Um gatilho, como
883 havíamos mencionado aqui em outras reuniões, que possa estabelecer uma tomada
884 de decisão entre mover-se de uma fase a outra. Então, a evolução ela se refere a
885 esse escalonamento da implementação, a conformidade se refere a atender aos
886 valores previstos na tabela em cada etapa e o atendimento global se refere ao
887 compromisso de ao fim alcançar a última etapa que é a estratégia como um todo.
888 Então, não é autoexplicativo, eu entendo, mas esse considerando ele é um
889 referencial, ele amarra a três aspectos fundamentais da estratégia de implementação
890 da Resolução.

891

892

893 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Uma ordem de inscrição, como eu
894 subverti essa ordem em relação a apresentar esses considerandos, eu pergunto... O
895 Alex e o Jesuíno estavam inscritos, antes de passar a palavra para você Cristina. Alex
896 você quer falar ainda?

897

898

899 **O SR. ALEXANDER (Iemas/ES)** – Só um comentário baseado no que foi discutido,
900 dá a ideia de se colocar os gatilhos na progressão da evolução dos padrões de
901 qualidade do ar, na verdade os padrões de qualidade do ar normalmente são os
902 últimos instrumentos de gestão utilizados, quando todos os outros já estão concluídos,
903 inventário de fonte, licenciamento, ocupação do solo, modelagem matemática da
904 atmosfera, e aqui estamos tentando compatibilizar e recuperar o tempo perdido desde
905 o Pronar, da Conama 3990 e fazer as coisas concomitantes. Daí a necessidade desse
906 gatilho e da reavaliação para saber se todos esses outros demais instrumentos de
907 gestão vão estar concomitantes com os padrões de qualidade do ar. Só essa
908 explicação do porque realmente a forma natural de se fazer, não há avaliação, ou
909 País ou local, o ente administrativo sabe a capacidade dele, a condição tecnológica, o
910 que ele tem que fazer, já existe um plano da qualidade do ar já estabelecido, ele sabe
911 até onde ele tem que chegar, e daí considerando todos os fatores que foram falados
912 anteriormente não só os efeitos da saúde, os riscos da saúde, mas a condição

913tecnológica, a capacidade de suporte, o nível de desenvolvimento, situação cultural,
914socioeconômica etc. e tal. Só essa explicação. Obrigado.

915

916

917**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Eu concordo aí com a inclusão, nós
918concordamos com a inclusão desses considerandos aí agora no texto, e eu acho que
919deveríamos manter a definição do art. 1º, sugerido pela CNI, com esses
920considerandos, eu acho que daria para fechar mais ou menos esse item aí. Eu só
921gostaria... A única coisa, esse atendimento global, eu achei que está meio solto. Só se
922pudesse colocar esse texto no outro, para termos uma noção...

923

924

925**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Nós concordamos com o texto, achamos que
926bom. A única ressalva que nós fazemos é que no texto não fique explícito que não é
927apenas uma resposta da capacidade de gestão dos Estados, existe também uma
928capacidade de resposta dos setores produtivos, e aí a questão da viabilidade técnica
929e econômica vai ser também importante, porque isso também tem que ser
930considerado. E o texto dá muita ênfase à capacidade de gestão dos Estados, dos
931instrumentos. Mas pareceu que ficou perdida essa parte.

932

933

934**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Porque não estamos falando aqui
935especificamente do controle, Cristina, eu fui pegar o texto, você está falando na
936capacidade de gestão dos Estados para poderem definir esses padrões. Então, eu
937acho que não caberia aqui no considerando, eu acho que essa evolução da
938capacidade vai ser acompanhada por uma evolução do setor para poder entender
939aqui, para poder atender os padrões, mas eu acho que aqui, nesse considerando não
940caberia colocar um considerando para o setor empresarial também.

941

942

943**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Deixa-me ver se consigo explicar. A forma
944como nós vamos atingir os padrões, o escalonamento, os prazos, os gatilhos que têm
945a ver com isso, ao definir essa forma, essa norma, levou-se em conta a capacidade de
946gestão do Estado, e também a viabilidade técnica que se tem das fontes responderem
947a essa nova norma.

948

949

950**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – As fontes são um dos parâmetros
951que vão ser atingidos pela implantação dos padrões, mas existem outros.

952

953

954**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Eu estou falando de fontes genérica, tanto as
955móveis quanto as estacionárias, quer dizer, a viabilidade técnica e econômica de eu
956implementar algumas ações, elas vão ter um tempo para responder e vão ter um
957tempo para serem implementadas. Então isso tem que ter considerado, quer dizer, eu
958vou estabelecer um prazo para uma revisão para avaliar se eu estou atingindo um

959padrão ou não, é porque houve uma resposta daquilo que foi implementado. Isso
960precisa ser viável economicamente e tecnicamente, que é o que a OMS, coloca. Toda
961a ação que eu vou impor, só destacar isso no texto, que não é só a capacidade do
962Estado gerir. Existe um *time* que precisa ser respondido pelo lado da lá, e isso tem a
963ver com viabilidade técnica e econômica, por mais que eu queira implementar uma
964ação.

965

966

967**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que você considera objetivamente
968que nós mudemos no considerando?

969

970

971**A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Parece-me Cristina, que o ponto que
972você levanta está considerado no próprio artigo quando menciona o desenvolvimento
973sustentável. O objetivo desse termo desenvolvimento sustentável ali é ancorar que as
974três dimensões serão consideradas. Então, eu acho que essa preocupação ela não
975virá explicitada, não pode vir explicitada numa norma que vincula o poder público, que
976obviamente pressupõe que exista a ponderação do poder público da sua atuação
977como Órgão Gestor de considerar o cenário nacional, mas não vai aparecer, eu
978entendo que não cabe aparecer em um considerando de uma Resolução voltada do
979órgão regulador, do Órgão Gestor para o seu objeto dizendo que vai considerar um
980aspecto específico. Eu acho que o que está colocado são as três dimensões do
981desenvolvimento sustentável no próprio artigo. Eu entendo que isso é suficiente para
982assegurar que na implementação dessa Resolução você está levando em
983consideração os três aspectos, quer dizer, será levado em consideração os três
984aspectos. Agora eu nunca vi, não conheço, em todo o meu conhecimento sobre o
985Conama, um considerando específico sobre capacidade nacional do setor produtivo.
986Eu acho que não caberia.

987

988

989**A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Só um esclarecimento. Nós julgamos que a
990expressão desenvolvimento sustentável não é suficiente por conta do teor da norma.
991O que nós sugerimos aqui é considerando a capacidade dos Estados, a
992implementação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, e a viabilidade técnica
993e econômica das ações a serem implementadas, e o atingimento. É isso. Nós
994inserimos nesse considerando.

995

996

997**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Espera aí. Eu provoquei a Cristina,
998mas Cristina o que eu estou falando aí é capacidade dos Estados e a viabilidade
999técnica e econômica não é necessariamente dos Estados que gostaríamos, teríamos
1000que ver essa redação para atender. Eu vou passar para quem estava inscrito para que
1001eles não sejam prejudicados e nós vamos tentando aí contrapor ao meio do caminho.
1002Evangalina, Carlos, Mônica e Jesuíno.

1003

1004

1005A SR^a. **EVANGELINA (MPF)** – Eu gostaria de fazer uma sugestão, que em minha
1006opinião ficaria mais fácil discutir o documento, que é entender, ao invés de discutir um
1007parágrafo por si só, entender a proposta toda talvez até dos Estados do MMA, para
1008podermos voltar e discutir o texto, porque às vezes algo que está sendo dito é porque
1009lá na frente tem a proposta real qual é. Eu acho que facilita o entendimento e a
1010discussão. Eu não me sinto à vontade de ficar discutindo o texto e palavra sem saber
1011qual é a proposta.

1012

1013

1014A SR^a. **ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Evangelina, nesse ponto
1015especificamente não tem nada diferente do que foi falado na última reunião. Nós
1016estamos falando sistematicamente que essa Resolução antes de chegar ao padrão
1017final, ela vai ter que sofrer um trabalho de revisão intermediário, é isso que estamos
1018falando. É o que estamos falando desde o início, quando chegar no momento
1019oportuno nós vamos colocando os artigos, mas não é nada muito diferente daquilo
1020que vínhamos discutindo desde o início.

1021

1022

1023O SR. **CARLOS (SEIA-RJ)** – Só para subir o texto da emenda 2, por favor, para ficar
1024o texto completo. O que nós queríamos é dizer que estamos aderindo à proposta do
1025Ministério da Saúde, que esse texto do primeiro artigo deveria acabar dentro
1026desenvolvimento sustentável. Eu entendo que esse tripé do desenvolvimento
1027sustentável contempla a tudo que queremos aqui, parte ambiental, o social,
1028considerando a saúde, e a parte econômica, Cristina, considerando o que vocês
1029querem. Eu acho que esse detalhamento, esse amiúde que vocês estavam querendo
1030contemplar ele vai ficar para a revisão do Pronar. Não vai ter jeito, quando eu falar no
1031Pronar e falar dos demais instrumentos, eu vou ter que dizer o que eu vou considerar
1032das diretrizes mínimas para esse aspecto. Então, eu acho que se colocarmos aqui
1033dessa maneira conforta todo mundo, porque se você começar a detalhar e um
1034determinado segmento desses do tripé da sustentabilidade, você vai ter que falar dos
1035outros, senão você gera um desequilíbrio. Então, por si só eu acho que parando no
1036desenvolvimento sustentável estaria bom. E somos a favor também da inclusão dos
1037dois considerandos que para nós vêm a contemplar tudo que se precisa para chegar
1038onde nós queremos. Então, esses dois considerandos, mais o texto parâmetros do
1039desenvolvimento sustentável, em nossa opinião fecha essa discussão.

1040

1041

1042A SR^a. **ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu acho que podemos taxar a partir
1043de ponderando. Previsto no Pronar é que não dá, eles não são previstos no Pronar,
1044eles vão ser previstos nessa Resolução. Voltando àqueles dois considerandos, nós
1045poderíamos propor para tentar resolver esse problema e para acomodar a todos,
1046considerando a capacidade nacional para implantação dos instrumentos de gestão e a
1047viabilidade econômica. E aí eu acho que conseguimos melhorar o texto, não
1048conseguimos? Na implementação dos instrumentos de gestão... Acho que essa
1049capacidade nacional ela atinge tanto o econômico quanto o ambiental. Todos
1050concordam? Posso inserir? É uma discussão meio caranguejo, voltei para o

1051considerando, mas desculpe aí. Incluímos esses dois considerandos e o novo art. 1º
1052ele ficaria com a... Aí vamos melhorar isso daqui, essa Resolução define padrões de
1053qualidade do ar para todo o País... Concebidos? Vai ficar meio solto o texto desse
1054jeito, não? Essa Resolução define padrões de qualidade ambiental para todo o País
1055em linha com o desenvolvimento sustentável.

1056

1057

1058**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Na verdade,
1059desenvolvimento sustentável, de onde saiu esse conceito de desenvolvimento
1060sustentável que nós estamos adotando nessa resolução. Só para finalizar de onde
1061saiu esse conceito.

1062

1063

1064**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – De acordo com a declaração final.
1065Colocar o nome certinho.

1066

1067

1068**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Colocar o nome certinho
1069da declaração para dar uma finalização bonitinha e saber exatamente o que estamos
1070abordando. Só para dizer que lá estão contemplados os três pilares e tal.

1071

1072

1073**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Zilda, se eu não tiver na lista, por
1074favor, me coloque. Basicamente esse ponto, em linhas com os princípios do
1075desenvolvimento sustentável, porque tratamos de princípios.

1076

1077

1078**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada. Manara.

1079

1080

1081**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Voltar ao segundo considerando.
1082Eu insisto na tese, eu estou achando que está oferecendo uma franja com a 05,
1083indevida, porque nós estamos tratando aqui da implementação dos instrumentos de
1084gestão da qualidade do ar?

1085

1086

1087**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É um dos. Não, Manara, o que se
1088quer...

1089

1090

1091**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Nas primeiras reuniões nós
1092fizemos um esforço muito grande para separar a gestão da Resolução que trata dos
1093padrões. E agora nos considerandos nós voltamos com essa leitura mesclada, que eu
1094entendo indevida porque vai gerar controvérsias isso. Eu não concordo com isso.

1095

1096

1097 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Nós não podemos esquecer que, na verdade,
1098 os Estados vão ter que até a ocorrência da Resolução Conama 05, ou seja, o Pronar,
1099 os Estados terão que ter instrumentos para gerenciar licenciamento, e tudo, ou seja,
1100 se você não tem considerandos, os instrumentos de gestão, como é que... Quer dizer,
1101 isso daí já é uma possibilidade para os Estados, mesmo que o Pronar não tenha sido
1102 aprovado como Resolução, os Estados podem já eles próprios terem condições e
1103 poderem continuar o processo de licenciamento sem entrar em contradição com a
1104 legislação atual. Então, nesse aspecto eu acho que é importante manter a questão da
1105 gestão, e nós não estamos falando nada, não estamos nos referindo à Resolução 05
1106 ou Pronar e tal. Está limpo aqui.

1107

1108

1109 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Corroborando com que o Jesuíno
1110 colocou, isso dá segurança jurídica aos órgãos ambientais e aos controlados pelo uso
1111 desses instrumentos de gestão pelo padrão de qualidade do ar. O intuito é esse, isso
1112 ser considerado porque sabemos que a grande questão nessa discussão toda é
1113 segurança jurídica, de não haver questionamento depois da aplicação desses
1114 instrumentos, para nós, Manara, é muito importante haver essa citação. Eu acho que
1115 não prejudica em nada até porque o foco permanece sendo o instrumento dos
1116 padrões de qualidade do ar.

1117

1118

1119 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Só para complementar, não é o caso de São
1120 Paulo viu gente? Mas de todo modo...

1121

1122

1123 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu tenho uma sugestão antes de
1124 passar. Eu tenho aqui inscritos a Evangelina e o Rudolf, mas antes de passar a eles,
1125 se colocássemos considerando a capacidade nacional de implantação dos
1126 instrumentos de gestão da qualidade do ar previstos no Pronar? E atingimento dos
1127 padrões de qualidade do ar. Eu acho que ficaria mais claro. Não? Que na realidade,
1128 essa Resolução nós não estamos propondo os instrumentos, os instrumentos estão
1129 sendo propostos em vários locais ao mesmo tempo. Mas vai ser no Pronar,
1130 basicamente.

1131

1132

1133 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – É o seguinte: eu gostaria de dizer que eu acho
1134 pertinente o que a Zilda disse, porque na verdade o Pronar que teria que determinar
1135 em dar aos Estados condições de realizar uma gestão X, Y, Z, que pudessem atingir
1136 os padrões, na verdade seria a revisão do Pronar antes para depois determinação do
1137 padrão. E aí o que acontece? Nós acabamos, a Letícia pediu flexibilidade, eu vou ser
1138 bem flexível no que eu vou dizer, eu entendo perfeitamente a dificuldade dos Estados
1139 e agora o MMA trazer essa proposta, pensando nessa avaliação para mudança do
1140 padrão. Entendo perfeitamente, sei que é uma dificuldade enorme, e de novo nós
1141 estamos correndo o risco de fazer uma Resolução errada, que não seja apropriada.
1142 Eu não posso, se for olhar para a Resolução na forma de mudança de padrão que é

1143necessário, eu não posso concordar principalmente a segunda frase do considerando,
1144porque senão vamos cair no risco de ter uma Resolução que não vai ter sua eficácia
1145no final. Então, talvez se colocar, quer dizer, que a partir da determinação da revisão
1146do Pronar o que tiver que ser feito, enfim, mas da forma como está exposto, eu
1147também não concordo.

1148

1149

1150**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A revisão vai estar prevista dentro
1151do próprio texto. Então, nem precisaria citar isso aí no considerando. O comando de
1152revisão vai estar previsto dentro do texto. O Pronar é a sugestão que eu fiz. Agora eu
1153quero entender porque a Cetesb não concorda.

1154

1155

1156**A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Um primeiro considerando nós já citamos o
1157Pronar. Então, vamos olhar o primeiro considerando que escrevemos lá, é
1158considerando o Pronar, é a primeira referência, não precisamos ficar toda hora se
1159referenciando ao Pronar visto que o primeiro considerando é já considerando a
1160Resolução número 05.

1161

1162

1163**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Só que não é ele revisto do jeito que está aí.

1164

1165

1166**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu entendi o que a Cetesb disse
1167agora, se ela está pensando na limpeza do texto, eu até tenho que concordar que isso
1168está certo, mas eu não ia colocar ele revisto aqui, porque no momento em que ele for
1169revisto ele vai ser o novo Pronar, e aí eu vou ter daqui a um ano um novo Pronar, mas
1170na Resolução revista agora, vai falar no revisto, eu vou revisar de novo, senão fica
1171confuso. Eu concordo com a Cetesb que deixemos do jeito que está. Eu acho que fica
1172claro também. Nós já temos o primeiro considerando se referindo ao Pronar. Voltamos
1173ao art. 1º? Parece-me que ele também já foi fechado.

1174

1175

1176**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama/MMA)** – Só para entender.
1177Aqueles dois considerandos que foram inseridos agora permanecem no texto como
1178proposta desse 7º GT.

1179

1180

1181**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Assim como todas as propostas que
1182aqui foram colocadas.

1183

1184

1185**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama/MMA)** – Aproveitar o momento
1186e solicitar que todos que fizerem manifestação se apresentem antes para registrar na
1187gravação. Obrigado.

1188

1189

1190 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu só preciso deixar registrado que
1191 eu não concordo com o segundo considerando.

1192

1193

1194 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Se você tiver alguma sugestão
1195 concreta de texto, você pode apresentar.

1196

1197

1198 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – A minha sugestão é a exclusão
1199 total do considerando.

1200

1201

1202 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esse considerando foi colocado, eu
1203 entendi no intuito de garantir que isso é um processo evolutivo de construção, que
1204 implica mesmo dentro do Estado, eu não posso dar comando nessa Resolução
1205 Manara, para o Governador do Estado, nem para a Secretaria de Transportes do
1206 Estado, nem para a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. Então, nem
1207 objetivamente dizer para o Estado: “olha tem que fazer isso num prazo de um ano”.
1208 Então, o considerando aí ele serve para traduzir essa necessidade de envolvimento
1209 que o Estado vai ter que ter com esse assunto, não só o órgão estadual que tem
1210 algumas tarefas nessa Resolução quanto os outros órgãos de governo. É só com
1211 esse foco. Eu acho que melhorar o texto é possível, mas retirar, eu também não vejo.
1212 Eu não estou entendendo porque você quer retirar.

1213

1214

1215 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Porque no meu entendimento ele
1216 contribui só para gerar confusão. Eu acho que a modificação, ou qualquer tradução
1217 que queira dar com outras expressões e palavras, elas vão redundar na mesma
1218 situação de conflito. Então eu entendo que a supressão puro e simplesmente porque a
1219 existência dele também só é redundante, só diz o óbvio. Porque uma vez que tem o
1220 padrão estabelecido, e que todos os atores aí todos os integrantes do sistema eles
1221 vão ter que atingir aqueles padrões e a melhoria contínua e progressiva desses
1222 instrumentos vão ter que buscar o produto. É um considerando, uma citação, que fala,
1223 no meu entendimento, fala do óbvio como queira atingir, como se pretende, o que se
1224 tenha que fazer para atingir aquele padrão. E ele oferece uma confusão nessa franja
1225 indevida.

1226

1227

1228 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Em certo aspecto eu concordo com
1229 você, os considerandos, se você ouvir o que a Câmara de Assuntos Jurídicos tem a
1230 falar, eles acham que um ou dois no máximo é o suficiente. E às vezes, só aquele,
1231 considerando a lei número tal. É só esse que eles se sentem confortáveis. Em certo
1232 aspecto você tem toda a razão, só que o que nós observamos, e isso até a Câmara
1233 de Assuntos Jurídicos tem sido bastante flexível, que o considerando às vezes mesmo
1234 sem ser mandatário ele traduz alguma atitude, alguma ação que está embutida para

1235poder se chegar ao objeto da Resolução, e que não necessariamente é mandatória
1236pela Resolução. Então, foi nesse sentido que quisemos colocar isso. Eu posso deixar
1237aí em colchetes, nós avaliaremos depois, mas eu não gostaria de perder esse foco da
1238sugestão.

1239

1240

1241**O SR. ADEMILSON ZAMBONI (Iema/SP)** – A minha sugestão é que nem existisse
1242aquele considerando, o primeiro considerando. O considerando que diz que a
1243qualidade do ar pode ser escalonada em etapas definidas. Que isso é inútil lá na
1244frente, já tem as etapas, tem um comando claro lá na frente, o próprio artigo fala isso.
1245Então, isso do meu ponto de vista é inútil. Além do mais, nós temos um equívoco ali
1246de redação, que, na realidade a melhoria de qualidade do ar não tem que ser
1247escalonada, nós estamos falando de padrão aqui que vai refletir aquilo. Então, se
1248deixássemos aqui teríamos que melhorar naquele texto. Mas eu avalio que esse
1249considerando é inútil e além do que, ele tem duas coisas ali na frente que me chama a
1250atenção, a serem avaliadas periodicamente com relação á sua evolução,
1251conformidade e atendimento. Então aí sugere que já tem lá na frente algum comando
1252que não está claro em algum lugar na nossa discussão, por enquanto. Então, eu
1253sugeriria suprimir esse considerando.

1254

1255

1256**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Em relação ao segundo considerando, eu
1257gostaria que na verdade é o seguinte, esse trecho, esse considerando, ele vem para
1258atender aos Estados. Então, nesse aspecto quem são os interessados? Os Estados,
1259os Estados consideram necessário, portanto, eu acho que tem que ter. É isso daí, não
1260adianta ficar... É necessário? Os Estados têm muito mais vivência na questão
1261ambiental, nessa parte de licenciamento e se isso aí vai ajudar bastante. Então, por
1262que vai tirar?

1263

1264

1265**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Eu gostaria de dizer...

1266

1267

1268**O SR. EDUARDO TOPÁZIO (Inema/BA)** – Eu queria até entender e às vezes eu sinto
1269falta de uma orientação jurídica. Eu às vezes acho esses considerandos excessivos,
1270não chega a lugar nenhum, mas também não acho que também me prejudica. Quer
1271dizer, porque tem que ter tanto considerando? Meu entendimento como engenheiro,
1272considerando a capacidade nacional de implantação de instrumentos de gestão de
1273qualidade do ar e que o atingimento dos parâmetros de qualidade envolve melhorias
1274contínuas e progressivas dos instrumentos, resolve... Isso significa que tem alguma
1275coisa que está diretamente vinculado todo esse texto do considerando, tanto esse
1276como o anterior. Não me parece que é exatamente esse o objetivo dessa Resolução.
1277Uma pergunta eu acho... Onde isso atrapalha e onde isso contribui. É uma pergunta
1278simples.

1279

1280

1281 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Eduardo, pedir para na próxima vez
1282 atentarmos um pouco na ordem, não quis te interromper. Mas de toda sorte vamos
1283 seguir aqui. Eu só queria fazer um esclarecimento antes de passar para a Evangelina
1284 que está inscrita. A Câmara de Assuntos Jurídicos do Conama é conservadora em
1285 relação à menção aos considerandos. Por outro lado, em que pese isso, ela também
1286 tem historicamente respeitado as demandas das Câmaras Técnicas de mencionar
1287 alguns referenciais que dão escopo à Resolução. Convém lembrar que matéria
1288 ambiental raramente é uma atribuição exclusiva só da área ambiental, normalmente
1289 há necessidades de oferecer mensagens a outros segmentos e outros setores, me
1290 parece que esse é exatamente o sentido, em boa medida, desse considerando, esse
1291 foi o nosso objetivo, sobretudo, do segundo considerando, de que a gestão de
1292 qualidade do ar, até queria resgatar um comentário que o Wanderley fez, não no
1293 microfone, mas eu consegui capturar, em relação, por exemplo, à Resolução de
1294 fontes fixas. A Resolução de fontes fixas é uma Resolução de controle que estabelece
1295 limites de emissão, isso é uma proposta muito diferente da Resolução que estabelece
1296 padrões nacionais de qualidade do ar, é evidente, inclusive porque nós mencionamos
1297 matéria de desenvolvimento sustentável em um artigo dentro do texto mandatário,
1298 considerando que não é só uma tarefa exclusiva da área ambiental alcançar esses
1299 padrões. Então, essa questão da capacidade nacional, inclusive com o aprimoramento
1300 dado a partir das nossas discussões, da colocação da CNI, dos Estados, é no sentido
1301 de revelar que tem mesmo, essa Resolução não se aplica meramente com
1302 mecanismos de comando e controle com órgãos ambientais e regulados então,
1303 apesar da Câmara Jurídica ser conservadora, me parece que esses considerando têm
1304 um papel fundamental de acomodar certos referenciais para a aplicação dessa
1305 Resolução. E é isso que eles estão fazendo aí. Em última instância, se alguém tiver
1306 que defender o corte desses considerandos, que seja a Câmara de Assuntos
1307 Jurídicos, eu entendo que nós como área técnica temos convicção, ou devemos ter
1308 convicção de que certas orientações, porque se fosse o caso não precisaria nem
1309 mencionar os valores guias da OMS, simplesmente com base nos mandatos do
1310 próprio Conama estamos atualizando a Resolução 03 e aí não teria considerando
1311 nenhum. Os inscritos.

1312

1313

1314 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Isso pode ser até cortado na
1315 Câmara Técnica, na Resolução, mas nós gostaríamos, se possível, se não for uma
1316 objeção muito grande da Proam, que deixássemos isso. Eu acho que ele não causa
1317 confusão, eu acho que ele explica a evolução da Resolução. Até amanhã podemos
1318 voltar atrás, e achar que ele está redundante em relação ao texto, isso é possível de
1319 ser feito até amanhã. Só para não ficarmos mais tempo debatendo em cima de um
1320 considerando.

1321

1322

1323 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Deixar registrado isso, que o
1324 Proam se manifestou contrário.

1325

1326

1327A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Está em amarelo, já quer dizer que
1328não há consenso.

1329

1330

1331A SR^a. EVANGELINA (MPF) – Eu gostaria também de dizer que eu não concordo
1332com os dois considerandos. E gostaria que fossem excluídos. Que registrasse isso
1333também.

1334

1335

1336A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Coloca em amarelo o de cima
1337também. E nós tentamos até o final da tarde de amanhã voltar a eles para ver se é
1338possível retirar esse condicionamento. Se não ele pode ir para a Câmara Técnica com
1339esses dois dissensos em cima do considerando sem problema algum. Então, alguma
1340proposta adicional em relação ao art. 1º da Resolução? Eu volto atrás naquilo que eu
1341falei antes, eu acho que como não temos propriamente... Essa Resolução foi
1342construída de uma maneira diferente, não temos propriamente um art. 2º conceitos,
1343nós podemos, se todos concordarem, aprovamos essa proposta de art. 1º como art.
13441º, e a proposta original de art. 1º ela passa a vigorar como art. 2º. Pode ser?

1345

1346

1347O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA) – Eu queria concordar com essa ideia, eu
1348acho que proposta de um novo art. 1º ficou muito mais esclarecedora, eu acho que a
1349redação está começando um pouco melhor. O antigo art. 1º já vinha com uma
1350definição do que é padrão, que também tem que vir mesmo logo no início. E o antigo
1351art. 2º define o que é o padrão intermediário e o final, ou seja, nós começávamos com
1352dois artigos de definição, inclusive no antigo 2º falava-se em critérios, nós propomos
1353uma pequena alteração só, que se fale no antigo art. 2º: observadas as seguintes
1354definições, porque não são critérios, você falar o que é o padrão intermediário e o que
1355é o padrão final isso não é um critério isso é uma definição também. Então, eu acho
1356que ficou mais arredondado esse formato. Os antigos art. 1º e 2º eu acho que já
1357debateamos muito, eu acho que já temos consenso em cima deles. Acho que só essa
1358mudança de critério para definição esclarece mesmo o papel desses dois artigos.
1359Então, nós temos um primeiro artigo que diz o que é a Resolução, está ótimo, eu acho
1360que a proposta da CNI, os comentários do pessoal do Rio de Janeiro simplificaram e
1361deixaram bem claro, essa é uma Resolução que estabelece os padrões nacionais de
1362qualidade do ar. É isso. Depois nós vimos, segundo, os padrões são isso; terceiro, o
1363padrão intermediário é isso; o padrão final é aquilo. Então, eu acho que nós estamos
1364com um bom início da Resolução já para entrar no que seja de fato a implementação
1365das etapas.

1366

1367

1368O SR. CARLOS (SEIA-RJ) – Surgiu-me uma dúvida agora na fala do Rudolf, eu
1369concordo com ele em tudo, mas então, ele quis colocar que o antigo primeiro sairia
1370Rudolf? 2º e 3º? Perfeito. Ok.

1371

1372

1373 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom, aí está discutir não
1374 necessariamente vai ficar o antigo art. 1º, eu tenho também uma proposta do
1375 Ministério Público Federal e da CNI que eu gostaria de colocá-la na tela para esse
1376 mesmo art. 1º. A proposta do Ministério Público Federal ela coloca uma definição um
1377 pouco diferente da definição que tínhamos debatido originariamente. Então, para
1378 efeito dessa Resolução considera-se como padrão de qualidade do ar a concentração
1379 de um poluente, associado a um intervalo de tempo que quando ultrapassado afetará
1380 a saúde humana, o bem estar da população e o meio ambiente. E a proposta da CNI
1381 ela também é modificativa do art. 1º, ela fala em para efeitos dessa Resolução
1382 considera-se padrão da qualidade do ar como sendo o valor de concentração para
1383 determinadas substâncias presentes na atmosfera que ultrapassar... Eu acho que
1384 substância é até melhor que poluente. Substâncias e poluentes então. Não? É
1385 poluentes só? Mas e o ozônio que consta? Ozônio não é poluente, ozônio é presente.
1386 Bom, então... Então, tudo bem. Substâncias presentes na atmosfera que
1387 ultrapassadas ao longo de períodos específicos poderá afetar a saúde, a segurança e
1388 bem estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna e os materiais
1389 do meio ambiente. E aí tem um Parágrafo Único que já tinha, continua o mesmo.
1390 Estou entendendo que as duas propostas modificativas são para o caput do novo art.
1391 2º. Esse é um novo art. 2º. Abertas inscrições. CNI.

1392

1393

1394 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Só esclarecendo, essa redação, nós podemos
1395 até rever a expressão substância, mas ela tem que ser lida junto com a definição de
1396 poluentes, porque se embaixo nós definimos poluente como qualquer matéria que vai
1397 ultrapassar aquele valor específico, o padrão não é a concentração do poluente. Se
1398 você criou uma definição lá na frente para o poluente, mas a Resolução está
1399 destacando aí uma definição de poluente, que é quando você ultrapassa, pelo menos
1400 pelo texto que está aqui, o valor que foi estabelecido. Então, para dar clareza a esse
1401 texto porque lá eu falei que ele é concentração do poluente. E na definição de
1402 poluente eu tratei como concentração de qualquer matéria. Só para uniformizar o que
1403 estamos falando.

1404

1405

1406 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu acho que aí Cristina, vocês
1407 trouxeram uma coisa nova, nós vínhamos discutindo que padrões de qualidade do ar,
1408 nós vínhamos tratando sempre em função de poluentes e remetendo à definição. Eu
1409 acho que isso não é o mais importante, mas se o que se define são poluentes que
1410 podem gerar... Eu acho que se poluente for mais amplo do que substâncias, nesse
1411 caso específico, eu tenho que concordar com essa tese.

1412

1413

1414 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Só complementando a fala, na nossa
1415 proposta, assim como na proposta do Ministério Público, nós associamos o intervalo
1416 de tempo à ultrapassagem. Coisa que no texto base não cita a questão da
1417 ultrapassagem. Então, as duas propostas, tanto do Ministério Público quanto da CNI,
1418 fizeram esse link entre o intervalo de tempo estabelecido e a ultrapassagem.

1419

1420

1421 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Isso não é totalmente ruim, isso é
1422 até bom, só que vamos ter que definir como que esse mecanismo vai funcionar. Isso é
1423 até bom em virtude das conversas que nós tivemos, mas isso não vai poder ser. Eu
1424 por exemplo, eu não concordo com a definição do Ministério Público, eu acho que não
1425 existe até hoje nenhum estudo que dê uma causa específica de ultrapassagem de um
1426 determinado padrão afetar diretamente, sem nenhum outro fator, a qualidade do meio
1427 ambiente e a qualidade da saúde. A saúde da pessoa. Eu acho que não existe, todos
1428 os estudos que nós vemos e o próprio estudo que a Doutora Evangelina apresentou
1429 aqui, ele fala de uma probabilidade, em um grupo de risco, mas não... Se a pessoa ler
1430 isso ela vai dizer o seguinte: “poxa, então, ultrapassou uma vez é por isso que eu tive
1431 câncer de pulmão, é por isso que eu tive um infarto”. E não é assim, é um conjunto de
1432 fatores, claro que aqui se ultrapassar com muita frequência o problema saúde humana
1433 pode até ser vinculado a essa ultrapassagem, mas a partir do momento que
1434 colocamos afetar diretamente, ele dá uma sensação de causa e efeito que eu acho
1435 que não temos como colocar isso na realidade.

1436

1437

1438 **A SRª. MARIA HELENA (Cetesb)** – Só para entendermos, porque acabamos indo e
1439 voltando. Na verdade no começo tínhamos uma definição semelhante a essa do
1440 Ministério Público e da CNI, nós ponderamos em diversas reuniões que esse tipo de
1441 definição estaria conflitante com que depois definimos o que é padrão final e padrão
1442 intermediário. Por isso que se fez uma nova redação de padrão, associando uma
1443 concentração a um tempo, e correspondendo as metas. Quer dizer, nós já tínhamos
1444 essa definição, já tinha sido um consenso de mudar essa definição, só pegar as atas
1445 do que conversamos na reunião, para essas definições não conflitem com o que
1446 depois nós definimos. Porque nós já definimos que o padrão final protege a saúde, já
1447 define que o intermediário é uma meta temporária. Então, a ideia é que essa definição
1448 não fosse conflitante como o que nós definimos como padrão intermediário e padrão
1449 final. Se nós lembrarmos o histórico das reuniões, foi por isso que trouxemos essa
1450 outra definição, e agora retomou ao que nós já tínhamos discutindo anteriormente. É
1451 isso.

1452

1453

1454 **A SRª. EVANGELINA (MPF)** – Eu não concordo que não tenha essa definição de
1455 padrão porque mesmo os padrões intermediários ou os padrões finais, eles se
1456 ultrapassados vão afetar a saúde nas duas situações. Eu não me lembro de ter
1457 concordado, de ter retirado isso, se tem ata eu gostaria de ver. E terceiro eu gostaria
1458 de ver que estudo e ciência não é sensação. O que você está dizendo que quando
1459 ultrapassado afeta, isso está determinado em saúde independente se é modelagem,
1460 probabilidade, seja o que for, isso é constatado por estudos científicos no mundo
1461 inteiro, não é uma questão de sensação e os estudos quando... Dizem que quando
1462 ultrapassado afeta a saúde, eles já estão considerando todos os outros fatores que
1463 podem afetar a saúde, e confundir com a poluição. Então, os estudos preveem essa

1464análise estatística que mostra como todos os trabalhos que tem ciência que não tem
1465essa confusão de fatores um relacionado ao outro. É a ciência, se você não aceita. Ok
1466

1467

1468**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Antes de passar para o Wanderley,
1469eu não estou questionando a ciência, eu estou dizendo é que eu vi aqui várias vezes
1470sendo discutindo que muitos países têm uma tolerância de 30 ultrapassagens, que
1471são ultrapassagens que podem ocorrer num pico, num acidente. Senão toda a
1472população que vive em torno de um vulcão sofreria câncer de pulmão, e não é isso
1473que nós vemos. Nós vemos que a frequência das ultrapassagens associadas a outros
1474tipos de fatores, ela pode afetar diretamente a saúde humana. Eu estou dizendo que
1475eu não posso colocar numa Resolução que se o padrão for ultrapassado por um pico,
1476aí o padrão for ultrapassar em um evento, isso afetará diretamente a saúde humana.
1477Eu estou dizendo que isso aí poderá afetar a saúde humana. Eu não posso colocar
1478isso.

1479

1480

1481**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Concorre em 24 horas, por isso que existo a medida
1482para 24 anos e a anual. Para 24 horas é efeito agudo. Para você ter uma ideia se
1483você aumenta 10 microgramas de PM 10 em 24 horas, dois dias depois você tem
1484aumento de 10% de ocorrência de infarto na cidade.

1485

1486

1487**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Você pode ter. Eu não tenho como
1488afirmar. Eu não tenho nenhum fator determinante. Isso é uma discussão que... O
1489Wanderley pediu a palavra, depois o Jesuíno.

1490

1491

1492**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Duas questões, Zilda. A primeira,
1493na última reunião, isso é importante para esclarecer alguns pontos, nós da CNI
1494tivemos que reformatar a nossa proposta com base no texto base do Ministério do
1495Meio Ambiente e dos Estados. Então, nós nem concordamos nem discordamos das
1496discussões, isso é uma questão importante. E em relação a, conteúdo da nossa
1497proposta, ela foi colocada porque nós consideramos como uma definição
1498tecnicamente mais correta, é questão técnica. Por isso que nós colocamos essa
1499proposta, podemos modifica-la aqui, não tem problema, mas a proposta como está no
1500texto, está meio estranho, vocês leem, isso aqui está meio estranho, nem que
1501tenhamos que mexer lá na questão dos padrões intermediários e finais. Tecnicamente
1502é a nossa visão, Maria Helena, nós retornamos porque nós tivemos esse trabalho,
1503isso para nós é uma questão importante. E comentário meu, Angelina, tudo na ciência
1504é probabilístico, nada é definitivo, tudo tem referencial. Isso na Física, Química,
1505Biologia, eu sou engenheiro, engenheiro químico, tenho mestrado na área ambiental e
1506conheço o método científico. Então afetará não é verdade, poderá afetar, com certeza
1507sim dentro de um grau probabilístico determinado pelo estudo, no caso, pode ser
1508qualquer outro. Então, nesse aspecto eu concordo com o texto que foi proposto, que

1509poderá afetar. Não afetará. Pelo menos é uma questão de visão, e até dentro da a
1510ciência nós sabemos que tem visões diferentes.

1511

1512

1513**A SRª. EVANGELINA (MPF)** – Eu concordo, pode colocar poderá afetar, para mim
1514não muda nada, mas pode colocar poderá afetar, pode haver essa modificação no
1515texto. Poderá afetar.

1516

1517

1518**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Esse artigo agora que ficou 2º, na verdade ele
1519foi feito tentando adaptar o quê? Que nós temos os padrões finais que são valores de
1520proteção à saúde, e os outros eram valores intermediários, de forma que fossem
1521alcançados aqueles, mas não necessariamente protege a saúde. Ou seja, hoje eu
1522adoto o padrão P1 lá, aí daqui 5 anos, eu adoto o P2, quer dizer, 5 anos, durante 5
1523anos em relação a qual padrão que afetou a saúde? Quer dizer, é tão confuso isso,
1524tem que adotar uma definição que atenda essa. Então nesse caso nós estamos
1525colocando bem nessa... Associado ao intervalo de tempo correspondendo às metas
1526por meio da aplicação de medidas preventivas e controle apropriado. Depois quando
1527vamos a padrão final nós definimos lá. Padrão final: padrões determinados pelo
1528coeficiente científico para que o padrão de saúde seja preservado em relação aos
1529danos causados pela poluição atmosférica. Então, não tem nada de ultrapassou, não
1530ultrapassou. É nessa linha.

1531

1532

1533**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Jesuíno, a nossa definição ela foi pautada
1534pela diretriz que nós seguimos de não trabalhar com o padrão final e padrão
1535intermediário. A proposta da CNI tem um único padrão, o padrão de qualidade do ar
1536que é o final, e está seguindo a recomendação da OMS de tratar os níveis
1537intermediários como metas. Deixando claro que essas metas no período em que elas
1538vigerem elas são a referência para a gestão. Nós colocamos. Agora, a nossa definição
1539está lincada a todo um raciocínio que foi feito depois, de que trabalha só com um
1540único... Não existe o padrão bom e o padrão ruim, não existe o padrão que preserva a
1541saúde e o que não preserva, existe o padrão que estamos perseguindo. É nesse
1542assinante sentido. Eu acho que esse conflito da redação é em função dos raciocínios
1543que se seguiram, quer dizer, porque a definição vem em função do que nós estamos
1544colocando depois. Então, essa dificuldade que vocês estão sentindo de uma definição,
1545para dar conta dessa distinção nós não sentimos porque para nós ela não teve um
1546entendimento de conceito. Ela é uma meta. Então, é isso.

1547

1548

1549**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nesse sentido eu acho o que art. 1º
1550original, ele tem uma falha, porque isso a CNI tem falado, mas nós não estamos
1551traçando metas nessa Resolução. Não estou traçando meta, nessa Resolução não
1552existe a previsão de metas, existem padrões. E os padrões não são metas. Até na
1553redação original do art. 1º, ela não estava correta a meu ver, porque estava
1554correspondendo a metas a serem alcançadas. Mas é que meta para mim, o

1555Wanderley é engenheiro e eu sou arquiteta, eu advogo da mesma corrente, quando
1556temos metas, você tem números a serem perseguidos. As etapas tudo bem. Agora,
1557nesse sentido eu acho que proposta da CNI é coerente, mas ela não é coerente com
1558aquilo que vínhamos perseguindo, que não era ter um padrão só, era ter um padrão,
1559mas já tendo em mente um outro padrão inicial, depois um padrão intermediário e um
1560padrão final. Aí nesse sentido nós temos alguma divergência em relação á proposta.
1561Desculpem aí, eu não sei se vocês se recordam, o Rudolf e a Letícia se ausentaram,
1562é que nós ficamos sabendo um pouquinho antes de entrar na Resolução, que o Luiz
1563Mandale que é um técnico da gerência do Rudolf, ele sofreu um acidente de moto e
1564está na UTI. Aí eles agora estão vendo se eles conseguem ter informações sobre
1565como ele está. Ele ficou de trazer uns documentos, ele não apareceu, e aí nós fomos
1566atrás e descobrimos que ele sofreu no sábado um acidente de moto, e parece que
1567está na UTI, mas não temos outra notícia sobre o estado de saúde dele, eles ficaram
1568um pouco preocupados, acho que saíram para ver se conseguem de alguma forma
1569contatar algum parente, conhecido para terem mais informação sobre a saúde dele.
1570Bom, eu de qualquer sorte, voltando aqui, a nossa proposta original, agora, Maria
1571Helena, voltando ao que você falou, a proposta já falava associada a um intervalo de
1572tempo, nesse ponto elas são muito parecidas, o que muda um pouco a proposta da
1573CNI é que ao invés de falar em poluentes, ela fala em substâncias presentes, material
1574particulado não é uma substância. Ela não é uma substância é um poluente. Só um
1575minutinho. E as duas propostas falam em poderá afetar, afetará, mas poderá afetar a
1576saúde humana, o bem estar da população e o meio ambiente. De qualquer sorte nós
1577agora nesse art. 1º, nós estamos definindo o que é padrão, eu acho que nós temos
1578que tentar chegar em um artigo, não sei se o Rudolf tem alguma sugestão, mas temos
1579que chegar a uma proposta de artigo que atenda aquilo que estamos querendo dizer
1580lá adiante. Associado ao intervalo de tempo ela já consta, nas três propostas existe
1581essa divergência, eu entendi, eu até achei que substância pudesse ser melhor, mas
1582eu estou entendendo que substância não atende todos os poluentes que podem ser
1583encontrados. E a questão de ocasionar danos, eu não colocaria dano à flora e fauna,
1584aos materiais e ao meio ambiente, meio ambiente já contempla a flora e a fauna, e
1585materiais, eu não gosto muito quando definimos o que é poluente eu fui voto vencido,
1586materiais para mim não diz muita coisa, mas em todo caso, eu acho que aí nós
1587estamos falando redundantemente, até porque no Parágrafo Único nós já definimos o
1588que é poluente e já falamos em matéria, quantidade, concentração e coisa e tal.
1589Então, eu queria convergir para que a proposta do novo art. 2º fosse alguma coisa
1590única. Pergunto se o que nós podemos agregar a alguma delas para poder ter uma
1591proposta única ao invés de ter três.

1592

1593

1594**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Não. Só uma observação Zilda, a diferença
1595também está na associação do intervalo de tempo, questão da ultrapassagem que
1596não é citada na definição.

1597

1598

1599 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas qual é a leitura que eu tive? Eu
1600 não vi aqui na sequência nenhuma sugestão de vocês associada a essas
1601 ultrapassagens, salvo melhor juízo.

1602

1603

1604 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – O que nós entendemos é assim, não é porque
1605 você passa, não é porque você tem uma concentração no intervalo de tempo, quer
1606 dizer, você tem que ter a concentração no intervalo de tempo. Entendeu? É isso. Só
1607 fazer esse link. Ultrapassadas em um intervalo de tempo, é diferente.

1608

1609

1610 **A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Eu não entendi muito a proposta da CNI, eu acho
1611 que ela tem que ser vista em um consenso. Eu não entendi o que é ultrapassado ao
1612 longo do período específico, vocês estão imaginando ultrapassa várias vezes ao longo
1613 de um período? Para mim é confuso, está ultrapassando considerando o período
1614 definido no padrão. Aí eu não entendi o que é ultrapassado ao longo do período
1615 específico. Se vocês estão considerando várias ultrapassagens e qual é o critério para
1616 você ver o que é ao do período específico ou se está considerando uma passagem
1617 só. Eu queria deixar mais claro, e em relação à proposta do Ministério Público, nós já
1618 tínhamos feito no início essa proposta, não sei se está em ata ou não, Evangelina,
1619 mas se você olhar as Resoluções, os diversos documentos do GT, você vai perceber
1620 que tínhamos discutindo isso no começo e depois foi retirado. A ideia, o que nos
1621 preocupa é uma coisa ao contrário, por exemplo, você fala o padrão poderá afetar a
1622 saúde, outros falam, não ultrapassou o padrão inicial. Então, está bom para a saúde.
1623 É esse conceito que não quisemos dar e foi por isso que tiramos essa definição daqui
1624 e deixamos ela definida lá no padrão final e no padrão intermediário, e aqui colocamos
1625 uma definição mais genérica sem alusão à saúde, porque nós não queríamos dar a
1626 impressão contrária. Foi essa a nossa preocupação, não foi a preocupação de não
1627 dizer, ou poderá ou não poderá. Não passou o padrão 1, então, está bom? Então, é
1628 por isso que nós remetemos a essa definição para o padrão final, só resgatando um
1629 pouco a discussão. Foi essa a nossa preocupação.

1630

1631

1632 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Na verdade aí não fala que é padrão final.

1633

1634

1635 **A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Fala a definição de padrão, por isso que nós
1636 remetemos, no final nós colocamos que é da saúde, na definição lá para a frente da
1637 Resolução, definiu o que é intermediário e o final. Dentro dessa Resolução, acima do
1638 padrão final se já pode afetar a saúde. É essa a ideia do que está aqui, aqui nós
1639 fizemos uma descrição genérica do padrão, no artigo, naquele que define o padrão
1640 final, nós falamos que o padrão final é para proteger a saúde, e os outros estão metas
1641 de padrão intermediário. É essa a preocupação, de não criar uma confusão na
1642 população de que ultrapassado o padrão de qualidade 1, abaixo disso eu já estou
1643 protegendo a saúde. E por isso que remetemos essa definição no PF.

1644

1645

1646**O SR. VICENTE SMALL (Petrobrás)** – A referência ultrapassados em períodos
1647específicos, são períodos específicos no plural porque são períodos diferenciados,
1648tem-se médias em tempos diferenciados. Então, é ultrapassado em períodos
1649específicos.

1650

1651

1652**A SRª. MARIA HELENA (Cetesb)** – É que dá a impressão que o padrão é
1653ultrapassado durante um período específico, do jeito que está escrito, não está
1654dizendo que está se referindo ao tempo que está especificado no padrão, mas dá a
1655impressão se o padrão... Olha, a atmosfera o padrão ultrapassado ao longo de
1656períodos específicos. Então, dá a impressão que ele está sendo ultrapassado ao
1657longo de determinados períodos e não é isso que diz o conceito do padrão.

1658

1659

1660**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Maria Helena, eu entendo que vocês tiraram
1661na definição do texto base não está fazendo nenhuma menção à questão de afetar a
1662saúde, na nossa definição existe esse link. Então, era preciso linkar a questão da
1663saúde quando ultrapassados períodos específicos. Isso é claro. Agora, no nosso
1664entender, eu não quero adiantar aqui a discussão, mesmo a definição que está sendo
1665dada lá na frente para padrão final e padrão intermediário, ela não resolve o
1666problema, vamos ficar com uma questão em aberto porque toda a ênfase de
1667preservação à saúde está sendo dada na definição de padrão final, e o padrão
1668intermediário não. Aí quando você olha aqui em cima, tudo bem, mascarou aqui
1669porque o padrão é feito com essa visão, para saber a partir de quando eu tenho que
1670tomar ações e tudo mais. Aqui está meio que contornou o problema e jogou lá para
1671frente uma definição. Na nossa visão isso não resolve, eu não estou dizendo-se que a
1672proposta da CNI resolve, a proposta da CNI eu só vou fazer um parêntese aqui, ela foi
1673feita buscando a máxima aderência possível com o texto base que a encomenda que
1674nos foi feita na última reunião, mas do jeito que está colocado no texto base, pelas
1675discussões internas que tivemos, inclusive com a participação do jurídico, ela não
1676resolve. Por isso que se tentou construir aqui.

1677

1678

1679**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Deixa-me só fazer um comentário
1680antes. Eu vi que na proposta na CNI ela volta àquela questão das metas. Eu acho
1681muito confuso colocar meta em Resolução, porque meta normalmente é um objetivo
1682de um programa, por exemplo, no Governo Federal nós usamos, eu tenho metas a
1683cumprir em relação às ações que eu tenho para desenvolver. Eu acho que essa
1684Resolução é uma Resolução que trata de padrões, é muito complicado inserir metas
1685nos meios de padrões, metas normalmente usamos para programas, é em um ano
1686específico, eu tenho metas para atingir esse ano. Então assim, nós já tínhamos falado
1687isso de outras vezes e parece que a CNI continua com essa proposta de colocar
1688metas, refez todas as tabelas colocando metas e colocando o valor final. Eu
1689particularmente não posso concordar com esse tipo de proposta, eu acho que vai dar
1690uma confusão em relação ao Governo. Mas o vale é o padrão, é a meta. Aí eu acho

1691que vai ter uma confusão com o Ministério Público, com outros órgãos, ele vai dizer o
1692seguinte: “mas ele vai ter que atingir o padrão e tem que justificar por que ele está na
1693meta tal”. Eu acho que é mais confuso, chamar algo intermediário de meta. Eu
1694entendo raciocínio, eu estou dizendo que isso não é usual para uma Resolução do
1695Conama.

1696

1697

1698**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Primeiro, eu lembro assim, acho que se não
1699me engano na segunda ou terceira reunião que os Estados colocaram a importância
1700de que seja definido como padrão, é questão jurídica isso aí. Foi consultada a área
1701jurídica no caso lá em São Paulo. A questão tem que ter o nome padrão, se não for
1702padrão não vai dar para trabalhar como ação de evolução e controle depois, ou seja,
1703para nós aí está definido já, ou não é padrão, ou então não tem nada. A segunda é:
1704na questão da definição de poluentes está aqui. Parágrafo Único: considera-se como
1705poluente atmosférico qualquer forma de matéria e tal, substância imprópria, nociva,
1706ofensiva à saúde pública, inconveniente ao bem estar público, quer dizer, já está
1707definido aqui o que seria poluente atmosférico. Só para terminar, e no caso então,
1708toda essa proposta da CNI já está detalhada aqui embaixo, fica mais claro também.

1709

1710

1711**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – *Mas não é a mesma coisa, porque em cima é a*
1712*definição do poluente, mas não da ultrapassagem.* Eu estava olhando porque é o
1713seguinte: a questão nossa é apenas constar o conceito do padrão da ultrapassagem,
1714que afeta à saúde humana, que isso não está. Aí eu procurei em cima não está, e
1715embaixo está impróprio ou nocivo, mas é em relação ao poluente não em relação ao
1716padrão. Então, a definição não está em lugar nenhum.

1717

1718

1719**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – E qual é a sua proposta?

1720

1721

1722**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – A minha proposta é que tenha a definição do que é o
1723padrão. Se ultrapassado poderá afetar a saúde, que não está nem em cima nos
1724artigos primeiros, e nem aqui embaixo no Parágrafo Único, que é considera-se como
1725poluente qualquer forma de matéria e tal. Então, na verdade o que não existe é a
1726definição do padrão que isso que nós agora na revisão retomamos, porque eu não
1727tinha encontrado mais a definição.

1728

1729

1730**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A definição ela constava no art. 1º.

1731

1732

1733**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – NÃO é a mesma coisa.

1734

1735

1736 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Você está dizendo que não
1737 encontrava, você pode não concordar com o que estava lá, mas existia uma definição
1738 que era a definição do art. 1º. Agora, é o art. 2º.

1739

1740

1741 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Então, nós retomamos a definição. Não pode
1742 acrescentar o conceito no art. 1º?

1743

1744

1745 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não. Espera um pouquinho. O art. 1º
1746 diz o que propõe. O conceito eu estou definindo no art. 2º.

1747

1748

1749 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Então, como valor de concentração associado ao
1750 intervalo de tempo, que quando ultrapassado poderá afetar a saúde, e o resto? Não
1751 pode acrescentar?

1752

1753

1754 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Aí eu vou ter um problema que a
1755 Cetesb já levantou, o seguinte: eu não vou ter um padrão só, eu vou ter vários
1756 padrões. Então, cada vez que esse padrão 1, 2 e 3 foram ultrapassados nós vamos
1757 voltar à discussão da primeira e segunda reunião. Aí é bom lembrarmos. Então assim,
1758 qual é o padrão que vai ser ultrapassado o final, o intermediário 1, o intermediário 2?
1759 Qual deles?

1760

1761

1762 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – No fundo todos os padrões intermediários e o final se
1763 ultrapassado, afeta. Na verdade os intermediários já estão afetando.

1764

1765

1766 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas aí eu posso um problema na
1767 compreensão do por que essa Resolução existe.

1768

1769

1770 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Então escreve padrão final.

1771

1772

1773 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Exatamente. Isso que eu estou querendo
1774 sugerir, que coloque o padrão final.

1775

1776

1777 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Já que é isso coloca o padrão final que é a definição.
1778 Considera-se como padrão de qualidade do ar final, eu não sei se podemos colocar
1779 isso lá embaixo na definição.

1780

1781

1782 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Cola uma nova proposta, pega o
1783 primeiro e cola aí nesse primeiro.

1784

1785

1786 **O SR. EDUARDO TOPÁZIO (Inema/BA)** – Desculpe. A proposta original para mim
1787 está muito bem feita, talvez a grande discussão é em relação á terminologia de metas,
1788 me parece que o que entendido como metas, não é exatamente metas. Então talvez
1789 arranjar uma correspondência para aquilo. Agora, aí, da CNI não está prestando muita
1790 atenção ao que eu estou dizendo, mas ele como engenheiro eu acho que o que está
1791 no art. 1º, que hoje é 2º, originalmente está muito bem resolvido, talvez melhorar a
1792 redação em relação a metas. Em relação a essas questões ligadas a outros
1793 elementos, tanto Acre CNI levanta quando essa questão ligada a saúde, que é a
1794 primeira coisa que nos afeta saúde, bem estar da população para mim, inclusive o mal
1795 estar já afeta a saúde, mas que eu acho que é fundamental e importante, ligado a
1796 questões materiais e outros aspectos, se você for considerar isso tem muita
1797 variabilidade, nós vamos entrar numa zona meio nebulosa. Então, eu considero esse
1798 art. 1º como tal, original, muito bem escrito, muito bem fechado, talvez melhorar ali no
1799 que queremos dizer com corresponder á meta, não sei o que a palavra que substituiria
1800 metas, já que não é meta exatamente, metas como pensado aí, mas em outros
1801 aspectos, padrões intermediários, padrões finais. Não sei.

1802

1803

1804 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Deixa-me só fazer um
1805 esclarecimento. Eu acho o que texto vai ficar confuso, se eu colocar no artigo
1806 seguinte, quando eu falo dos padrões de qualidade do ar final, eu já falo para que
1807 saúde da população seja preservada em relação aos danos. Eu posso acrescentar
1808 alguma coisa no artigo seguinte. Agora falar no art. 2º, e depois falar no art. 3º e em
1809 vários o texto vai ficar muito confuso, se remetendo várias vezes ao mesmo problema
1810 que é a ultrapassagem. Eu pediria tanto ao Ministério Público e à CNI para que
1811 pudéssemos nos concentrar na proposta original do texto, e ver em que medida nós
1812 podemos acrescentar alguma coisa nela, corrigindo ali nessa nossa proposta que
1813 seriam as ações, o que tínhamos falado? Tirar as metas e colocar etapas, ao invés de
1814 metas.

1815

1816

1817 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Eu estou preocupado, agora 12h30, nós
1818 estamos no comezinho do texto. Eu queria fazer um pequeno resgate, concordo com
1819 Eduardo, eu acho que o tempo que nós estamos gastando nas discussões. Eu não
1820 estou vendo refletir em melhoria do texto, porque esses artigos, nós já estamos bem
1821 porque nós discutimos durante reuniões e reuniões. Eu sinto o grupo que está na
1822 floresta, é a quinta que já passaram do lado da seringueira e já passei aqui antes.
1823 Como é que nós terminamos a última reunião? Nós passamos pelo texto inteiro, nós
1824 acabamos a última reunião praticamente com um texto pronto, o que faltava ali?
1825 Consensuado por quase todos, faltava a implementação das etapas que nós tínhamos
1826 propostas bem diferentes, nós tínhamos o art. 6º que falava das amostragens,
1827 praticamente pronto. Era uma questão de uma palavrinha ou outra. E a questão dos

1828níveis de alerta e emergência que também todos já tinham concordado em cima dos 4
1829artigos. E a Zilda ainda abriu para o Ministério Público talvez propor um número ou
1830outro. Isso foi no final da nossa última reunião, mesmo assim nós propusemos que
1831houvesse a contribuição de todos com propostas aderidas aos artigos e tal. Mas, aí
1832lembro que a CNI trouxe uma proposta muito diferente que agora aderiu aos artigos.
1833Mas de qualquer maneira nós abrimos aqui e vemos tudo azul nesse artigo, me dá
1834uma aflição enorme porque há azul e muito verde ao final também. Nós temos dois
1835dias, nós já gastamos praticamente um quarto da nossa reunião e eu não estou vendo
1836muito avanço. Nós fizemos... Nós um pouco que não nos enquadrámos no comando
1837final da coordenadora porque não tivemos como mandar uma proposta antes ao
1838Conama para sistematizar junto. Mas mesmo o que nós conseguimos elaborar e nós
1839terminamos isso sexta feira, como já disse a Letícia, o nosso Secretário saiu a campo,
1840ele discutiu com a Ministra do Meio Ambiente, a Letícia esteve no encontro do
1841Ministério Público debatendo com todos, ou seja, houve uma preocupação de se ouvir
1842todos os atores. Nós fizemos uma proposta que terminamos de escrever na sexta
1843feira, por isso ela não está aqui escrita, mas nós nos ativamos a isso que nós estamos
1844falando, a uma implementação das etapas, a uma amarração lá do art. 6º e pronto,
1845obviamente que nós propusemos, eu acho que essa palavra fica melhor aqui do que
1846ali, eu acho que tem um parágrafo que pode ficar melhor. Eu não estou dizendo que
1847ninguém não pode contribuir com nada, mas nós estamos abrindo as discussões
1848desde o art. 1º, muito do início. Eu acho que nós temos que ter um pouco mais de
1849aplicação aqui no trabalho, de nós tentarmos superar isso. Essa sobre esses artigos,
1850eu acho que já está muito discutido, gente. Enfim, foi só uma tentativa de
1851contextualizar a reunião, viu coordenadora?

1852

1853

1854**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu tenho uma sugestão. Se
1855colocássemos esse link que poderá afetar o meio ambiente, a saúde humana, quando
1856nós falarmos do padrão final de qualidade do ar, que está no artigo seguinte. Ao invés
1857de colocar aqui. Então assim, nós colocamos, e aí deixamos. E aí melhoráramos um
1858pouco a redação desse artigo e passaríamos para o próximo.

1859

1860

1861**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Na verdade, só um
1862comentário. Rudolf, eu entendo bem o que você colocou em cima disso, mas eu tenho
1863uma outra preocupação, as coisas que não foram bem amarradas no GT, chegam na
1864Câmara Técnica e aqui nós temos 4 membros da Câmara da Qualidade, isso chega lá
1865e implica que tenhamos que trabalhar com o Grupo de Trabalho. Isso foi um exemplo
1866do PCB que deu um trabalho enorme para a Câmara Técnica. Aqui eu acho que
1867passarmos por isso não é perder tempo, é aprimorar o trabalho para que isso flua com
1868maior clareza dentro da Câmara Técnica.

1869

1870

1871**O SR. VICENTE SMALL (Petrobrás)** – Nós estamos com desafio, nós estamos com
1872uma questão de texto que vem nos perseguindo, ou nós perseguindo nesse período,
1873que ela contém um problema conceitual, em meu entendimento. A Resolução ela foi

1874proposta segundo algumas razões, das quais a principal é um novo nível de
1875conhecimento científico sobre as implicações das concentrações de determinadas
1876substâncias ou poluentes da qualidade do ar, os avanços em relação ao Proconve e
1877etc. Então, retomando a questão do conhecimento científico sobre qualidade do ar, eu
1878acho que estamos nos esquecendo que a OMS oferece probabilidade não só para o
1879valor final, probabilidade para os valores intermediários. Então, se nós pretendemos
1880ser consistentes com o caput da intenção de se rever essa Resolução, ou seja, se
1881estamos querendo ser consistentes com uma questão científica, então, nós vamos
1882que estar conscientes com a própria OMS, está se referindo em valores
1883intermediários, e também se estamos querendo ser consistentes com o
1884desenvolvimento sustentável porque os três valores intermediários da OMS se
1885referem a percentuais de probabilidades de efeitos não desejados para a saúde.
1886Todos eles são propostos e em algum tempo eles seriam aceitáveis em nome do
1887desenvolvimento sustentável. É aquilo que é possível se realizar. Então, nós não
1888podemos perder de vista no tratar no texto esses aspectos. É essa observação que eu
1889queria trazer à reflexão de vocês. Obrigado.

1890

1891

1892**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu posso até concordar com você,
1893Vicente, a minha intervenção foi muito mais no sentido de que Resoluções do
1894Conama como essa que oferece padrões, elas criam uma regra de comando e
1895controle para os Estados. Ao criar essa regra de comando e controle, já que eu tenho
1896um escalonamento, existe uma outra forma de falar, porque senão eu vou entender o
1897seguinte, a cada evento de ultrapassagem dos padrões, está vinculado diretamente a
1898uma infração séria e um problema à saúde humana. É por isso que eu fiz aquela
1899crítica aquela hora dizendo que não é bem assim que eu posso colocar, senão, não
1900tem sentido eu ter padrão intermediário, vai ter sentido só ter padrão final. Então, a
1901partir do momento em que tanto a CNI quanto o Ministério Público fizeram aquela
1902sugestão que se fosse colocado que quando ultrapassado poderá afetar, eu fiz a
1903pergunta: quando for ultrapassado qual o padrão? O inicial, o intermediário ou o final?
1904É por isso a minha preocupação, senão eu não vou dar uma regra clara ao Estado, e
1905eu estou entendendo que a OMS, mas a partir do momento em que dizemos assim
1906poderá causar, poderá afetar a saúde humana e meio ambiente, aí eu estou me
1907referindo a qual padrão? Se eu estou criando um sistema de tratamento da questão
1908da qualidade do ar, eu estou criando isso de maneira encadeada, foi por isso que
1909colocamos aquele considerando lá, estou criando de maneira progressiva essa
1910revisão até chegar o padrão OMS, eu estou de certa forma com essa redação
1911invalidando o padrão intermediário. Eu estou invalidando o padrão intermediário
1912porque eu vou dar uma regra que... Aí vão me perguntar o seguinte: então por que
1913você já não colocou direto o padrão final e acabou com o padrão...? E isso é uma
1914leitura do texto da Resolução, assim, se o padrão final é o melhor e se ele for
1915ultrapassado pode causar a saúde humana, aí vem isso que a Evangelina colocou.
1916Então, o intermediário já vai se um problema à saúde humana. Então, essa regra não
1917fica clara nos textos propostos, e aí eu tenho dúvida em relação a quem vai pegar isso
1918para aplicar. Aí sim nós vamos ficar suscetíveis ao Ministério Público e vocês

1919principalmente, empresas que têm uma atividade, são responsáveis pelas fontes fixas,
1920vocês vão ter um problema sério para atendimento dessa Resolução.

1921

1922

1923**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Só observando aqui, as propostas que a CNI
1924com relação às etapas que são da OMS, na verdade nós já conversamos
1925anteriormente, por exemplo, o primeiro valor lá intermediário, 150 que é a proposta da
1926OMS, esse valor já no caso do Estado de São Paulo já não é ultrapassado
1927praticamente na maioria dos lugares. Por exemplo, na região metropolitana grande
1928parte da população ele já é atendido. Então, não tem sentido nós retrocedermos,
1929queremos avançar, e esses valores que a OMS estabeleceu lá, está bem claro, são
1930valores sugestivos, ou seja, não é para necessariamente adotar, é sugestão, para os
1931intermediários, claro. Só que temos base de dados no Brasil, pelo menos, nos
1932Estados, que nos já permite fazermos um avanço nessa questão. Só isso aí.

1933

1934

1935**A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Zilda, eu acho que estamos concordando, na
1936verdade a preocupação é essa exatamente, se chamar de meta ou padrão, para a
1937CNI não faz diferença, o que nós queremos é que fique claro esse chamado de
1938padrão intermediário, ele também preserva a saúde. Isso tem que ficar muito claro
1939dentro das probabilidades estabelecidas tem que ter, porque se não do jeito que está
1940na nossa leitura, eu concordo com você Zilda, a regra não está clara, nós vamos ter
1941que ficar refém sim, porque se eu digo que o padrão intermediário, como está dito
1942aqui ele é aquele que busca a melhoria gradativa da qualidade do ar, e no parágrafo
1943seguinte eu digo que padrão final é o que preserva a saúde, para quem lê isso, o
1944padrão bom é o final, o intermediário é só o escalonamento. É isso que está aqui.
1945Então, temos que encontrar uma forma de redação, o nome que está se dando ao
1946intermediário para CNI, nós não estamos batendo o pé na meta porque tem que ser
1947meta, podemos chamar de padrão, agora vamos trabalhar essas definições de forma
1948clara, de forma que apareça essa recomendação da OMS. Isso que trouxe do risco
1949epidemiológico associado, em que nível que estamos trabalhando, é importante, de
1950alguma forma isso tem que aparecer, não é porque que eu estou adotando um
1951número intermediário que eu estou esquecendo a questão da saúde e que ela não
1952está sendo cuidada. Então, nós estamos falando a mesma língua, é uma questão de
1953redação que se dê. Quanto à última fala do Jesuíno. Jesuíno, nós estamos olhando
1954essa norma como uma norma nacional, existe um dispositivo aqui proposto que diz:
1955os Estados podem ser mais restritivos conforme suas realidades, agora a norma ela
1956tem que ser cautelosa, existem diferenças significativas no Brasil, e que nós não
1957conhecemos totalmente. Isso foi falado aqui em outras reuniões. Agora, quanto à
1958terminologia usada, embora não tenhamos aqui uma delegação expressa de estar
1959porque isso não foi internalizado, mas eu acho que podemos assumir que isso é o de
1960menos, se chamar de padrão... O que nós estamos levantando aqui é que da forma
1961que foi colocado não resolve o problema colocado pela coordenação. Para nós não
1962está claro.

1963

1964

1965 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu tenho uma proposta aqui que
1966 talvez consigamos abreviar esse vai e volta, vamos ver e conseguimos construir. Eu
1967 acho que a proposta original mesmo ela necessitaria de uma complementação. Então
1968 assim, após, associado ao intervalo... Estou lendo a proposta original. A proposta bem
1969 em cima em vermelho: associado a um intervalo de tempo, conforme estabelecido
1970 nessa Resolução, que corresponde às etapas a serem alcançadas para o atingimento
1971 das metas intermediárias. E poderia colocar das finais. E por medidas de aplicação...
1972 E aplicação de medidas preventivas e de controles apropriados. Aí eu tiraria sendo
1973 estabelecido em norma legal, porque isso aí está meio estranho. Já está na norma. Eu
1974 vou colocar minha proposta na tela para ver se conseguimos solucionar isso. Depois
1975 de intervalo de tempo, conforme estabelecido nessa Resolução, porque nós estamos
1976 estabelecendo na Resolução várias metas, é mais nesse sentido. Conforme
1977 estabelecido nessa Resolução, eu vou colocar na tela e depois nós corrigimos,
1978 conforme estabelecido nessa Resolução, que corresponde as etapas a serem
1979 alcançadas para atingimento dos padrões intermediários e do padrão final. E eu não
1980 tiraria o finalzinho ali, dos padrões intermediário e final, contemplando a aplicação de
1981 medidas. Aí tira por meio da aplicação. E aí entra em medidas, de medidas
1982 preventivas de controle apropriado. Essa aí é a sugestão que eu faço. É uma
1983 sugestão no sentido de tentarmos harmonizar o texto.

1984

1985

1986 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – O que eu gostaria de dizer é o seguinte, que é muito
1987 importante, eu acho, a definição como a Cristina disse, do padrão pelo menos o final,
1988 ela falou do intermediário, só que o intermediário ele é um padrão que está acima do
1989 nível que preserva a saúde, porém se entende que para se alcançar o padrão final,
1990 tem que haver um escalonamento que existe hoje. Então, não vejo, problema em você
1991 definir o padrão final, e dizer que para alcança-lo realizado um escalonamento até que
1992 se possa alcança-lo, e isso mais seguro para a saúde. Eu acho que não precisa dizer
1993 que os intermediários também estão acima e fazem mal à saúde, eu acho que isso
1994 está claro na medida em que você tem escalonamento. De qualquer forma a definição
1995 tem que existir até para ser mais transparente, e o padrão também ajuda na questão
1996 da transparência de informação à população, a população tem o direito de saber que
1997 ela está exposta a isso. Então, o que vai se fazer? Se hoje o padrão é 150 e precisa
1998 chegar no 50, tem que ter o escalonamento, isso é previsto inclusive pela OMS.

1999

2000

2001 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas o escalonamento nessa
2002 Resolução são os padrões intermediários.

2003

2004

2005 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Ok. Que não preservam a saúde, mas não precisa
2006 dizer isso, só precisa definir o padrão final. Não está... Esse padrão... Então,
2007 considera-se como padrão nessa Resolução final de qualidade do ar a concentração,
2008 que é exatamente o conceito da Organização Mundial de Saúde.

2009

2010

2011 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas aí eu não concordo em colocar
2012 que quando ultrapassada poderá afetar.

2013

2014

2015 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Por que não?

2016

2017

2018 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu vou ter que repetir o que eu falei
2019 antes? Eu acabei de falar isso antes de fazer a proposta. O que eu estou dizendo é o
2020 seguinte, para fins de controle... Isso em termos de discurso é maravilhoso, para fins
2021 de controle e fiscalização você tiver, se você tiver que o padrão final se ele for
2022 ultrapassado ele vai causar problemas à saúde humana e meio ambiente e eu estou
2023 colocando aqui padrões intermediários que já estão afetando a saúde humana e meio
2024 ambiente, aí o Conama pode ser... Mas eu não posso dizer isso no texto da
2025 Resolução.

2026

2027

2028 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Mas isso é totalmente cabível numa questão e gestão
2029 para pode alcançar um padrão final por um período. Ninguém muda de um dia para o
2030 outro, tem que haver um período de escalonamento.

2031

2032

2033 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas a partir do momento em que eu
2034 digo: “olha, o que vale para mim é o final, se o final for ultrapassado, eu vou ter
2035 problemas para a saúde humana”. Por que vocês construíram uma Resolução com
2036 valores intermediários se o que interessa é o final?

2037

2038

2039 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Porque não consegue se alcançar num período de
2040 tempo...

2041

2042

2043 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, eu não posso dizer
2044 objetivamente que na hora que eu não atingir, que eu ultrapassar o padrão final que é
2045 menor que os padrões intermediários, eu estou assumindo que aqueles padrões estão
2046 causando problema à saúde humana.

2047

2048

2049 **A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Mas isso é óbvio. Isso está na resolução. Não é
2050 questão de regra, isso é uma questão óbvia, como é que você vai esconder isso?

2051

2052

2053 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Já foi dito aqui várias vezes que não
2054 conseguimos chegar no padrão final a partir da publicação dessa Resolução. Você
2055 concorda com isso também? Agora o que eu não posso dizer objetivamente que a
2056 ultrapassagem desse padrão, se eu estou criando uma regra escalonada, eu não

2057 posso de antemão dizer: “olha, eu estou dizendo que você se tomar o veneno na dose
2058 de 50 PPMs, você vai morrer, mas você pode ir tomando 10 PPMs até chegar lá”. Mas
2059 eu não posso dizer isso numa Resolução. Eu não tenho como dizer isso numa
2060 Resolução, eu estou dando um comando errado para que seja atendido, não tenho
2061 como falar isso, e isso vai causar um problema na hora que você coloca um
2062 intermediário. Seria muito bom. Nós construímos há 15 anos atrás no Conama uma
2063 Resolução de pneus em que eu dava prazo para que as pessoas pudessem retirar,
2064 porque existia um passivo. Eu tinha em mente, eu tenho um passivo que eu tenho que
2065 tratar, como é que eu vou resolver esse passivo? Estruturando de maneira
2066 progressiva metas de cumprimento da Resolução, a cada ano essa meta mudava.
2067 Perfeito. Agora, a partir do momento em que eu digo o seguinte, no art. 2º que está
2068 definido um padrão, esse padrão é padrão OMS, e se ele for ultrapassado poderá
2069 afetar a saúde humana e o meio ambiente. Então, para que eu criei regras
2070 intermediárias? Para burlar a lei até chegar lá? Mas é o menor... Isso seria o ótimo
2071 dos ótimos se eu não olhasse para o passado, se eu não olhasse para a estruturação
2072 do sistema. Eu não tenho como fazer isso. O ótimo seria se nós não precisássemos
2073 vim para o trabalho ou nos deslocar de carro, que pudéssemos fazer isso de ônibus,
2074 cidade nenhuma desse País tem condições de implantar em ano um sistema de
2075 transporte coletivo como nós gostaríamos que fosse. Eu não posso ter uma regra
2076 ambiental que dê uma obrigação tão rigorosa a ponto de inviabilizar a aplicação da
2077 meta final. Eu só quero tentar viabilizar a meta final, agora eu não quero judicializar
2078 essa Resolução. Eu acho que se eu colocar aquilo que você e a CNI estão sugerindo,
2079 eu corro o risco de judicializar essa Resolução. Não é isso que queremos, eu já me
2080 perdi de quem pediu a palavra aqui.

2081

2082

2083 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama/MMA)** – Eu só queria alertar
2084 um ponto importante também que aí fazendo e corroborando um pouco com o que a
2085 Zilda falou, se deixarmos essa parte de poderá faltar a saúde humana, eu tenho o
2086 receio da implementação junto à sociedade com isso, porque pode causar um pânico
2087 essa situação com uma informação dessa e isso não é interessante causarmos um
2088 situação em que nós mesmo estamos afirmando que determinados padrões que nós
2089 estamos estabelecendo são prejudiciais à saúde e isso causaria um pânico. Eu não
2090 estou falando que isso não seja verdade ou não, mas se nós colocarmos isso eu acho
2091 que isso causa um problema para a sociedade também uma questão de pânico e
2092 ações em cima até mesmo do Estado como um todo falando assim: “você estão
2093 colocando padrões que vocês mesmo não estão admitindo que causa danos à saúde.
2094 Então, vocês estão sendo irresponsáveis nesse ponto”. Então, eu acho que a questão
2095 da implementação diz relação à sociedade é muito perigoso um ponto desse para
2096 causar pânico na sociedade e é algo que não traz benefício algum.

2097

2098

2099 **A SRª. MARIA HELENA (Cetesb)** – Deixa-me entender. Evangelina, eu não entendi,
2100 eu estou entendendo, parece que está todo mundo concordando com a mesma coisa,
2101 eu estou confusa, na verdade vamos pensar. Quando nós citamos naquele inciso II
2102 padrões finais, nós já falamos que padrões determinados por conhecimento científico

2103 para que a saúde da população seja preservada, nós já estamos dizendo que acima
2104 do valor final, você pode... Está claro no texto. Agora, porque a nossa preocupação
2105 também é o contrário, você não criar uma falsa imagem de que você está atendendo o
2106 padrão 1 e está protegendo a saúde da população, por isso que a definição seria uma
2107 definição genérica e no temporário e no final você esclarece essas coisas. Agora, se
2108 você fala: “o padrão poderá ter risco”. Legal. Não estou ultrapassando o padrão,
2109 então, eu não tenho mais risco? Não é verdade. O padrão 1 não é verdade. É para
2110 evitar esse tipo de confusão. É o contrário. Aí você do jeito que está que o padrão
2111 poderá afetar, parece assim, você não ultrapassou o padrão intermediário 1, então
2112 você não tem problemas de saúde? Não é isso. Isso que está definido no padrão final,
2113 o padrão final é o padrão de saúde, é o referencial de saúde. É essa a ideia.

2114

2115

2116 **A SR^a. MARIANA (Inea)** – Eu acho que estamos patinando de novo e confundindo os
2117 conceitos de novo. Eu não acredito que estamos discutindo isso de novo. Padrão
2118 gente é um limite legal. O que isso? A OMS oferece valor QG, valor guia, como sendo
2119 proteção integral, proteção máxima à saúde, se fosse assim tinha que ser no limite de
2120 emissão zero, carro na rua. É intangível. Nenhum País do mundo adota isso como
2121 padrão. Nós podemos até dizer que padrão final é proteção máxima à saúde, mas não
2122 podemos dizer que temos um nível de proteção aos padrões intermediários. Isso é
2123 valor legal a ser seguido, não podemos confundir conceitos. Padrão de qualidade do
2124 ar vai desenhar um mapa, um diagnóstico e vai indicar para o órgão ambiental onde
2125 que ele tem que agir primeiro. Se não for por isso não vai fazer sentido. Se eu tiver um
2126 mapa no Rio de Janeiro dizendo que todo o Rio de Janeiro viola padrão, não me
2127 ajuda em nada na gestão, eu vou dizer o seguinte: eu tenho que atacar tudo ao
2128 mesmo tempo e não vou atacar nada. Fecha a indústria, tira o carro da rua, é utopia,
2129 Evangelina, não tem como chegarmos dessa maneira. Eu acho que temos sim que
2130 dizer que padrão final é proteção integral, proteção máxima à saúde, como a OMS,
2131 mesmo diz, e que nós precisamos definir valor legal, intermediário para que possamos
2132 aplicar a gestão, senão não dá. E que tem obviamente um nível de proteção, nós
2133 estamos confusão conceitual de novo. Cansativo.

2134

2135

2136 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É uma questão até rápida, Zilda,
2137 que eu acho o § 2º é uma questão de encaminhamento mesmo, aí nós usamos para
2138 efeito dessa Resolução quando queremos definir uma coisa que a definição está fora
2139 de um padrão qualquer, mas que como estamos fazendo referência à Resolução duas
2140 vezes no mesmo dispositivo, eu priorizaria, tiraria lá, colocaria considera-se padrão de
2141 qualidade do ar como valor... E aí continuaria. Para não ter essas duas referências.
2142 Porque a primeira... Tirar para efeitos da Resolução, porque ele é redundante, mas
2143 muitas vezes é importante. O segundo é mais importante. É apenas uma questão de
2144 encaminhamento. Eu acho que o sentido que nós estamos dando para toda essa
2145 discussão é todos nós termos segurança jurídica do que estamos colocando aqui para
2146 amanhã isso aqui não ser questionado, sabe Zilda, isso que é muito importante.
2147 Então, as definições têm que estar muito claras, e tem que refletir isso para todos nós
2148 podermos aplicar isso, tanto quem regula quanto quem é regulado.

2149

2150

2151 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Com relação à questão segurança
2152 jurídica, eu acho que nos considerandos, isso está garantido que o processo se dá por
2153 etapas e dentro de um processo de melhoria contínua até se atingir o padrão final. Eu
2154 acho que aí é uma salvaguarda, é uma segurança jurídica para que o Judiciário não
2155 acolha que amanhã... “Eu exijo que esse padrão seja estabelecido em um ano”. Eu
2156 acho que fica muito claro, e não paira aí a questão da insegurança. E também porque
2157 a definição do que é prejudicial à saúde também já está acolhido aqui, nós sabemos
2158 que nas etapas intermediárias não estamos oferecendo à sociedade aquele objetivo
2159 maior que é o padrão final, por isso que são etapas intermediárias. Eu acho que essa
2160 questão ela reveste da segurança jurídica, não vejo como ela poderia ser questionada
2161 por apontar esses padrões intermediários e dizer claramente que a segurança à
2162 sociedade ocorre no padrão final.

2163

2164

2165 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, eu estou entendendo que
2166 você concordou com o texto que eu propus?

2167

2168

2169 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu concordo. Nessa leitura as
2170 etapas a serem alcançadas para o atendimento do atingimento dos padrões
2171 intermediários e final, contemplando a aplicação de medidas preventivas e controle
2172 apropriado. Faltaria só essa questão da amarração do padrão final, como... Sem falar
2173 metas ou padrão final.

2174

2175

2176 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas isso nós já não tínhamos
2177 acordado que colocaríamos no artigo seguinte quando fala do padrão final? Na hora
2178 que formos ler de novo se vemos que está faltando alguma coisa nós colocamos
2179 alguma coisa no texto dele.

2180

2181

2182 **O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – A única coisa, que queríamos colocar aqui, eu acho que
2183 esse texto aí para mim está ótimo. Com relação, para acalmar um pouco a
2184 preocupação da CNI, eu acho que nós não podemos, eu acho que ninguém aqui
2185 admite que os padrões, que os valores intermediários, as metas intermediárias não
2186 trazem um nível de proteção. É lógico que ela traz. Se vemos hoje no País o que
2187 vivemos com os valores que nós temos, já estamos apertando muito, não há que falar
2188 isso. Então, eu acho que isso ninguém tem dúvida. Se você no parágrafo seguinte,
2189 quando você estabelece, define, estava chamando de critério, mas define que dois
2190 padrões nós estamos falando que vamos adotar que são os intermediários e o final,
2191 você acrescentar no texto do final que ele traz a proteção máxima, a preservação
2192 máxima, você não precisa justificar as proteções intermediárias, ela tem um nível de
2193 proteção sim, e você diz que o final é máximo. E como estamos falando de saúde, nós
2194 subamos buscando ela. Então, eu acho que acaba toda essa celeuma, toda essa

2195dúvida que está pairando aqui. Porque nós não podemos admitir que os valores
2196intermediários não trazem um nível de proteção, é claro que traz, se não for assim,
2197nós não vamos conseguir dirimir essa dúvida.

2198

2199

2200**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O trabalho é um trabalho
2201escalonado, é um trabalho evolutivo. Mas eu acho que isso nós poderíamos discutir
2202quando discutirmos o próximo artigo.

2203

2204

2205**A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – eu concordo com você, eu não estou, a CNI
2206não estamos dizendo que não tem proteção intermediária, é lógico que tem, está no
2207documento da OMS, o que estamos preocupados é com o texto da norma. Todas as
2208dúvidas que a Zilda levantou nós concordamos integralmente, a nossa preocupação é
2209essa, a hora que eu digo que o padrão final é o que dá proteção máxima à saúde, e
2210não digo nada em relação ao outro, como que outros atores que vão trabalhar com
2211essa norma, a preocupação não é com o usuário indústria, é com outro ator, Ministério
2212Público, sociedade civil. Na hora que eu leio, um empresário da saúde, o outro eu digo
2213que é um valor que eu criei para escalar. Agora em que segurança que eu estou
2214trabalhando? Nós não queremos esse tipo de confusão na norma. É só isso. Eu volto
2215a dizer, se é meta se é padrão, não se preocupem com isso, nós adequamos a
2216terminologia e para nós chamar de padrão desde que a definição seja muito clara, que
2217o intermediário é um nível aceitável, é um nível recomendável, estamos dentro do
2218recomendado pela OMS, sim, e isso não está claro nos textos apresentados, inclusive
2219na proposta da CNI, que eu volto a dizer que nós construímos com uma aderência ao
2220que estava aqui, quando puxamos de um lado vimos que está descobrindo de outro e
2221temos que prestar a atenção nisso. Só isso.

2222

2223

2224**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Eu estou aqui com o texto da OMS, e assim,
2225vamos ser objetivos, eu sinceramente, pessoalmente dá vontade de sair e ficar fora, já
2226cansou, mas na verdade é o seguinte: poxa, nós gastamos dois dias, gastamos
2227passagens de avião, acordamos 4h00 da manhã, tudo para chegar aqui e ainda ficar
2228nesse ‘lenga lenga’, não dá. Eu acho o seguinte: a OMS definiu valores, eles têm um
2229gráfico, para cada valor intermediário tem um risco à saúde, vamos ter que ficar agora
2230o risco à saúde é esse. Está escrito lá no documento, se isso está como base a OMS
2231para que vamos ficar agora... O padrão intermediário aqui porque ele... Isso daí não
2232é... Isso é uma Resolução. Então, vamos ser objetivos. Outra coisa, o problema de
2233levar isso daí é questão assim, os Estado é que têm que aguentar depois a questão
2234da pressão, se o Ministério Público vai ficar em cima. Se os Estados estão achando
2235que isso aqui está bom, vamos ser um pouco mais objetivos, vamos em frente senão
2236vamos chegar aqui amanhã, e estamos aqui no primeiro parágrafo sem consenso de
2237nada. Temos que ser objetivos, claros, mas sem ficar na vírgula, um ponto, sabe, é
2238nesse sentido. Então assim, a questão dessas metas que a OMS definiu, eles falam
2239bem claro, cada meta que você conseguindo, cada etapa, você vai reduzindo o risco à
2240saúde. Está escrito. Então, claro que não vai proteger a saúde, mas vai diminuir o

2241risco. Não sei se ficamos nessa coisa aqui. Eu proponho que coloquemos de uma
2242forma que andemos para frente.

2243

2244

2245**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu pediria nesse sentido, agradeço
2246as suas palavras, se todos podem concordar com o art. 2º que está na tela, em
2247vermelho. Com esse foco de que depois nós tratamos do padrão final, intermediário,
2248lá no próximo artigo, que é o que está escrito no próximo artigo.

2249

2250

2251**A SR^a. MARIA HELENA (Cetesb)** – Só falando um pouco em termos de redação,
2252considera-se padrão, tal, conforme estabelecido nesta resolução, que corresponde a
2253etapas a serem alcançadas para o atingimento do padrão. O padrão é uma etapa para
2254ser alcançada no atingimento do padrão? Está um pouco estranha a redação.
2255Precisamos talvez repensar.

2256

2257

2258**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A ser implementado em etapas. Não
2259que corresponde, conforme estabelecido, a ser implantado em etapas para
2260atingimento dos padrões intermediários e final. Tira a serem alcançados. Para
2261atingimento. Fica mais claro assim? Ou seja, eu vou chegar no padrão final, e eu
2262tenho os padrões intermediários. Ficou mais claro assim? À tarde nós teremos que
2263acelerar um pouquinho mais senão não chegaremos ao nosso objetivo. Bom, então,
2264eu vou deixar aí a tarde nós...

2265

2266

2267**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Realmente está um pouco
2268estranho. Considera-se padrões de qualidade do ar, na definição eu falo de padrão
2269intermediário e final. Será que não podemos subtrair isso daí ou marcar de amarelo?
2270Em etapas, contemplando a aplicação de medidas preventivas e de controle
2271apropriado. Eu não sei, talvez fique melhor, pelo menos marca de amarelo.

2272

2273

2274**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, tacha e deixa tachado. Que
2275horas nós retornamos do almoço? 14h30? Então, bom almoço para todos.

2276

2277

2278(*Intervalo para o almoço*)

2279

2280

2281**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Boa tarde. Desculpem o nosso
2282atraso. Acabou que saímos tarde fomos almoçar, mas vamos voltar aqui para o
2283trabalho. Vamos lá. Nós paramos de manhã (...). Estou entendendo que todos
2284aceitaram a proposta que está lá. Não é só para você, não. É que tinha uma proposta
2285da CNI também. Vamos lá, considera-se como poluente, aí vem a definição de
2286poluente, já que nós o citamos no *caput*: Considera-se poluente qualquer forma de

2287matéria em quantidade e concentração, impróprio ou inofensivo. Pode passar não tem
2288sugestão nenhuma sobre essa parte do texto. Emenda 4 - modificativa do § 1º. Cadê
2289o parágrafo, o art. 1º, parágrafo único do art. 1º - Poluente atmosférico: qualquer
2290forma de matéria em quantidade... Forma de matéria? Em quantidade, concentração,
2291tempo ou característica em desacordo com os níveis estabelecidos e que tornem ou
2292possam tornar o ar...

2293

2294

2295**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Zilda, só um minutinho, a nossa
2296proposta é exatamente igual a proposta que estava no texto. Nós tínhamos mudado
2297apenas um parágrafo. É a mudança de um parágrafo para um inciso. Então, em
2298termos de texto não há contribuição, apenas a forma de colocação da nossa proposta,
2299que em vez de entrar nesse parágrafo, aliás, nesse art. 2º como parágrafo único e
2300vários incisos, entraria como inciso e várias alíneas, é apenas forma, não tem
2301mudança de conteúdo.

2302

2303

2304**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mudar de parágrafo para inciso?

2305

2306

2307**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DCONAMA/MMA)** – É porque a CNI
2308acabou que fez a proposta depois de inserção de novos incisos. Não é isso?

2309

2310

2311**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Tem em azul no texto outros incisos
2312adiante.

2313

2314

2315**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DCONAMA/MMA)** – Essa emenda 5, 6
2316não seriam novos?

2317

2318

2319**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Porque o inciso I, nós só tínhamos
2320parágrafo único.

2321

2322

2323**A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Nós reunimos em um artigo só todas as
2324definições.

2325

2326

2327**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Você lembra que nessa Resolução
2328nós adotamos como praxe, lá atrás, nas primeiras reuniões, que não íamos ter o art.
23292º para definições, que íamos explicar isso diretamente nos artigos que falavam dos
2330padrões. Então, nós estamos falando isso lá adiante, pela nossa lógica. E aí não tem
2331sentido ser inciso, se realmente fosse ter um artigo para definição, eu ia ter um artigo

2332 só para definição. Eu estou tendo um pouco mais aqui nesse artigo. Eu estou tendo
2333 algumas regras.

2334

2335

2336 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – É que nós incluíamos mais três definições.

2337

2338

2339 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É que vocês tiraram aqueles outros
2340 artigos que estão lá na frente, mas nós, lá atrás, já tínhamos acabado com esse artigo
2341 de definições quando definimos o que são os padrões intermediários. Eu não sei, aí
2342 vamos ter que mexer no texto todo. Eu acho que daí não é muito operacional. Eu
2343 continuaria com esse parágrafo, como parágrafo único, e deixaria o resto. Peço aí a
2344 compreensão da CNI. Nós já tínhamos, isso é uma discussão vencida. Nós
2345 normalmente temos no art. 2º da Resolução, os conceitos. Nessa, nós achamos
2346 melhor colocar as definições junto do texto. Aí voltar atrás agora também, não acho
2347 muito operacional. Pode ser? Então, tá, vamos lá. Quanto ao conteúdo não existe
2348 uma sugestão específica? Pode taxar então? E se vocês tiverem, a CNI tiver, e a
2349 Petrobrás, alguma sugestão, ao que está escrito mais adiante, sobre metas
2350 intermediárias, planos e tal, aí nós voltamos esses conceitos de vocês no lugar onde
2351 eles estão. Agora é o art. 3º: O padrão de qualidade do ar... Agora o terceiro, o antigo
2352 art. 2º virou o terceiro. Ai nós temos a proposta da CNI, do Inea e do Ministério
2353 Público Federal. Quanto ao *caput* propriamente dito. A CNI tem um pouco mais,
2354 vamos lá. Do Inea é o quê? O Ministério Público fez a seguinte proposta então: a
2355 gestão da qualidade do ar no território nacional será efetuada por meio dos padrões
2356 de qualidade do ar, observados os seguintes critérios. Aí a CNI sugere a supressão.
2357 Por causa do artigo anterior? É isso?

2358

2359

2360 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Nós suprimimos o texto e a emenda nova é
2361 que substitui esse artigo. Que, aliás, foi uma errata aí ao texto. Porque no material que
2362 a CNI...

2363

2364

2365 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – No artigo seguinte, substitui?

2366

2367

2368 **A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – É que nós começamos: os padrões de
2369 qualidade do ar estabelecidos nessa resolução serão implementados mediante
2370 fixação das metas intermediárias no prazo de 20 anos, a partir da data dessa
2371 publicação.

2372

2373

2374 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, nós temos essas três
2375 propostas aí em tela. Eu queria saber o que os senhores. Esse artigo, ele define que o
2376 padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar no
2377 território nacional, observando os seguintes critérios, e aí dá a sequência, padrão de

2378 qualidade do ar intermediário, padrão de qualidade do ar final, aí padrões da
2379 qualidade do ar final. São esses dois incisos, não é isso? Isso é a proposta original. A
2380 proposta do Ministério Público Federal, a proposta do Inea é só corrigir o nome
2381 colocando em letra maiúscula para chamar a atenção, a primeira letra de cada uma
2382 das palavras. A proposta da CNI, ela suprime e joga isso para o art. 9º. Onde ela... Só
2383 um minutinho. Deixa-me tentar entender. E a proposta do Ministério Público, ela altera
2384 um pouco o texto da definição de padrão. Muda, Evangelina, a proposta do Ministério
2385 Público muda o texto de padrão da qualidade do ar intermediário? Ou não? Ou é só o
2386 *caput* que você pede a mudança? Não estou falando com o Inea, estou falando do
2387 texto original. Na minha versão aqui está a mesma coisa. Etapas subsequentes,
2388 insere palavra subsequente. Gente, a próxima vez que vocês forem... É uma
2389 sugestão. É indicar só o que é diferente em relação ao texto, em cores diferentes para
2390 nós o não perdermos tempo. Eu acho que vocês só inserem a palavra subsequentes,
2391 após etapas, o que eu vi de diferente na proposta do Ministério Público, o resto está
2392 tudo igual. Não é tão fácil esse artigo discutir só o *caput*, que a CNI está pedindo uma
2393 supressão desse artigo e eu estou entendendo que essa supressão vai ficar diferente.
2394 Porque está chamando, aqui nesse *caput*, eu estou dizendo que o padrão, de uma
2395 maneira geral, é um instrumento de gestão da qualidade do ar em território nacional.
2396 No momento em que a CNI pede a supressão e coloca para o artigo seguinte, o artigo
2397 seguinte está falando só de padrão de qualidade, está falando no intermediário
2398 implementado em três etapas. Está meio confuso isso daqui. Deixa-me só acabar de
2399 entender, de destrincharmos para podermos entender a proposta. Aí vem o cerne da
2400 questão. A CNI está estabelecendo três padrões intermediários e o padrão de
2401 qualidade do ar propriamente dito, a ser fixados em metas intermediárias no prazo de
2402 20 anos. Meta, eu acho que não cabe aqui. Nós vamos fazer metas que não são
2403 metas anuais. Eu acho que palavra meta, aqui, não cabe. Então voltamos ao novo art.
2404 3º, vamos tentar comparar as propostas que nós temos. Gestão de qualidade do ar,
2405 alguém tem algum comentário sobre a proposta do Inea? Não? Então, a proposta do
2406 Inea já é um ponto. Diga, Carlos.

2407

2408

2409 **O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – É só para lembrar, que quando estávamos discutindo
2410 anteriormente, se propôs trocar critérios por definições, só lembrar isso. Então, ali
2411 onde está critérios, leia-se definições, foi dito hoje de manhã.

2412

2413

2414 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Substituir, no final, critérios por
2415 definições. A proposta do Ministério Público Federal, ela muda um pouco. Ela fala na
2416 gestão da qualidade do ar no território nacional será efetuada por meio dos padrões
2417 de qualidade do ar. Então, está bom, pode taxar. E aí vem a proposta da CNI. A CNI
2418 volta com a coisa das metas. Volta com coisa dos 20 anos. Vocês, pelo menos, são
2419 lógicos. Eu tenho que admitir isso. E insistentes.

2420

2421

2422 **A SRª. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Nós tentamos, pelo menos. Não sei se nós
2423 somos. Deixa-me só esclarecer, Zilda, nós tiramos do *caput* que ele é um instrumento

2424da gestão, porque isso já estava em cima, já estava nos considerandos. Foi essa
2425lógica. Os incisos que acompanhavam esse *caput* eram definições, que nós pusemos
2426no artigo de definições, tiramos daí. Por isso que excluimos dessa forma, nem caberia
2427nós definirmos a meta, o que está definido como meta intermediária, se vocês forem
2428ler o texto, é semelhante ao padrão. É exatamente a definição que vocês usaram.
2429Padrão intermediário não foi alterado. O único senão que eu falei na parte da manhã
2430é: se continuar a definição de padrão intermediário como está, nós achamos que não
2431resolve. Não estou dizendo com isso que a proposta da CNI resolve, ela também tem
2432problemas. Então, aqui é para reflexão. Quer dizer, em cima da discussão que
2433tivermos, essa denominação e essa definição não estão resolvendo o problema que
2434nós vamos enfrentar de ler essa tabela como um todo. É nesse sentido.

2435

2436

2437**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esse artigo está muito ligado ao art.
24383º, aí eu tenho uma seguinte sugestão a fazer, nós temos uma proposta. Nós temos
2439uma proposta para o antigo art. 3º, novo art. 4º, e aí vem em função das conversas o
2440que Ministério do Meio Ambiente teve com os outros setores, que eu gostaria que
2441você colocasse na tela. Antes de nós deliberarmos finalmente sobre esse novo art. 3º,
2442porque ele está vinculado a isso que a CNI está propondo. Eu acho que a proposta do
2443Ministério está um pouquinho mais clara do que a da CNI, mais objetiva. Vamos ver o
2444que vocês acham. É o antigo art. 3º dessa proposta, não é isso? A proposta do
2445Ministério. Letícia, você podia apresentar?

2446

2447

2448**A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Bom, senhores, então, aqui, como
2449eu tinha comentado no início, na abertura, é uma proposta nova, os senhores não
2450viram ainda, não está escrito em lugar nenhum, antecipadamente, nós construímos
2451esse entendimento que vou apresentar agora com base, como eu disse mais cedo,
2452em todas as conversas com diferentes segmentos aqui presentes, e também aqui
2453internamente dentro do MMA, dentro da Secretaria, enfim, com o gabinete. Bom, a
2454nossa proposta é, que nós entendemos que é um denominador comum, na verdade é
2455mais... Eu não queria dizer que é a nossa proposta, não. É o que nós conseguimos
2456capturar que reflete o que possa ser um denominador comum entre tudo aquilo que foi
2457discutido ao longo dessas seis reuniões que nós realizamos, cinco reuniões em que
2458debateamos intensamente tudo isso. Bom, nós dividiríamos, ali estão mantidas as 4
2459etapas, que nós havíamos discutido desde o início, porém, divididas em duas fases,
2460duas grandes fases. A primeira que seria o padrão 1, de entrada em vigor imediata,
2461que é a nossa primeira etapa. Uma segunda etapa que seria também automática,
2462daqui, para entrada em vigor daqui a cinco anos. E as próximas, isso seria a primeira
2463fase, certo? A primeira fase de implementação do padrão, do novo padrão de
2464qualidade do ar. Para que tenha início a terceira etapa haveria um gatilho. Por favor,
2465Conama, você pode suspender um pouco para que possamos verificar o parágrafo
2466único. Está na tela, peço que deem uma olhada. Após 4 anos da entrada em vigor da
2467segunda etapa, ou seja, nós teríamos a primeira etapa, entrada imediata, cinco anos a
2468decorrer a entrada em vigor da Resolução, uma próxima etapa se implementaria
2469automaticamente, que a segunda etapa e aí 4 anos após a entrada em vigor da

2470segunda etapa, o Ministério do Meio Ambiente faria uma avaliação do desempenho,
2471em relação à implementação dessa primeira fase, submetendo essa avaliação ao
2472Conama, para o que Conama possa deliberar sobre a entrada em vigor da terceira e
2473quarta etapas. Ou seja, o nosso entendimento é que nós estaríamos colocando nessa
2474Resolução todo o conteúdo programático do que nós desejamos, mas deixaríamos um
2475pacto, deixaríamos já implementado, a partir da entrada em vigor dessa Resolução, a
2476primeira fase composta de duas etapas e aí estabeleceríamos um mecanismo, já
2477avaliado com algum pré-julgamento do que deve ser a segunda fase, porque estão
2478detalhadas aí a terceira e a quarta etapa, porém com um gatilho de implementação
2479desse processo, e por isso nós estabelecemos aqueles dois considerandos lá.
2480Aqueles dois considerandos que nós debatemos hoje pela manhã, que justamente
2481dava a ideia de escalonamento e de melhoria contínua e progressiva do processo,
2482para o que Conama se debruçasse sobre o desempenho da implementação da
2483primeira fase, e aí pudesse deliberar, em termos de cronograma, como se daria a
2484implementação da segunda fase. Vocês viram que eu marquei bem a diferença entre
2485etapas e fases, porque são 4 etapas estabelecidas, porém a sua implementação se
2486daria em duas grandes fases. Uma primeira estabelecida com essa Resolução, e uma
2487segunda fase mediante a avaliação promovida ao cargo do Ministério do Meio
2488Ambiente, ou seja, tem aí um ator responsável por implementar, ativar o gatilho,
2489submetendo ao Conama a deliberação, em termos de cronograma. Em termos de
2490conteúdo, nós já estaríamos, desde já, estabelecendo o que seriam a terceira e a
2491quarta etapa. Nós entendemos também que essa proposta. Nós entendemos também,
2492não, perdão. Nós entendemos, construímos esse entendimento assumindo que nós
2493tivemos o saldo de toda a discussão aqui, é que nós temos o entendimento de que as
2494primeiras duas etapas são viáveis e factíveis de serem implementadas à luz dos
2495mecanismos e da capacidade que nós temos hoje. E a nossa capacidade de nos
2496comprometemos, aqui nessa Resolução, seria em cima dessas duas primeiras etapas.
2497Assim, também, uma capacidade de comprometimento em relação ao horizonte final,
2498de onde nós queremos chegar. O que não estaríamos, agora, em plenas condições de
2499estabelecer nessa Resolução, seria um prazo para alcançar a terceira e a quarta
2500etapas. Então nós entendemos, que depois de todas as investigações e conversas, o
2501nosso pacto poderia se firmar em cima desse cronograma e em cima desse conteúdo
2502conforme eu relatei. Obrigada. Vou só pedir para coordenação que vocês possam
2503permitir que o Rodolfo possa complementar o meu ponto.

2504

2505

2506**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – É que eu queria continuar um pouquinho na
2507contextualização, porque nós sempre transitamos entre a nossa vontade de ter o
2508melhor resultado ambiental possível com essa Resolução, e ao mesmo tempo, a
2509nossa dificuldade de planejamento ao longo prazo de estabelecer ações, e no nosso
2510contexto brasileiro qualquer coisa acima de cinco anos já é longo prazo, e de
2511atividades que têm um retorno, a mudança dessas atividades tem um retorno lento e a
2512implantação no mundo real de atividade de comando e controle também tem uma
2513resposta lenta do mundo urbano, seja na questão das frotas, na questão da indústria.
2514Então, nós queríamos preservar uma estratégia que nos garantisse no horizonte o
2515padrão da OMS, mas que ao mesmo tempo nos permitisse um planejamento realista.

2516 Ressaltando que foi o próprio Secretário Ney Maranhão que pincelou aqui essa nova
2517 ideia com base em algumas conversas que ele teve e naturalmente nas conversas
2518 que teve conosco. Nós tentamos reproduzir para ele todas as nossas discussões e
2519 também dele, naturalmente, com a Ministra do Meio Ambiente e outras autoridades do
2520 ministério. Houve um primeiro momento em que se imaginava a existência de uma
2521 avaliação previa a cada etapa, e isso nós fizemos muitos desenhos aqui dentro do
2522 Ministério, levamos a nossa consultoria jurídica, levamos às autoridades do
2523 departamento de apoio ao Conama, que tem muita experiência no que diz respeito às
2524 limitações das próprias resoluções do Conama. E em nenhum desses desenhos que
2525 nós fizemos, com avaliações prévias condicionantes, demonstraram um bom
2526 resultado no que nos parecia a implementação do padrão. Então o que nos pareceu
2527 importante preservar? Quer dizer, no horizonte de curto prazo a implantação imediata
2528 e sem condições. Ou seja, nós temos a primeira fase imediata, de vigência imediata
2529 no dia da publicação, e a segunda etapa, em cinco anos após, também sem nenhum
2530 tipo de condição de estudo, de avaliação, de nada. Está preestabelecida a segunda
2531 etapa, assim como a primeira. A partir daí, com informações geradas ao longo desse
2532 período, já com medidas sendo concretizadas nas grandes cidades, frutos de todas as
2533 inovações que nós já conversamos tanto aqui, da mudança dos motores, da
2534 implantação das fases P7, L6, N4, da mudança gradual dos combustíveis, que tem
2535 sido intensificado muito, da concretização de toda a normatização referente às fontes
2536 fixas, que foram desenhadas lá em 2010 com um horizonte de 10 anos, ou seja, em
2537 2020 nós temos uma renovação total do parque industrial brasileiro, isso tudo
2538 devidamente mapeado e demonstrado pelas análises que nós recebíamos, faríamos,
2539 então, o estabelecimento do cronograma das etapas seguintes, da três e da quatro.
2540 Ou seja, nós mantivemos as nossas ações de curto prazo com rigidez, e preservamos
2541 a regulamentação de algum exercício futuroológico de pouca previsão. Ou seja, num
2542 espaço de 10 anos, o Conama novamente se reúne e delibera sobre a implantação
2543 final dessa estratégia. Essa que foi a nossa ideia. Preservar os valores que vieram
2544 dos nossos estudos aqui do Grupo de Trabalho, oriundos dos valores recomendados
2545 pela OMS, garantir a factibilidade das duas primeiras etapas de curto prazo, e ter
2546 também uma garantia de implementação concreta a partir de uma avaliação ao meio
2547 do caminho. Não significa, isso, uma postergação indefinida, como poderia ser
2548 interpretada, talvez, avaliações sempre desencadeadoras de uma nova fase, mas nós
2549 teríamos o Conama, num segundo momento, repensando o cronograma e
2550 estabelecendo, então, as datas das etapas três e quatro, em cujos valores já estarão
2551 definidos aqui.

2552

2553

2554 **SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Obrigada, Zilda. Complementando
2555 um pouco a nossa ideia, só para que vocês possam ter o painel completo, eu vou
2556 pedir, por favor, que você desça um pouquinho para que nós vejamos o segundo
2557 artigo, esse que estávamos discutindo anteriormente, e que a Zilda, muito bem,
2558 colocou, é um artigo vinculado à estratégia do terceiro artigo. Então, conforme está na
2559 definição o Inea, a definição do Inea, que eu acho que nós mantivemos o equívoco do
2560 padrão de qualidade do ar em letra minúscula, o Inea tinha sugerido para colocar em
2561 letra maiúscula. Devendo ser observado as seguintes definições, e aí vem a definição,

2562 padrão de qualidade do ar intermediário, padrão nacional de qualidade do ar, que é
2563 onde queremos chegar e é a nossa última etapa. Então, esse é um artigo vinculado, o
2564 pacote seria o art. 2º, com essas duas definições, o artigo 3º com as 4 fases, o
2565 parágrafo único que estabelece o gatilho, e aí, por favor, o art. 4º, peço que vocês
2566 atendem. O art. 4º, ele faz parte desse mecanismo, ele se vincula a essa estratégia
2567 como um todo, por estabelecer que para fins de licenciamento o padrão intermediário
2568 em vigor naquele momento, ele é o padrão aplicável ao processo de licenciamento
2569 ambiental. Então, esses três artigos, 2º, 3º e 4º devem ser lidos num quadro como
2570 dispositivo completo. Eu tenho aqui inscritos. Então, vou abrir, temos inscritos Mônica,
2571 Evangelina, Gilberto, Manara, Alex e Jesuíno.

2572

2573

2574 **A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Primeiro, eu queria
2575 colocar, que o João já tinha colocado aqui, que a proposta da saúde tinha
2576 desaparecido as cores. Então, eu espero que ela esteja aí embaixo aparecendo à
2577 nossa proposta anterior. Não nessa, mas a proposta que está na página do Conama.
2578 Agora, avaliando propriamente dito a proposta que está sendo colocada em tela.
2579 Primeira coisa, Letícia, eu fico bastante preocupada, e a saúde eu acho que não vai
2580 mudar de opinião, com relação a estabelecimento de prazos não superiores a 9 anos.
2581 Quando vocês colocam esse período de avaliação ali, você disse entre dois e o três, e
2582 o produto nacional final, o nosso padrão final. Se você esperar que os órgãos
2583 ambientais se posicionem, tenham essa avaliação, que eles tenham capacidade,
2584 considerando do Acre ao Rio Grande do Sul, que todos eles contemplem um padrão,
2585 isso vai ficar um tempo indeterminado. Isso pode levar muitos anos. Essa avaliação
2586 depois de 4 anos, você chegar para nós e disser: então, eles não têm capacidade de
2587 fazer isso com menos de 15 anos. Vai contemplar, então, os 20 anos da proposta da
2588 CNI, e nós continuamos na mesma situação de você não ter um prazo para que
2589 cheguemos mais rápido possível dentro dos padrões que nós acreditamos que sejam
2590 os menos danosos para a saúde pública. Então, eu não posso concordar com isso. A
2591 Saúde não vai concordar com esse tipo de abordagem. E é nesse momento, então, já
2592 que você falou o que seu secretário conversou com a Ministra, que eu chamo aqui à
2593 baila, que a própria Ministra, na plenária do Conama, disse que ia fazer um
2594 alinhamento com o Ministério da Saúde. Que ela ia se propor. Então, eu estou
2595 cobrando isso agora. Eu falei que ia cobrar. Eu fui para a plenária, na frente, falei que
2596 ia cobrar, estou cobrando agora, que então ela faça um alinhamento com o Ministério
2597 da Saúde.

2598

2599

2600 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Acabaram de bater no carro da
2601 minha filha, eu saí porque ela estava desesperada me mandando um monte de
2602 mensagem, mas eu quero que saber o que foi que aconteceu nesse período, que eu
2603 só fui falar com ela, quando eu entrei estava isso. Eu só queria entender. Dois minutos
2604 que eu fiquei fora. Esses dois minutos que eu estive fora, eu perdi tudo, pelo amor de
2605 Deus.

2606

2607

2608 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Zilda, eu expus, a Letícia apresentou a
2609 proposta e eu fiz uma contextualização, a Letícia abriu para os comentários e a
2610 Mônica foi a primeira a comentar.

2611

2612

2613 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu queria saber o que a Mônica tem
2614 contra isso. Isso é o que eu queria entender. Que eu sou ouvi você falar em todos os
2615 Estados, eu acho que não é isso que está escrito aí.

2616

2617

2618 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Mas, não foi isso que eu
2619 falei. Só fazer uma avaliação. A primeira coisa que você colocou aí, é que ia ter uma
2620 avaliação do Conama, isso não está escrito aqui, que foi a fala da Letícia. Segundo,
2621 você até me deu uma luzinha boa de não mais do que 10 anos, mas também isso não
2622 está escrito ali. Então, essas coisas que foram ditas não foram incorporadas no texto
2623 e poderiam ser. Outra coisa que está submetendo a uma avaliação, essa avaliação
2624 vai responder o quê? De repente, que não tem capacidade instalada de fazer isso em
2625 três ou quatro anos, mas que vais se daqui a 15 anos.

2626

2627

2628 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mônica, o objetivo disso é o
2629 seguinte: nós já tínhamos falado aqui em outros momentos, diversas vezes, que os
2630 Estados tinham que ter no mínimo uma avaliação, um programa da qualidade do ar
2631 implantado, para nós podermos ver se as outras etapas poderiam ser feitas nessa
2632 sequência. Nós ainda tentamos colocar ali, se você colocar o padrão intermediário 1 é
2633 o que funciona a partir da publicação, o 2 é o que funciona a partir de cinco anos, e aí
2634 dá um prazo de cinco anos para revisão. De revisão, não. Nós podemos até melhorar
2635 esse texto aqui. Uma avaliação da implementação. O que nós queremos? O que nós
2636 achamos que não é operacional? Eu não acho que seja operacional criar um grupo de
2637 monitoramento da resolução enquanto a Resolução está em vigor e os Estados estão
2638 se empenhando para implementar. O que nós quisemos atrelar a isso? Que nesse
2639 prazo que estamos dando aqui de 4 anos, o Ministério... Pode ser um pouco mais
2640 claro nisso. O Ministério do Meio Ambiente receberá dos Estados, como está sendo
2641 feito a implementação dos padrões, quais as dificuldades que eles estão tendo. Isso
2642 será... Porque os Estados encaminharem cada um para o Conama, alguém vai ter que
2643 consolidar. Então, o que nós estamos falando ali na proposta, que o Ministério do
2644 Meio Ambiente vai fazer uma avaliação das informações que ele receber dos Estados
2645 sobre a implementação da Resolução. É lógico que eu não estou dizendo aqui, que
2646 eu vou aguardar todos os Estados. Para mim, nesse ponto, já que eu estou pondo um
2647 prazo, eu vou ter um prazo, e eu vou reportar ao Conama o seguinte: olha, recebi de
2648 10 Estados, recebi de 15 Estados. Não recebi de todos os Estados, os outros não
2649 estão implementando a Resolução. E eu vou ter que ter esse critério. Nós tentamos
2650 colocar isso no papel. Gente, a proposta do Ministério, a Letícia apresentou, nada
2651 mais é do que uma proposta entendendo... Nós tivemos depois da nossa última
2652 reunião, uma reunião com o nosso Secretário, e ele disse assim: a Ministra quer saber
2653 como anda as discussões da revisão da Resolução. Ela ouviu todos os pleitos no

2654Conama, ouviu o pleito das ONGs na reunião preparatória e depois as discussões na
2655plenária, ela disse assim: eu quero que vocês me deem um panorama do que está
2656acontecendo. Nós colocamos os pontos em que não estávamos tendo consenso.
2657Baseado nisso, nós fizemos consultas a vários órgãos, à CNI, aos Estados, a vocês,
2658para ver como que poderíamos compatibilizar os pontos divergentes. Então, nós
2659trouxemos isso com o objetivo de tentar construir para uma proposta única. Foi esse o
2660nosso objetivo. Quando fala que vai analisar, vamos mudar, vai consolidar, vamos
2661trocar alguma coisa. O objetivo é esse. É ter um prazo menor do que 20 anos, mas ter
2662um prazo. Isso aí é o desenho que nós podemos fazer, que é escalonada, a
2663implementação das etapas de maneira escalonada, foi esse o objetivo que nós
2664quisemos dá com essa redação.

2665

2666

2667**A SR^a. EVANGELINA (MPF)** – Primeiro, eu gostaria de fazer uma... Perguntar
2668algumas coisas, que tenho dúvida. E depois fazer comentários. No caso, não está
2669mais aí. No caso da avaliação, você fala que depois de cinco anos, mais quatro anos,
2670seria 9 anos, e quando terminar os 4 anos, como que seria essa avaliação? Vocês
2671receberiam um relatório? Como que você pensou? Quem faria essa avaliação? Que
2672tempo você responderia para saber quanto tempo seria esse prazo? E aí no caso,
2673quando você recebesse e fizesse a avaliação, aí teriam mais dois períodos. É isso?
2674Ou um só? E aí como que seria em relação a esses períodos e quanto tempo para
2675avaliação, é isso?

2676

2677

2678**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Digamos que fosse hoje, nós acabamos de
2679lançar um diagnóstico do monitorando da qualidade do ar no Brasil. Isso nós fizemos
2680com os nossos parceiros, está aqui o Zamboni que coordenou o trabalho, que,
2681inclusive, nos deu convicção das propostas que estão sendo apresentadas,
2682principalmente no que disse respeito aos números da primeira e da segunda etapa,
2683que estamos dizendo como etapas pré-datadas. Ou seja, nós temos, internamente,
2684condições técnicas de, com a obtenção dos dados estaduais, traçar qual é o
2685diagnóstico da situação da qualidade do ar no Brasil. O que não nos leva a necessitar
2686de todos os Estados, até porque, felizmente, os Estados mais industrializados, com as
2687maiores frotas, geralmente são os que nos acompanham aqui na Câmara Técnica,
2688geram essas informações e nós temos livre acesso, sempre, a elas todas. Ou seja, lá
2689na frente, digamos que não haja mais nenhuma norma, que não seja feito um novo
2690Pronar, como está determinado aqui e que nada aconteça. Nós teríamos,
2691internamente, como fazer um levantamento técnico da situação brasileira e indicar ao
2692Conama, para que ao Conama delibere sobre uma nova Resolução estabelecendo o
2693restante do cronograma de implementação. Agora, o que nós imaginamos, é que ano
2694que vem na discussão de um novo Programa Nacional da Qualidade do Ar, me parece
2695quase impossível que essa Resolução não crie uma instância colegiada de debate.
2696Não sei se uma Comissão Nacional de Qualidade do Ar, como tem a Conasc, uma
2697Comissão de Acompanhamento, como tem o Proconve, um GPM, que a Zilda adora
2698esse modelo, um GMP, um Grupo de Monitoramento Permanente da Qualidade do Ar.
2699Eu acho muito difícil que não haja em um novo Pronar, o estabelecimento de um

2700Colegiado como esse, e que certamente vai herdar essa tarefa principalmente, de
2701fazer a avaliação, e nós pretendemos, inclusive por determinação do nosso
2702Secretário, que independente da fixação de etapas, que haja uma avaliação regular e
2703periódica da situação da qualidade do ar no Brasil. Então, certamente o novo Pronar
2704vai trazer alguma novidade nesse sentido, e que somos nós mesmos que vamos estar
2705aqui no ano que vem discutindo isso. Alguns não, que vão fazer outras coisas mais
2706interessantes, ou menos interessantes, não sei. Mas eu quero dizer isso, não é que há
2707uma dependência de um exercício de futurologia, de inventar uma instância que vai
2708fazer as análises, porque nós fizemos esse ano, por exemplo, com os nossos
2709parceiros, com apoio total dos órgãos dos geradores das informações, inclusive são
2710parceiros da publicação, o Primeiro Diagnóstico de Monitoramento do Brasil é feito em
2711parceria entre todas as instituições, inclusive os órgãos estaduais. Então, a ideia é
2712essa. É que esse tipo de avaliação será feito, e ela não terá, certamente, o Ministério
2713não tem autonomia daí gerar, mas acho que dentro da Câmara Técnica, essa
2714avaliação é que vai propiciar uma nova resolução que complementa o cronograma
2715inicial. Ou seja, não há dependência de que todos os 27 Estados enviem seus dados
2716seus dados, mas nós sabemos como fazer um documento substancial com a
2717configuração das grandes áreas metropolitana brasileiras, como acabamos de fazer a
2718dois meses atrás o lançamento de uma publicação. Não sei se ficou alguma outra
2719pergunta. E só para terminar, também, Mônica, a nosso Secretário-Executivo, às
2720vezes, o nível da conversa sobe tanto que descola um pouquinho de nós. A Mariana,
2721por exemplo, agora ela conversa diretamente com o Ney. Então, às vezes, o Ney não
2722manda alguma informação para ela, cai na minha conta, mas aí foi o Secretário que
2723não mandou, e eu fico mal na fita. O nosso Secretário-Executivo procurou a Dra. Ana,
2724ao longo de toda a última semana e não encontrou. Parece que ela estava... A
2725Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, para eles terem uma confessa sobre
2726isso porque, lembrem-se todos, quando a Câmara Técnica decidiu pela instituição do
2727GT, nós redigimos uma primeira proposta com o Ministério da Saúde e com o Ibama,
2728que são os dois representantes do Governo Federal na Câmara Técnica, inclusive.
2729Então, o nosso Secretário-Executivo também tentou também reconectar todas,
2730certamente em função do discurso que você disse que a nossa Ministra fez na
2731reunião, na Plenária do Conama, e falhou ali, porque ele se não conseguiram
2732realmente conversar. Mas nós já nos propusemos, inclusive, com a Dra. Silvana
2733Pereira, que é a Chefe de Gabinete do Ministro, de fazermos uma reunião, antes da
2734Câmara Técnica falar sobre o assunto, com as equipes, com o Secretário Ney e o
2735Secretário Jarbas para que haja, para que voltemos a discutir internamente essas
2736questões todas.

2737

2738

2739**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Antes de passar a palavra de novo
2740para a Evangelina, porque a pergunta dela tinha duas etapas. Eu queria dizer que isso
2741é uma coisa que já foi feita em outras resoluções, um procedimento desse tipo, já foi
2742feito em outras resoluções que tratam de outros assuntos, não especificamente esse.
2743E queria só fazer um adendo ao que o Rodolfo falou, nós temos que ter algum
2744cuidado, tem uma Resolução do Conama, que é a 362 que trata de óleo lubrificante
2745usado, que ela tem um grupo de monitoramento, esse grupo tem uma expectativa de

2746fazer controle e fiscalização. E ele não pode. Ele tem uma maioria do setor privado.
2747Então, assim, nós temos que ter cautela na hora de propor o monitoramento para não
2748ficar chamando as pessoas para reuniões que são, muitas vezes, infrutíferas, perda
2749de tempo. Quer dizer, cada um tem a sua competência legal que é estabelecida pelas
2750suas leis, pelas suas regras, assim como nós temos aqui por Lei Federal. Então, nós
2751temos que ter um cuidado na hora de propor esse tipo de estrutura.

2752

2753

2754**A SRª. EVANGELINA (MPF)** – Bom, eu gostaria, então, agora que entendi melhor,
2755complementar dizendo o seguinte, que no caso, o que vai acontecer? Depois de nove
2756anos, cinco mais quatro, pelo menos 9 anos, nós vamos parar num nível de padrão
2757que é o dobro do padrão final da OMS, e que o dobro, ele já é muito alto. É muito alto
2758do ponto de vista do que causa para a saúde. E o dobro é mais ou menos o que hoje
2759encontramos, o dobro ou um pouco mais que o dobro é o nível que existe hoje de
2760poluição. Então, na verdade, não mudou nada em 10 anos. Então, não dá. Eu acho
2761que vou dizer que eu não aceito essa proposta também, como a Mônica.

2762

2763

2764**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Gilberto, depois o Manara, Alex e
2765Jesuíno.

2766

2767

2768**O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** - Boa tarde a todos. Meu nome é Gilberto
2769Werneck, sou do Ibama, estou na Coordenação Geral de Controle e Gestão da
2770Qualidade Ambiental. Gostaria de falar que essa proposta no Ministério, ela sana, pelo
2771menos parte das minhas dúvidas com relação à proposta anterior. Se todo mundo
2772aqui já está de acordo que o padrão OMS é o que o Brasil deve buscar. Qual seria a
2773estratégia nacional a ser adotada? Eu acho que essa é a grande discussão que temos
2774que ter em mente, uma vez que você estabelecer as etapas, a linha de corte das
2775etapas é um tanto quanto sensível. Ela envolve todos os segmentos da sociedade,
2776não só os industriais, mas também as nossas próprias cidades, as nossas
2777conformações das cidades, a forma como ela é estabelecida, a forma como é dada
2778prioridade ao transporte público. Então, essas ações, nós sabemos que no âmbito do
2779Poder Executivo, elas tomam um tempo, e esse tempo, ele deve ser gasto
2780sabiamente, principalmente na etapa de planejamento. Então, antes de ser pensado
2781em qual padrão seguirmos, nós temos que pensar também na estratégia. Então, era
2782mais ou menos isso. Eu tive conhecimento dessa proposta aqui, um pouco antes dos
2783senhores, na sexta-feira, mas da forma como ela está redigida, eu acho que as
2784contribuições, ela consegue consolidar boa parte das discussões que estávamos
2785tendo nesse GT, principalmente na questão das etapas. Eu acho que para um
2786instrumento de política pública que é o padrão de qualidade ambiental, que
2787notoriamente, ele é uma determinação dada pelo Congresso ao Conama de realizar,
2788de publicar, e você ter um instrumento sendo dividido em etapa, e isso ser... As
2789etapas que estão sendo colocadas, elas têm a inclusão, principalmente, do
2790monitoramento feito pelos Estados, ou seja, não é um tiro às cegas. Nós temos aí a
2791previsão de receber dados dos Estados. Eu acho que essa proposta, como o Rodolfo,

2792 desde o primeiro dia de GT desta Câmara, falou que essa proposta vai estar andando
2793 de mãos dadas com o próximo Plano Nacional. No Plano Nacional você tem que ter
2794 metas robustas de aparelhar, dar equipamento aos Estados, criar uma rede de
2795 monitoramento, efetivamente cobrar os dados, para então você poder ter dados para
2796 fazer uma gestão ambiental que esse País merece. Então, eu acho que podemos,
2797 sim, abrir o debate, essa proposta, na minha opinião, ela conseguiu tirar várias
2798 dúvidas que o Obama tinha na execução. Eu acho essas etapas, elas são factíveis, e
2799 temos que lembrar que o padrão nacional final é o que já determinarmos, que foi o
2800 grande ganho desse GT, aceitar, e todo mundo concordar, que o padrão da OMS é o
2801 que nós devemos perseguir. Obrigado.

2802

2803

2804 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (PROAM)** – Bom, duas coisas: a primeira,
2805 quando a Leticia fala do diálogo com os setores para a construção desse documento,
2806 dessa proposta, eu gostaria de saber exatamente quais foram os setores que
2807 conversaram para a construção disso, porque entendo que, e deixo, aqui, claro que a
2808 sociedade civil não foi um dos setores que foram solicitados a participar para a
2809 construção dessa proposta. Segundo ponto, eu entendo que, assim como já ocorreu
2810 em outros documentos que não foram apresentados no tempo devido, embora a
2811 tentativa seja, por óbvio, de oferecer uma proposta que atenda e pacifique as
2812 questões limitantes que carregamos em todas essas reuniões, mas sem dúvida de
2813 que nesse momento há um grande prejuízo para compreensão e entendimento das
2814 consciências, principalmente por parte da sociedade civil, para que nós possamos
2815 discutir com os nossos pares, discutir com as pessoas que têm participado, das
2816 instituições que têm participado e ajudado de maneira a construir uma proposta sólida,
2817 uma proposta coerente. Porque é esse o nosso papel aqui, e esse é nosso
2818 compromisso que nós temos. Nós não estamos aqui nos representando. Nós estamos
2819 aqui representando a sociedade civil e nesse tema em especial, nós estamos
2820 contando com outras tantas instituições e profissionais, que a cada momento, a cada
2821 reunião, nós consultamos previamente, trazemos aqui o que colhemos de
2822 contribuições. Então, nesse momento é importante que se diga, que a apresentação
2823 de uma proposta, qualquer que seja ela, sem o atendimento ao prazo estabelecido
2824 para qualquer documento a ser discutido aqui nessa reunião, ele se apresenta com
2825 esse prejuízo insuperável. Mas, superada essa questão de início, e a bem do debate,
2826 e tão somente a bem do debate, para que possamos também colher a intenção de
2827 pacificação trazida por essa proposta, eu entendo que, assim como já salientou a Dra.
2828 Evangelina, que depois de 10 anos observamos quase que os níveis de hoje. Então, e
2829 também, aí eu discordo do que o Rodolfo aponta, que a preocupação para a
2830 construção dessa proposta, era de não se apresentar alguma coisa com prazo
2831 indefinido, etc. Não vejo como ter uma definição de prazo aí. Essa proposta não traz
2832 definição do prazo, em absoluto. Ela oferece tão somente para um momento imediato
2833 aí dos cinco anos, que traria esses padrões intermediários. Não entendo também
2834 porque somente depois dos cinco anos, mais quatro para uma avaliação, pois aqui os
2835 setores, e principalmente os representantes do Estado, repetiram várias vezes que já
2836 dispõe de vários dados, de vários, enfim, que já dispõe...

2837

2838

2839 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Manara, deixe-me só fazer um
2840 esclarecimento. Não tem cinco anos depois mais quatro. Não tem nada disso. É
2841 exatamente o contrário. O segundo prazo, o padrão intermediário 1 entra em vigor
2842 com a publicação, o 2 após cinco anos, quando der 4 anos da publicação, eu recebo...
2843 Quatro anos após a publicação, ou seja, antes de entrar em vigor o segundo padrão, é
2844 que eu vou receber esses dados para poder avaliar se é possível. É isso o que está
2845 escrito.

2846

2847

2848 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (PROAM)** – Após quatro anos da entrada em
2849 vigor do padrão intermediário 2. Após quatro anos da entrada, então são nove anos.
2850 Eu não entendo, porque não pode, essa análise ser iniciada no dia seguinte da
2851 publicação da norma. Por que não agora? Eu entendo que essa proposta, ela traz um
2852 grave prejuízo, um retrocesso na postura do Ministério do Meio Ambiente, que o
2853 Rodolfo saiu da última reunião nos últimos cinco minutos, eu ainda perguntei
2854 claramente qual era a posição em termos de prazo. O Rodolfo falou, o Ministério do
2855 Meio Ambiente são 15 anos no máximo. Repetiu isso. Então, essa proposta é um
2856 retrocesso inaceitável daquilo que, do caminhar que estávamos tentando dar para
2857 essa Resolução. Essas questões, eu acho que, sem dúvida, é uma tentativa,
2858 logicamente, que todos aqui estamos imbuídos do mesmo propósito, mas ela se
2859 apresenta com um grave prejuízo ao debate, e ela se apresenta com essas
2860 distorções... E deixando claro o retrocesso trazido pelo Ministério do Meio Ambiente,
2861 isso é inaceitável. Portanto, eu também discordo da proposta.

2862

2863

2864 **O SR. ALEXANDER (IEMAS/ES)** – Eu fiz algumas anotações aqui baseada na
2865 proposta apresentada. Quando nós falamos de prazo, e isso foi bastante discutido,
2866 tecnicamente nós temos, por ausência dos instrumentos, das ferramentas
2867 necessárias, se determinar um prazo para que consigamos nos adequar a um
2868 determinado nível de poluição atmosférica, ao que recomenda a OMS. É consenso
2869 aqui de que são os níveis de poluição desejados, fala-se até em médio e longo prazo,
2870 isso varia muito de entendimento para entendimento, o que seria uma ação de médio,
2871 o que seria uma ação de longo prazo, mas o que o Rodolfo falou tem muito sentido,
2872 com relação aos controles de fontes, o próprio Pronar, isso foi falado na parte da
2873 manhã, para você melhorar a qualidade do ar, você tem que controlar a fonte. E para
2874 controlar, são basicamente dois tipos de fontes no Brasil: veicular e o industrial. A
2875 fonte veicular melhorou muito nos últimos anos. O Proconve, ele teve, o papel dele
2876 muito importante nesse processo, melhoria de combustível, de veículo, motorização,
2877 fala-se de uma redução em torno de 40 vezes, para alguns poluentes, nos veículos
2878 vendidos hoje no Brasil, em relação à um veículo vendido na década de 80, no início
2879 do Proconve em 1986. No entanto, existem algumas considerações que nós temos
2880 que levar ao tomar esse tipo de decisão. Os relatórios que qualidade do ar da região
2881 da Grande Vitória, que inclusive foram mencionados numa das nossas, que
2882 estávamos em atraso, nós conseguimos atualizar. Então, são seis últimos relatórios,
2883 de 2008 a 2013, já estão disponíveis no *site* do IEMA para consulta. E uma das

2884informações contidas nesse relatório do órgão de estatística do Estado do Espírito
2885Santo, Instituto João dos Santos Neves, é que a frota veicular do Estado do Espírito
2886Santo cresce 7% ao ano. Então, a população precisa de mobilidade pública, precisa
2887se mover, mas opostamente à melhora das emissões, a redução das emissões, a
2888frota veicular cresce. Quando você parte para outro tipo de fonte a ser controlada, que
2889é a fonte industrial, nós temos um outro problema, que também conversei, aqui à
2890parte, na primeira etapa da nossa reunião, do nosso encontro, é de você conseguir
2891quantificar o que vem de cada atividade industrial do que está na atmosfera. É
2892extremamente complexo. Lançou na atmosfera, vai ser dispensado, vai ser reagido
2893quimicamente, vai se misturar. Existem ferramentas para se fazer isso, e isso é
2894utilizado aí fora, nos Estados Unidos, na União Europeia, enfim. Só que essas
2895ferramentas são inexistentes aqui no Brasil. Então, precisa se construir instrumentos,
2896conseguir identificar a responsabilidade, o órgão ambiental autuar os atores que são
2897mais importantes. Existem prazos relacionados a essa redução, desde da escolha de
2898tecnologia, ou de opção de se e reduzir a emissão industrial, que pode ser pela troca
2899da matriz energética, pela aquisição de um equipamento de controle, pela mudança
2900de processo. São basicamente essas três formas de você reduzir emissão de
2901natureza estacionária, pontual. E isso requer um tempo. Então, é um tempo para você
2902construir os instrumentos, para você saber o que fazer, um tempo para você dialogar
2903com o setor produtivo, um tempo para se contratar projetos conceituais, um tempo
2904para se implantar os projetos conceituais e um tempo para surtir efeito disso na
2905qualidade do ar. Eu fiz um exercício antes da reunião, até mandei para alguns pares,
2906durante o final de semana, hoje de manhã também, e falei também na parte da
2907manhã, o padrão de qualidade do ar, ele é o último instrumento de gestão a ser
2908utilizado. O IEMA, Instituto de Energia e Meio Ambiente de São Paulo, ele divulgou
2909uma publicação: Padrões de Qualidade do Ar – Experiência Comparada Brasil,
2910Estados Unidos e União Europeia. Eu acredito que todos já tenham a oportunidade de
2911ver, inclusive está disponibilizado no *site* do GT para *download*, para consultas, e na
2912página 15, ele traz um fluxograma bem simples, bem didático de como se opera a
2913gestão da qualidade do ar. Então, basicamente se monitora a qualidade do ar para
2914saber como que estão os níveis atuais de poluição, e o nós víamos que 12, dos 27
2915Estados, apresentam monitoramento da qualidade do ar, segundo o estudo que foi
2916reportado anteriormente, se identifica as fontes poluidoras, e aí já começamos a falar
2917de instrumentos de gestão, inventário de fontes, modelos de dispersão atmosférica,
2918modelos receptor, desenvolvemos políticas de controle, que são os planos de
2919controle. No Espírito Santo, nós chamamos de Plano Estratégico de Qualidade do Ar,
2920em São Paulo se chamou de PREF, de PCPV, enfim, planos estratégicos para você
2921reduzir a poluição. Implementa esses planos, aquele *gap*, aquele lapso temporal que
2922eu falei. Se monitora a qualidade do ar, para ver os ganhos que esses planos tiveram
2923na qualidade do ar e a última etapa desse fluxograma é reavaliar, se corrigir os
2924padrões de qualidade do ar. Nós estamos fazendo o contrário. Nós estamos revisando
2925o padrão de qualidade do ar para depois construir os planos e tentar adequar o tempo
2926de resultado ao padrão de qualidade do ar. Esse documento, ele diferencia um pouco
2927com que os padrões de qualidade do ar, eles são tratados na USPA e na União
2928Europeia. Eu destaquei alguns pontos aqui, são poucos para não tomar muito tempo,
2929a USPA, por exemplo, revisa os seus padrões de qualidade do ar a cada cinco anos.

2930Nós ficamos 24 anos sem revezar os nossos padrões. Talvez, é por isso que se causa
2931essa pressa, essa expectativa, esse anseio de se chegar aos índices da Organização
2932Mundial de Saúde como padrão de qualidade do ar. Inclusive, o documento fala que
2933em nenhum País do mundo adotou, já falamos isso, mas é sempre bom repetir, os
2934índices de qualidade do ar da OMS, como padrões legais de qualidade do ar. Cada
2935Estado americano é obrigado a ter o seu próprio plano de controle de qualidade do ar.
2936Então, aquilo que o Decreto de São Paulo obrigou o Governo Estadual de São Paulo
2937a fazer, o Decreto do Espírito Santo obrigou o Governo do Espírito Santo a fazer, que
2938estamos em processo ainda de contratação, de elaboração dos estudos, cada Estado
2939americano tem que ter. Quantificação de redução de emissões necessárias utilizando
2940modelos de dispersão validados pela USPA, nós não temos aqui no Brasil.
2941Cronograma de atendimento e medidas que demonstrem a capacidade técnica e
2942financeira do Estado para implantação do programa estadual de qualidade do ar.
2943Então, aí na sua fala, que não sabemos qual é a capacidade técnica e operacional de
2944cada Estado de operar isso, e em caso do Estado não operar, os programas estaduais
2945após serem aprovados pela APA, eles têm valor de lei. Então, se eles não forem
2946implementados, a USPA toma essa obrigação para si. Então, caso fazendo uma
2947analogia, seria como se o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, tomasse essa
2948obrigação que o Estado não conseguiu fazer para si. No modelo europeu, só alguns
2949pontos, eles buscam compatibilizar diferentes realidades econômicas, sociais,
2950políticas e culturais dos países membros. Até pensando por conta dos países do leste
2951europeu, que tem uma diferença de tecnologia muito grande dos países do oeste.
2952Podem ser concedidos prazos extras para atendimento de padrões, desde que
2953solicitado pelo Estado membro, podendo variar de três a cinco anos. E por fim, eu
2954listei aqui alguns instrumentos de gestão de qualidade do ar, que o documento do
2955IEMA também traz, que é o monitoramento da qualidade do ar, embora escasso ainda
2956é existente em alguns Estados; inventário de fontes, praticamente inexistentes; o
2957zoneamento ambiental, ou seja, você dividir o território, é mais ou menos aquela ideia
2958da resolução Conama, classes I, II, III em regiões industriais, comerciais, residenciais,
2959inexistente no Brasil; licenciamento ambiental, que é um instrumento utilizado;
2960instrumentos de gestão posterior, que são aqueles instrumentos para corrigir
2961problemas, ações civis, termos de compromisso ambiental com o Ministério Público,
2962termo de ajustamento conduta, aplicação de infrações e penalidades administrativas,
2963imputação de crimes ambientais, que é onde não queremos chegar; disponibilização
2964de informações através do relatório de qualidade do ar. Para finalizar, a situação dos
2965instrumentos de gestão de qualidade do ar no Brasil, por falta de uma política de
2966instrumentos muito bem definidos e de um plano nacional de gestão de qualidade do
2967ar, sofreu é retrocesso nos anos 90, parte disso se deve a pouca atuação federal na
2968articulação dos Estados no seu fortalecimento institucional e no aperfeiçoamento dos
2969instrumentos de gestão, que são praticamente inexistentes, os poucos instrumentos
2970de gestão previstos o para a gestão da qualidade do ar no Brasil, encontram-se em
2971patamares de implantação bastante diferentes.

2972

2973

2974 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Alex, isso correspondeu exatamente
2975 à época da implementação do Pronar, onde tinha uma o que se reunia periodicamente
2976 no Ibama. Como você está falando que não teve?

2977

2978

2979 **O SR. ALEXANDER (IEMAS/ES)** – Bom, eu retirei do documento do Ministério do
2980 Ministério do Meio Ambiente, Zilda, subsídios à elaboração da Primeira Conferência
2981 Nacional de Saúde Ambiental, Plano Nacional de Qualidades do Ar de 2009.
2982 Documento do Ministério do Meio Ambiente.

2983

2984

2985 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas você falou da década de 90.
2986 Acho estranho. Foi investido uma quantidade enorme de recursos na implantação de
2987 redes de monitoramento da qualidade do ar, muitas delas ficaram encaixotadas, foram
2988 capacitados os Estados.

2989

2990

2991 **O SR. ALEXANDER (IEMAS/ES)** – As ações de curto período previsto no Pronar,
2992 algumas você falou que foram implantadas, a capacitação que foi feito para os
2993 Estados.

2994

2995

2996 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Começou no PNMA, no um, que
2997 começou em 88, coordenado pela SEMA, depois passou a ser coordenado pelo
2998 Ministério do Meio Ambiente. Mas se eu não sei de onde saiu essa informação, mas
2999 eu tenho algumas ressalvas em relação a isso. Eu tenho aqui inscritos: Jesuíno,
3000 Mariana e Eduardo.

3001

3002

3003 **A SR^a. MARIA HELENA (CETESB)** – Maria Helena, Cetesb. A nossa posição, nós
3004 consideramos que é muito difícil, até por tudo que foi colocado aqui pelo Alex, o
3005 estabelecimento de prazos. Na verdade, nós temos que ir acompanhando a gestão,
3006 ver como evoluir a qualidade do ar, para ver que passo nós podemos dar. Nesse
3007 sentido, nós consideramos complicado o estabelecimento de um prazo fixo. Nós
3008 achamos que temos que avaliar, e mesmo a própria qualidade do ar, ela é
3009 influenciada por uma série de coisas, fatores meteorológicos. Então, você tem que ter
3010 séries grandes, o tempo, ou períodos temporais relativamente longos para você até
3011 ter uma avaliação efetiva de como está e evoluindo a sua qualidade do ar. Quer dizer,
3012 não adianta de um ano para outro, melhorou ou piorou, se choveu mais ou se choveu
3013 menos. E esses dados... Que nós já temos esses dados. Esses dados, eles vão
3014 sendo gerados a partir do momento em que vai implementando as políticas de gestão.

3015

3016

3017 **A SR^a. MARIANA (INEA)** – Tecnicamente, eu não tenho muita coisa a complementar
3018 a fala do Alexander, porque eu acho que ele já fez uma varredura em todos os nossos
3019 argumentos. Particularmente eu gostei dessa estrutura dada pelo Ministério do Meio

3020Ambiente no texto, ficou mais claro mesmo, nós vínhamos trabalhando em etapas e
3021cada uma repetia a mesma coisa. Agora eu acho que ficou mais claro, mas tem uma
3022coisa que precisamos pensar também, que é a questão jurídica associada à norma.
3023Hoje nós... Não tem como fugir do licenciamento ambiental, nós temos que pensar na
3024amplitude da norma. Nós temos parte da divulgação? Temos. Nós temos a parte de
3025geração de material e tudo, mas nós temos licenciamento ambiental. Hoje, o Estado
3026do Rio de Janeiro e os outros do Brasil, diferente de São Paulo, nós aplicamos para
3027licenciamento ambiental a regra induzida pela Resolução Conama 3, que
3028entendemos, inclusive, que não é uma regra de gestão da qualidade do ar. Acaba
3029sendo uma regra de comando e controle. Por quê? Quando nós pegamos e fazemos o
3030monitoramento do Estado do Rio de Janeiro e nós observamos que têm alguns
3031parâmetros em alguns lugares que já tem condição de saturação do ar. Hoje a
3032Conama 3 diz para nós o seguinte: é parâmetro, período de referência, uma
3033ultrapassagem, segundo a violação. Quando tenho que licenciar, eu tenho que
3034considerar isso. Eu tenho lugares no Estado do Rio de Janeiro que já apresentam
3035saturação do ar. A regra do Conama diz que uma ultrapassagem, a segunda é
3036violação, quando eu vou licenciar, eu tenho que considerar isso também. Significa
3037dizer que em locais onde eu já apresento saturação, eu não posso mais licenciar, ou
3038pelo menos, eu tenho que licenciar com muitos critérios. Então, eu tendo a sair de
3039uma área que já tem a vocação industrial e migrar para áreas em que eu gostaria, se
3040eu tivesse fazendo gestão, de proteger, áreas que hoje já teriam padrão. Diferente do
3041modelo induzido pela redação do Conama 3, São Paulo adotou um modelo muito mais
3042inteligente, que aplica os padrões como sendo instrumento de gestão. Ela pega áreas
3043com vocação industrial e você induz o licenciamento ali, quando você diz que você vai
3044implantar mecanismos de compensação, inclusive, 110% de compensação das
3045emissões, você induz o licenciamento ali, e está entendendo que em longo prazo, com
3046110% de redução você está saneando aquela área. É um passo que você está
3047protegendo as áreas que você tem que proteger mesmo, que já tem o padrão de
3048qualidade do ar atingido. Então, na realidade, o que nós temos que mexer é essa
3049mudança de paradigma que um instrumento de gestão que seria o mais importante,
3050que é o padrão de qualidade do ar, que hoje ainda é comando e controle, para um
3051instrumento que efetivamente faça a gestão e possamos sanear os problemas. Nós já
3052entendemos isso lá atrás, que isso seria uma discussão para nós prevermos no
3053Pronar, já que estaríamos mudando a política. Mas, vejam, nós vamos estar saindo de
3054um valor da Conama 3, passando para um valor mais apertado, que hoje a maioria
3055dos Estados para alguns poluentes, em lugares específicos, já apresentam condição
3056de saturação. O Pronar vai ser revisto a um tempo adiante, e a partir do momento que
3057start o processo, nós ainda temos um tempo até que ele seja efetivamente publicado.
3058E até lá nós licenciando de que maneira? O Estado do Rio de Janeiro entendeu essa
3059proposta, essa redação, muito interessante desde que nós consigamos ter uma regra
3060transitória. Uma regra transitória para que possamos, mesmo que regionalmente,
3061implantar uma estratégia para o licenciamento no modelo de gestão, e depois o
3062Pronar pode vir delimitando diretrizes nacionais nesse sentido, mas nós temos que
3063pensar que vamos ter que mudar o paradigma da gestão e transformar efetivamente
3064padrões em instrumentos de gestão e não comando e controle. Caso contrário, hoje,
3065eu não licenciar em áreas com vocação industrial só faz com que eu piore o problema

3066em áreas onde eu tenho que efetivamente preservar. Essa é a preocupação, esse é o
3067foco. Esse é o foco de toda a discussão aqui de padrões, não é que não queremos
3068atingir, nós não estamos preocupados com os números, efetivamente. Nós estamos
3069preocupados em como vamos fazer para chegar nesses números. Elevar o padrão de
3070qualidade do ar ao nível em que ele deve ser. Ele é o instrumento norteador da
3071política e da estrutura. O resto continua sendo controle, controle e redução, limites de
3072emissão, todos os outros instrumentos são para redução, mas o padrão não. Ele tem
3073que ser elevado a esse patamar de instrumento de gestão. E nós só vamos conseguir
3074isso, se nós mudarmos para um modelo muito mais inteligente, que eu acho que pode
3075ser o balizador. Esse modelo foi discutido há anos em São Paulo. Então, eu acho que
3076precisamos pensar nisso, numa regra transitória para que os Estados possam
3077efetivamente, mais rápido, mais ágil do que a revisão do Pronar, determinar suas
3078regras próprias para o licenciamento, e o Pronar depois pode vir delimitando linhas
3079gerais e diretrizes para que isso seja implantado nacionalmente. Era isso.

3080

3081

3082 **O SR. EDUARDO TOPÁZIO (INEMA/BA)** – Bem, confesso que eu não entendi
3083absolutamente nada. Porque parece que estamos andando em círculos. Eu quero
3084aqui, na realidade, chamar a atenção só de um pequeno detalhe, tudo que você falou,
3085Alex, eu acho que é de conhecimento de todo mundo aqui nesta sala, de como é que
3086se deve fazer e a nada e deve-se planejar. Eu não vejo necessidade... Porque a
3087conclusão que eu cheguei depois que vocês dois falaram aqui, é que, na realidade,
3088estamos andando sem sair do lugar absolutamente nada. Porque nada que está
3089sendo feito aqui não está interessando a nada. Deixa-me concluir meu pensamento,
3090até porque foram tantas coisas que eu pensei, e tanto tempo esperando, e eu
3091confesso que eu não tenho a disciplina de ficar anotando tudo, eu termino me
3092perdendo um pouco, mas vamos lá. Nós estamos fazendo uma proposta, obviamente,
3093para responder o seguinte: *Dura lex, sed lex*. Tem a lei, o que vale é o que está
3094escrito. Se não está seguindo, vamos tentar mudar. É o princípio básico de tudo isso.
3095Então, vamos mudar. Aí a conclusão que nós chegamos no 7º GT, do qual participei
3096de dois, é que nada que foi discutido vale. Foi o que vocês dois disseram que agora.
3097Desculpem-me. Que, na realidade, tem que começar tudo de novo, que na realidade,
3098tem que se fazer o que se faz não sei aonde e etc. Nós sabemos de tudo isso. Eu
3099acho que estamos indo adiante demais em alguns aspectos. Eu acho que o que nós
3100podemos é simplesmente dizer assim: o modelo é tal lugar, (...) é de tal lugar. Eu vou
3101dar só um pequeno exemplo, eu estava recentemente discutindo com o Banco
3102Mundial uma discussão ligada ao monitoramento de seca, um modelo para construir o
3103monitoramento de seca. Aí veio consultores do mundo inteiro. Aí o cara chegou
3104assim... Aí mandaram brasileiros para conhecer como funcionava no México e como
3105funcionava na América do Norte. Aí eu cheguei à conclusão e falei com o seguinte:
3106nem nós somos o México, nem nós somos os Estados Unidos da América. Não tem
3107um PRI governando, nem nós temos um País tão federalizado, digamos assim, com
3108cada Estado com suas características fazendo as leis. Então, nenhum desses
3109modelos pode ser exatamente pautado do ponto de vista jurídico para nós. O que eu
3110quero chamar a atenção é que acho que estamos divagando demais e não estamos
3111indo ao objetivo real das questões aqui no mínimo de pragmatismo. Essa questão que

3112está me incomodando. Porque parece que quando vocês começaram a falar isso:
3113olha, tudo que foi feito agora está tudo errado. Eu até concordo teoricamente com
3114tudo que vocês falaram, mas será isso que estamos discutindo aqui mesmo? Estamos
3115querendo uma reflexão em relação a isso. Parece-me que o que estava sendo
3116discutido aqui é o seguinte, esses prazos. E está se falando de monitoramento,
3117Mariana, desculpe, é indiferente do Rio de Janeiro. Eu acho engraçado o seguinte,
3118São Paulo é parte da federação. Não é? Eu acho que é. Então, uma Resolução
3119Conama serve tanto daqui como para lá. Então, se serve daqui para lá, nego pode ir
3120ao Ministério Público aplicar lá, como aplicar aqui. Se lá é mais inteligente,
3121provavelmente porque eles conseguiram uma formulação melhor para fazer as coisas.
3122Então, provavelmente consegue um contorno no Ministério Público para não ter tanto
3123atrito. Talvez seja o maior medo de todos nós aqui que trabalhamos no setor público e
3124podemos ser processados pelo Ministério Público. Só para dar um exemplo, na Bahia
3125é o seguinte: eu faço o monitoramento, nem faço, finjo que faço, não tenho vergonha
3126de dizer isso aqui não. Algumas coisas temos que fazer e não temos recursos, *money*,
3127dinheiro, para fazer. Água, atmosfera, tem as demandas ligadas a questões do meio
3128ambiente e nós nunca discutimos aqui financiamento desses processos, nunca,
3129absolutamente nunca. Aí vêm cobranças, mas não vem contrapartidas. Os Estados,
3130talvez São Paulo não, mas o resto tem gargalo em relação a esse aspecto. Então,
3131como eu disse: olha, eles querem fazer monitoramento de alguma coisa, cadê a rede
3132de monitoramento para monitorar? Não existe. Por quê? Porque não tem dinheiro, não
3133é prioridade para os Estados, por uma série de motivos. Então, é o seguinte, eu
3134estava entendendo esse tempo todo, que estávamos discutindo especificamente
3135monitoramento, sem desfazer dos demais instrumentos de gestão. Claro, então nós
3136estamos querendo aqui minimamente entender o que está acontecendo. Porque me
3137parece que não sabemos o que está acontecendo. Parece-me, não. Com certeza nós
3138não sabemos como está. Essa semana eu tive uma demanda lá, Parque do Conduru,
3139seria interessante, perto do Porto Sul, perto de Ilhéus. Seria interessante mudar a
3140qualidade do ar naquela região, não por causa do Porto Sul, mas porque é um Parque
3141Estadual. Para ter parâmetro, nós só monitoramos há muito a indústria em volta para
3142a conveniência do licenciamento. Mas o que eu queria dizer é o seguinte, mas nós
3143não dialogamos lá dentro, eu não tenho vergonha de dizer isso aqui dentro, com o
3144licenciamento. O licenciamento quando toma uma decisão de fazer a licença, e a
3145responsabilidade é do licenciamento, não consultou absolutamente nada, eles
3146pressupõem de que eles leram a Conama 3, 5, 8. Então, terminamos não sabendo, é
3147só sabemos quando vemos o pacotão. Então, eu acho que temos um pouco mais de
3148centro aqui, se não vamos ficar voltando. Eu acho que tudo isso é importante, tudo
3149que foi levantado por vocês é importante, mas nós estamos divagando um pouco
3150demais. Porque acho que já foi repetido algumas vezes aqui dentro. Ninguém aqui
3151desconhece profundamente essas questões, pode não ser especialista em atmosfera,
3152mas eu acho que não vale ficar repetindo que tem que fazer assim, assado, porque o
3153que estamos discutindo aqui, no meu entendimento, se for assim, vou me calar pelo
3154resto dos dois dias que e estou aqui representando o Estado da Bahia. Que é discutir
3155essa Resolução para nós conseguimos ver um norte em relação a novos padrões de
3156monitoramento, medição, medição na atmosfera. Nesse primeiro momento. Desculpe
3157aí.

3158

3159

3160 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Na minha lista... Vamos lá, eu vou
3161 pedir para nós conseguirmos, tentar fechar, pelo menos essa fase aqui. Eu tenho o
3162 inscrito o Gilberto, Zamboni, o Carlos e o Wanderley, para nós podermos tentar
3163 encaminhar o que fazer com essa proposta. Gilberto.

3164

3165

3166 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** - Está um debate isso aqui, mas acho que
3167 vários pontos têm que ser considerados. Eu acho que todo o debate para melhoria da
3168 proposta é válido. Eu estava lembrando aqui, que sempre temos, apesar de eu ter
3169 uma cara de novo, eu já estou aqui no Conama participando desde 2005, eu vim aqui
3170 acompanhando a Zilda em várias discussões, primeiro, basicamente sobre resíduos,
3171 passamos pelos padrões de qualidade ambiental, de lançamentos, é sempre comum,
3172 pelo que a minha breve no Conama, é muito comum em todas as resoluções haver
3173 uma discussão de como melhorar o Sisnama, que é basicamente... É uma discussão
3174 de fundo. Como que os instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente
3175 deveriam funcionar para que todos os instrumentos fossem adequados. Aqui eu
3176 estava anotando nas falas do Alexander, da colega do Inea, a questão do
3177 zoneamento ambiental, que é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente,
3178 licenciamento ambiental, outro, padrões de qualidade ambiental é outro instrumento, e
3179 aí você também tem o Cadastro Técnico Federal, é um instrumento, fiscalização
3180 ambiental é outro instrumento. Como todos os instrumentos devem funcionar para
3181 você atingir a qualidade ambiental no País é que um desafio da gestão ambiental no
3182 País. Obviamente, todo mundo tem uma visão de como isso deveria funcionar, eu
3183 acho que a discussão tem que ocorrer. Nós não podemos empurrar para debaixo do
3184 tapete. Nós temos que pensar o seguinte, notadamente no Brasil a discussão dos
3185 instrumentos, ela é feita de maneira separada. O que une um instrumento ao outro? É
3186 a própria política, ou os programas nacionais que você deve implementar para que
3187 você faça referência aos outros instrumentos e como eles vão ser utilizados. No Brasil
3188 o padrão de qualidade do ar, foi muito bem lembrado aqui, ele ficou 24 anos sem ser
3189 revisto. Hoje nós temos o licenciamento ambiental no País avançado, em muitos
3190 termos e burocrático em outros. Nós podemos aqui discutir o licenciamento ambiental,
3191 acho que nós perderíamos mais de uma tarde falando dos problemas que esse
3192 modelo de licenciamento ambiental, que é, na minha opinião, ainda falho, que ele
3193 prevê que todo mundo vai ser resolvido no licenciamento ambiental, sendo que menos
3194 tempo que o técnico tenha para monitorar como que os empreendimentos estão
3195 lançando, se eles estão atendendo o padrão de qualidade, se na gestão do local,
3196 zoneamento ambiental, nós temos que lembrar que é um instrumento, que deveria
3197 nortear o licenciamento ambiental. Hoje é o contrário, parece, que o licenciamento
3198 norteia o zoneamento, mas essas discussões, elas acontecem, elas devem ocorrer,
3199 mas nós temos que ter em mente o seguinte, um desses instrumentos, que é motivo
3200 de estarmos discutindo aqui hoje, é o padrão de qualidade do ar. Que nós queremos
3201 revisar a Resolução, que hoje e ele colocou em vigor. E aí é que entra a minha
3202 primeira fala. Já que temos a oportunidade de rever isso, qual seria a estratégia para
3203 utilizarmos para chegarmos já em um denominador comum, que chegamos, que seria

139

70

140

3204a OMS. E aí que as propostas têm que ser construtivas nesse sentido. Se nós vamos
3205querer aqui agregar também à parte ao monitoramento ambiental, ao zoneamento
3206ambiental, isso aí tem que está previsto, tem que estar proposto, senão não temos
3207como discutir essa proposta. Uma vez que essa proposta do padrão de qualidade, da
3208revisão, esteja em vigor, como que ela vai conversar com os outros instrumentos? Aí
3209é o principal papel do Ministério do Meio Ambiente como articulador, foi citado aqui o
3210Ibama. O Ibama é um apoio nessa articulação. A política é de competência exclusiva
3211do Ministério do Meio Ambiente. Nós somos um executor, assim como os órgãos
3212ambientais, nós retornamos dados para a melhoria continua das normas legais, mas
3213quem faz a política é o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente, a
3214proposta que ele trouxe aqui, na minha opinião é inovadora, vou pensar em usar isso
3215para as próximas resoluções Conama que eu participar, porque é uma proposta em
3216que você cria, determina um limite, prevê uma fase de revisão ou adequação, e aí
3217você promove estudos para verificar em qual caminho a seguir. Então, esse modelo,
3218que é o que eu observei na proposta, é essa a estratégia que está sendo pensada.
3219Então, acredito que nós devemos, sim, Letícia, discutir mais como vai ser aplicado
3220esse padrão de qualidade, e também as discussões sobre os outros instrumentos,
3221elas devem ser feitas. Nós temos que lembrar que esse grupo tem um mandato, nós
3222estamos reunidos aqui para discutir padrões de qualidade ambiental, não estamos
3223aqui reunidos para discutir os problemas do Sisnama. Eu acho tem uma série de
3224estudos, uma série de artigos já publicados como solução do Sisnama. Nós temos
3225que discutir, não podemos nos furtar, mas nós temos que nos ater ao mandato do
3226grupo, e aí é que eu vejo com bons olhos a proposta, que bem ou mal, eu acho que
3227todo mundo tem aqui as suas contribuições, mas ela conseguiu, na minha visão,
3228conciliar as discussões que estavam acontecendo, às vezes, de uma maneira até
3229meio aleatórias no grupo. Obrigado.

3230

3231

3232 **O SR. ADEMILSON ZAMBONI (Iema/SP)** – Zamboni, IEMA de São Paulo. Bom, essa
3233proposta está aí. Vou me dedicar a proposta. Assim que foi colocada a proposta para
3234todo mundo ler, gerou um certo, uma certa tensão assim. Eu acho que isso, na
3235verdade, reflete na minha opinião, talvez ninguém vai concordar comigo, eu não sei, é
3236uma certa crise de confiança, o que gerou na verdade. Porque é o seguinte, os
3237Estados não confiam plenamente que vão conseguir manter ou tocar um prazo, ou ter
3238um prazo com segurança para alcançar seja lá, que consideração for, que
3239consideração já não é mais o ponto, não estamos mais discutindo isso. Estou falando
3240de prazo, as ONGs não confiam mais que existe uma boa vontade avançar nisso
3241100%, com tanta facilidade. Vamos dizer, o Ministério manifestou que não sentiu tão
3242confortável assim porque não se viu representado nessa construção, como deveria ter
3243sido desde o começo, quando foi que o Ministério da Saúde começou a trabalhar com
3244o Ministério do Meio Ambiente na primeira proposta, não foi ouvido, então tem uma
3245certa desconfiança nesse negócio também. Zilda, Letícia, Rodolfo eu não estou
3246falando, não é nada pessoal, é institucional, e eu não tenho confiança de que esses
3247estudos, o Ministério vá fazer, porque nós passamos 24 anos nunca foi feito. Em
32482007, eu ainda no Ministério, fiz uma avaliação institucional na implantação de todos
3249os instrumentos de qualidade do ar, entrevistando cada um dos Estados, nós vamos

3250nos lembrar disso, entrevistei cada um, contratei um consultor, contratamos o
3251consultor do PNUD, que foi feito isso. Nós tínhamos exatamente esse mapa, esse
3252*woldmap* na mão. E nada aconteceu. Foi submetida uma proposta em 2010, a
3253solicitação para a revisão dos padrões, 2010, nós estamos em 2014. Nós passamos 4
3254anos nessa gestão do Ministério para fazer isso. Então, não existe nada que mostre,
3255que sinalize com segurança que aquilo, Letícia, que está colocado lá, e eu sei que é
3256uma tentativa real de achar um caminho intermediário para isso, vá acontecer. E me
3257acendeu outra luz quando a Mariana falou o seguinte, a insegurança que você tem
3258também para lidar com licenciamento durante alguns períodos, e você terá, supondo
3259que tocássemos assim, naquele período de 4 anos, ou seja lá quanto tempo for, você
3260vai ter um vácuo também para lidar com isso aí. Você não vai ter padrão nenhum
3261valendo. Então, eu acho que o que está posto aqui, isso não é típico de Grupo de
3262Trabalho. Que Grupo de Trabalho é uma coisa aberta, uma coisa franca, você põe na
3263mesa, as coisas são técnicas aqui. Isso não é característico de Grupo de Trabalho,
3264tem mais cara de Câmara Técnica, de debate na plenária do Conama, negociação,
3265não é típico de Grupo de Trabalho. Então, eu fico um pouco assustado, porque eu
3266acho que essa reação a essas coisas é por conta desse formato que nós estamos
3267adotando aqui de discute aqui, encaminha, mas encaminham mais ou menos, e
3268depois fazemos uma outra negociação. Isso não é negociação. Isso aqui é um grupo
3269de trabalho técnico, nitidamente técnico. Então, esse desconforto que o Topázio
3270manifesta eu acho que é um pouco disso também, porque nós estamos perdendo um
3271pouco o pé de ter franqueza aqui na discussão técnica. Nós não precisamos mais de
3272surpresas aqui na redação. Isso está provocando um problema. Então, a minha
3273restrição a essa proposta é que eu não vejo, se tiver um mecanismo que jogue para
3274daqui a 5 anos uma revisão, eu sou mais de uma proposta no formato de como nós
3275acompanhávamos a Resolução de óleo lubrificante, de acompanhamento.

3276

3277

3278**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Olha, Zamboni, quando eu peguei
3279esse Grupo de Trabalho de óleo lubrificante, eles tinham a expectativa que o
3280coordenador do grupo, que na época era um técnico temporário do Ministério, ele ia
3281retirar os pleitos dali e mandar para os Ministros de Estados, Presidente da ANP, para
3282apurar denúncia, para apurar não sei o que, como que fosse uma pessoa que
3283funcionasse à revelia do Ministério. Existe uma expectativa quando você cria um
3284grupo desses, que ele vá funcionar como controle e fiscalização, e é o entendimento
3285de ser um grupo Colegiado. O que não é um grupo colegiado.

3286

3287

3288**O SR. ADEMILSON ZAMBONI (Iema/SP)** – Retiro o exemplo, então. Colocar uma
3289sistemática, nós temos que apontar aqui uma sistemática que não é um espaço,
3290vamos esperar para daqui a 4 anos acontecer, porque isso aqui pode mudar tudo em
32914 anos, e ficar pior do que está, inclusive. Eu estou falando institucionalmente, não
3292estou falando das pessoas, as pessoas podem ter a maior boa vontade do mundo,
3293mas institucionalmente pode ficar pior do que está. E nós não podemos perder a
3294oportunidade de os Estados chegarem até aqui, está aberto esta porta para discutir
3295esse tema, avançar na qualidade do ar e nós desperdiçarmos essas oportunidades

3296por uma questão institucional. O que eu estou vendo aqui é uma questão institucional
3297colocada e que não está se resolvendo, e esse grupo não é para isso.

3298

3299

3300**O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – Carlos, Seia, Rio de Janeiro. É a primeira vez que eu
3301estou participando aqui desse grupo, mas essa discussão da revisão da qualidade do
3302ar lá no Rio de Janeiro, nós vimos fazendo isso desde quando eu assumi a diretoria
3303de monitoramento e informação ambiental em 2010, nós tínhamos problemas, o Rio
3304de Janeiro vinha enfrentando problemas sérios devido a uma questão que nós não
3305podemos deixar de pensar aqui que é de judicialização do processo ambiental dentro
3306do nosso Estado. Hoje nós estamos respondendo diversas ações civis públicas e
3307ações penais do Ministério Público em relação a isso, inclusive uma com relação aos
3308nossos padrões de qualidade. O Ministério Público entende, no Rio de Janeiro, que os
3309padrões, qualquer padrão de qualidade no Rio de Janeiro não pode ser diferente dos
3310padrões da OMS, por conta de um artigo que nós temos na nossa Constituição. O art.
3311281, que foi feito pelo Minc lá atrás, em um descuido, que ele mesmo assumiu, virou
3312para mim e falou: – Carlinhos, lá atrás eu fiz isso com a melhor das boas intenções e
3313hoje nós estamos enfrentando isso.

3314

3315

3316**O SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – É a primeira vez que eu estou participando desse
3317grupo, mas essa discussão, da revisão da qualidade do ar, no Rio de Janeiro nós
3318estamos fazendo isso, quase que, desde quando eu assumi a Diretoria de
3319monitoramento e formação ambiental, em 2010. Nós tínhamos problemas, o Rio de
3320Janeiro vinha enfrentando problemas sérios, devido a uma questão, que nós não
3321podemos deixar de pensar aqui, que é: a judicialização do processo ambiental dentro
3322do nosso Estado. Hoje nós estamos respondendo diversas ações civis públicas e
3323ações penais, do Ministério Público, em relação a isso. Inclusive, uma com relação
3324aos nossos padrões de qualidade. O Ministério Público entende no Rio de Janeiro que
3325os padrões, qualquer padrão de qualidade do Rio de Janeiro, não podem ser
3326diferentes dos padrões da OMC, por conta de um artigo que nós temos na nossa
3327Constituição, o Art. 281, que foi feito pelo MinC, lá atrás, um descuido que ele mesmo
3328assumiu, virou para mim e falou “Carlinhos, ‘caraca’, lá atrás eu fiz isso com a melhor
3329das boas intenções”, e hoje nós estamos enfrentando isso. Então, nós temos uma
3330ação civil pública, do Ministério Público, pedindo que todo licenciamento ambiental
3331ocorrido dentro do estado, de 2006 para cá, sejam desconsiderados, sejam anulados,
3332suspensas as licenças e façamos com o Ministério Público. É isso, está lá, isso é fato.
3333Então, nós não podemos deixar de fazer isso. Fazer um TAC para cada um deles.
3334Então, se nós descuidarmos dessa questão, o que nós temos é... Nós vamos ter um
3335quadro caótico como esse. Você imagina, se nós aqui admitimos... Eu achei duas
3336coisas muito boas do que eu assisti aqui hoje, achei que o Alexander trouxe para nós,
3337com todo esse discurso que ele fez, com toda essa aula que ele efetivamente deu, ele
3338mostrou como é feito do mundo. Não adianta eu falar de qualidade do ar e não falar
3339de gestão, não falar de controle, não falar como o mundo está usando isso. Se eu
3340aperto... Não tem solução. Se eu aperto no valor, eu preciso ter tolerância em número
3341de ultrapassagens, é o que a comunidade europeia faz. Quando eu não tenho valor

3342tão apertado, eu posso ter uma tolerância menor, é o que nós, mais ou menos,
3343identificamos na USEPA, eu não posso querer hoje, aqui, sair da situação que nós
3344estamos. No Rio de Janeiro, nós saímos de uma situação de monitoramento, quando
3345eu assumi, nós tínhamos cinco estações automáticas, hoje o Rio tem um mundo.
3346Conta com o processo de licenciamento, que nós viemos obrigando, de rede, pelo
3347nosso licenciamento, hoje nós temos 39 estações automáticas, não sei quantas
3348semiautomáticas. Então, o que nós estamos fazendo é desenvolvendo as
3349ferramentas. Hoje nós temos uma condição de monitoramento, em três anos, muito
3350superior do que fizemos na vida inteira dentro do Rio de Janeiro. Outra coisa que
3351estamos fazendo é a revisão dos nossos inventários, gente, nós não conseguimos
3352fazer nada disso se não conhecermos o problema. Então, hoje, acabamos de fazer da
3353região metropolitana do Rio de Janeiro, um inventário de fontes de móveis. Foi
3354lançado agora, foi extremamente elogiado, foi um trabalho feito muito bom. Outro
3355trabalho que nós estamos fazendo é o de fontes fixas, termina agora, em 2015. Então,
3356nós estamos trabalhando concomitantemente com uma série de coisas, inclusive com
3357a evolução da Resolução. Porque o Rio foi obrigado, num piscar de olho, a
3358estabelecer um decreto em função dessa pressão do Ministério Público, porque nós
3359estávamos nos tornando, todo mundo ali, o Rio de Janeiro, em um problema que nós
3360não podíamos fazer nada. Então, corremos, lançamos um Decreto no Rio, dizendo
3361que: até lá, até que nós amadurecêssemos, com mais um ano, e tivéssemos todo um
3362programa, toda uma política, todo um Pronar estadual, estou falando de uma forma
3363mais prática, mas para que as pessoas entendam, nós estaríamos adotando os
3364padrões do que está estabelecido na Conama 3, para tirar o Rio dessa situação que
3365nós ficamos, essa sinuca dada pelo Ministério Público. Então, eu acho que o
3366Alexander foi muito bom, soube esclarecer para nós, mostrar quais são os caminhos
3367que nós temos, se nós efetivamente queremos fazer uma política e queremos
3368melhorar no nosso padrão de qualidade do ar, mas coisas que sejam exequíveis. A
3369outra questão, acho que essa estrutura apresentada pelo Ministério.

3370

3371

3372**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Gente, eu vou começar a taxar o
3373tempo. Eu estou deixando falar, Carlos, mas a minha preocupação é com o relógio, já
3374são 25 minutos para às 17h. Eu acho melhor sermos mais objetivos.

3375

3376

3377**O SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – A proposta do Ministério, para nós, é uma proposta
3378que está bem estruturada está ótima. Nós só não temos com como aceitar do primeiro
3379para o segundo em cinco anos e os valores que estão ali. Por quê? Porque nós
3380monitoramos, e nós sabemos que os resultados apresentados nós vamos entrar no
3381estado de legalidade. E isso. Então, é isso que nós gostaríamos de colocar aqui, a
3382dificuldade que o Rio vai ter, hoje, em fazer isso. Precisamos estabelecer um novo
3383procedimento, nosso, de licenciamento para o nosso Estado. Primeiro, eu tenho que
3384ter esse tempo para depois poder... Eu tenho que fazer isso para depois nós
3385podermos aceitar qualquer tempo compulsivo com os números que estão propostos.
3386Desculpem-me, peço desculpa a todos, mas eu quis trazer um exemplo nós estamos
3387vivendo, que é o que está acontecendo. Perdoem-me. Obrigado.

3388

3389

3390 SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Vou tentar ser breve, Zilda, até
3391 porque nós debatemos bastante, mas eu acho que o sentido é esse mesmo. Quando
3392 chegamos com uma proposta nova no GT ou na Câmara Técnica, a primeira coisa
3393 que nós fazemos é tentar entender o que está por trás, sedimentar aquilo, raciocinar
3394 em cima do que nós conhecemos para, depois, tentar contra argumentar. Então,
3395 entenda que a posição de todos aqui, alguns aflitos vão correr, outros vão pensar, vão
3396 discutir. A CNI, nesse aspecto, ela comunga integralmente com o que os Estados
3397 estão colocando. Então, assim, até na nossa proposta, Ementa 13, 14, 15 e 16, vão
3398 tudo nesse sentido. A questão toda, que, aí, é minha pergunta, que eu faria a vocês, e
3399 assim, não quero desmerecer, de jeito nenhum, a proposta que vocês estão
3400 colocando à mesa, porque é uma proposta válida para ser discutida. Por que o
3401 Ministério, aí, é entendimento, por que vocês acham que nós conseguimos, em 27
3402 Estados da Federação, passar para etapa 1 e etapa 2 em cinco anos, atendendo com
3403 segurança? A dúvida que eu tenho é essa. E, assim, uma questão que tem que ser
3404 colocada que as fontes fixas existentes, o novo padrão da Resolução que saiu, acho
3405 que da 436, ela foi discutida, basicamente, com padrão de emissão, nós não
3406 tínhamos, naquele cenário, novos padrões de qualidade do ar. Eu não sei, Rudolf, eu
3407 não saberia dizer o que uma coisa implica em outra, lá eu negociei prazos para
3408 adaptação do setor industrial, se não me engano, são 13 setores diferentes, alguns
3409 com cinco, outros com 10, outros até com 15 anos. Alguns implicam troca de
3410 equipamento, outros implicam troca de processo. Agora, com novos padrões de
3411 qualidade do ar, nós vamos ter que internalizar isso, de como é que isso vai funcionar
3412 para o setor industrial. Se eu tivesse seguro, gente, eu não estava sentado aqui, eu
3413 aguardaria o tema na Câmara Técnica para fazer o debate. A CNI está aqui presente,
3414 e está trazendo corpo de especialistas aqui, porque, realmente, nos preocupam muito
3415 os impactos que essa Resolução possa trazer, que vai muito além da questão
3416 ambiental e a questão de saúde, vai à questão de desenvolvimento de país. E a
3417 questão do licenciamento nos preocupa, porque nós sabemos que está havendo
3418 problemas de renovação de licença, baseado em não definição de Planos de Gestão
3419 de Qualidade do Ar, porque nós sabemos que você precisa antever um cenário futuro
3420 e se o plano não sai você acaba engessando o licenciamento, é onde a coisa aperta,
3421 e aperta até sangrar. Era essa a minha preocupação. Não quero desmerecer, de jeito
3422 nenhum, a proposta. Mas a pergunta que eu faria ao Ministério é: por que vocês têm
3423 essa segurança que eu consigo ir da etapa 1 para a etapa 2 em cinco anos? É a única
3424 pergunta que eu faria. Obrigado.

3425

3426

3427 A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA) – Nós estamos quase nos
3428 encaminhando para o fim dessa reunião. Eu queria colocar alguns esclarecimentos
3429 em relação às questões que foram levantadas aqui, para nós podermos ir
3430 amadurecendo isso até o dia de amanhã. A primeira questão que eu queria ressaltar,
3431 é que... Eu ia dizer que me causa estranhamento, mas sendo um pouco mais flexível
3432 em relação a tudo que foi comentado aqui, eu entendo a reação em relação à
3433 identificação de que essa proposta seja uma novidade na mesa, na prática não tem

3434absolutamente nada, praticamente nada, em termos de redação, que seja algo novo
3435para todos vocês. O Art. 2º, que nós colocamos, é exatamente a redação que está
3436prevista no texto original que está aqui no Conama. As quatro fases para o
3437atingimento do padrão são, exatamente, as mesmas que nós viemos discutindo desde
3438a primeira reunião. Nós estabelecemos uma acomodação ou uma materialização de
3439um assunto que foi muitíssimo colocado aqui, a possibilidade de haver um gatilho
3440disparando uma segunda etapa, ou seja, uma possibilidade escalonada de
3441implementação desse padrão. Isso não é nenhuma novidade, isso está em discussão,
3442pelo menos, desde a terceira reunião. A possibilidade de um gatilho. Nós apenas
3443tentamos materializar esse instrumento dentro do texto da Resolução. Então, eu
3444gostaria, realmente, de descaracterizar, eu não consigo concordar com a ideia de que
3445exista algum ponto novo nessa proposta, tudo isso já estava em debate ou desde a
3446primeira reunião, que é o prazo de duração do padrão, foi o ponto onde nós nunca
3447tivemos consenso, e eu queria lembrar aos senhores que há hoje, em relação ao
3448prazo, 4 propostas na mesa, uma de cada setor representado aqui nesse Grupo de
3449Trabalho. Desde a primeira redação, nós temos essas 4 propostas na mesa, então, o
3450que nós procuramos fazer foi trabalhar em cima dessas 4 propostas e materializar
3451alguma coisa que contemplasse o mínimo que existe de consenso, dentro dessas 4
3452propostas. Portanto, eu entendo, realmente, as reações no sentido de que, ao colocar
3453um novo texto vocês, no primeiro momento, acolham esse novo texto, sinalizando que
3454isso é uma nova proposta. Isso não é uma nova proposta. Absolutamente, tudo que
3455está redigido aí é, de alguma forma, alguma coisa que já estava no texto anterior,
3456*ipsis litteris*, como as 4 fases que aí estão, o Art. 2º, e têm alguns dispositivos que
3457materializam discussões que estão acontecendo no âmbito desse GT, desde a
3458segunda ou terceira reunião, que é a questão do gatilho. Bom, um outro aspecto, que
3459eu queria ponderar, em relação ao que foi colocado, todo mundo reclama do Conama,
3460hoje eu vou reclamar, também. O Conama é um órgão que regula a matéria
3461ambiental... Hoje eu vou me dar o direito de reclamar, também, com todo o respeito. O
3462setor ambiental é, até onde eu conheço, o único setor regulador que discute... Essa
3463fala não é minha, essa fala é de todos vocês, eu já ouvi ela na boca de todos vocês,
3464mas hoje eu fazer ela as minhas palavras. Discute com o Regulado e com vários
3465outros parceiros como vai se dar a sua regulação, ou o seu desempenho, ou o seu
3466trabalho, isso não é praxe nenhuma do Setor. Então, volto a dizer: a proposta original
3467do Ministério do Meio Ambiente era mais uma proposta na mesa, mas o Ministério do
3468Meio Ambiente é o coordenador do Sisnama, e o Sisnama é o sistema que vai
3469implementar essa Resolução. Então, o Ministério do Meio Ambiente não é o órgão
3470dissociado dos seus órgãos implementadores da política, como muito bem colocou o
3471Gilberto, o nosso colega do Ibama. A nossa proposta de 15 anos continua válida, na
3472perspectiva de que nós estamos pactuando as fases, nós estamos propondo que seja
3473pactuado aqui, as fases onde há o mínimo de consenso para que nós possamos
3474prosseguir, tanto entre aqueles que vão ter a responsabilidade de implementar, como
3475aqueles que vão ter a responsabilidade de fiscalizar essa implementação, na
3476perspectiva da atuação da sociedade, do Ministério Público, como daqueles que serão
3477objeto de todos os outros mecanismos que terão que ser colocados em prática para
3478se alcançar isso aí, que é o setor produtivo. Então, a nossa proposta, mais uma vez,
3479não é uma proposta nova, ela apenas materializa aquilo que foi possível espremer de

3480consenso entre as quatro propostas na mesa, desde o início. Obviamente que nós
3481estamos correndo o risco de não agradar ninguém, de não atender, especificamente,
3482a ninguém, mas esse é o mínimo denominador comum em relação a uma situação
3483que nós temos hoje. Nós temos a opção, hoje, na 7ª reunião do GT, que é uma além
3484do mandato original que nós tínhamos no GT, que nos foi dado pela Câmara Técnica,
3485essa é uma reunião além, para nós chegarmos a alguma proposta que nos permita
3486avançar da Resolução Conama 3, estabelecida há 25 anos, para um outro patamar,
3487que pode ser que não seja o desejado por nenhum de nós, no início das nossas
3488negociações, mas pode ser que seja possível ser encaminhado a uma Câmara
3489Técnica para um debate que encaminhe isso para um plenário no Conama passível
3490de aprovação. E não, simplesmente, que nós denotemos a Câmara Técnica de que
3491não obtivemos absolutamente nenhum trilho de como proceder e avançar, que,
3492basicamente, é o que eu entendo, onde nós vamos estar, caso não seja possível
3493avançar na construção de nenhuma proposta de consenso, nós temos 4 propostas na
3494mesa. A meu ver, eu não sou coordenadora da Câmara Técnica, mas eu, também,
3495não tenho conhecimento de algum Grupo de Trabalho que entregou uma proposta
3496com 4 arestas a Câmara Técnica e que tenha sido possível a Câmara Técnica
3497remeter isso à plenária. Até onde eu conheço, até onde vai a minha experiência em
3498relação ao Conama, ou a Câmara Técnica vai continuar se debruçando, como se
3499Grupo de Trabalho fosse, em relação a essas 4 arestas, ou a acamar técnica vai
3500devolver o mandato para o Grupo de Trabalho e nós passamos mais um ano, um
3501semestre, ou seja lá o que for, com as mesmas incertezas em relação a mandatos e
3502pessoas. Vejam, nós temos uma oportunidade de estabelecer algum fechamento,
3503dentro do nosso mandamento e com as pessoas que estão aqui, que estão, desde o
3504início do ano, fazendo essa discussão. Se nós abrirmos mão e levamos 4 propostas à
3505Câmara técnica, nós, provavelmente, estaríamos assinando que devolveremos o
3506mandato, a um novo Grupo de Trabalho, com outras pessoas, que vai começar do
3507zero. Pode ser que essa seja a nossa vontade. Mas é exatamente nessa situação que
3508nós estamos, e foi exatamente nesse sentido o que Ministério procurou fazer um
3509trabalho interseccional, e aí, me causa, também, mais uma vez estranheza, que nós
3510coloquemos em questão esse trabalho interseccional, em questão, no sentido, da sua
3511legitimidade, porque o objetivo foi, exatamente, o contrário. Isso aqui é um Grupo de
3512Trabalho, permite a flexibilidade de que existam conversas não só aqui dentro, mas
3513fora daqui, no sentido de avançar o máximo possível naquilo que tiver que ser
3514analisado e que, eventualmente, não possa ser analisado e digerido nos dois dias ou
3515um dia de reunião que nós temos. Eu queria lembrar que, na nossa avaliação, na
3516perspectiva do Ministério, seria, sim, um imenso retrocesso que nós saíssemos desse
3517Grupo de Trabalho e da próxima reunião da Câmara Técnica sem condições de elevar
3518qualquer coisa a um nível superior de trabalho, além do Grupo de Trabalho. Para nós
3519esse seria o maior retrocesso de tudo que nós fizemos até agora, irmos para a
3520Câmara Técnica e voltarmos com o mandato desse GT, sendo que, se nós
3521retomarmos o mandato desse GT não me parece que haja qualquer possibilidade de
3522nós superarmos, de outra maneira, que não essa, que nós estamos propondo, as
3523nossas 4 propostas. Certo? Só para lembrar as 4 propostas, o Ministério tinha,
3524inicialmente, proposto 15 anos, nós estamos abrindo mão de cinco anos da nossa
3525proposta original, mandatórios e estabelecidos para estabelecer um mecanismo de

3526ponderação em 10 anos, é isso que está escrito ali. Não está escrito ali que nós
3527vamos começar a estudar qualquer coisa, apenas, a partir do sétimo ano. Eu vou
3528esclarecer isso, em relação à proposta, quando nós passarmos para o último artigo,
3529que estabelece o nosso compromisso de implementar o Pronar, de produzir uma
3530proposta de Pronar nos próximos doze meses, lembrando que nós fomos os maiores
3531defensores aqui, nessa Câmara Técnica, de que não deveria haver uma tentativa de
3532inrever a Conama 3, que nós começássemos a regradar sobre a Conama 5,
3533simplesmente porque nós entendemos que é matéria excessiva para que seja feita ao
3534mesmo tempo. Nós, também, compartilhamos da ideia de que em um mundo ideal o
3535estabelecimento do Pronar, ou de um programa, de uma estratégia, viria antes do
3536estabelecimento do padrão, mas nós temos que lembrar que nós estamos construindo
3537em cima, isso é *building blocks*, nós estamos construindo em cima de uma coisa que
3538já existe, e já existem duas resoluções, e todos nós concordamos que a
3539implementação do Pronar é uma implementação, em boa medida paralisada, e, aí, em
3540todos os níveis, no nível federal, no nível estadual. E, no meu entender, essa revisão
3541traz novos compromissos, em termos de vontade política e em termos de alternativas,
3542para revigorar o Pronar. Acho que tratarmos da retórica e lamentarmos do tanto o que
3543Pronar não foi implementado, até agora, é algo que nós fizemos na primeira reunião,
3544foi uma catarse que nós nos permitimos na primeira reunião. Eu entendo, o que está
3545sendo colocado aqui, em que pese a falta de confiança, que o Zamboni lembrou, e a
3546falta de confiança nas instituições, ela é, no meu entender, um dos maiores
3547empecilhos para movimento, a bom termo, de qualquer trabalho, sobretudo, em
3548matéria ambiental, ela é retórica, nós temos que partir do pressuposto, e é o que nós
3549fizemos dentro do Ministério do Meio Ambiente, de que esse momento revigora a
3550vontade política, os mandatos e as estratégias para rever o Pronar. Por último, a título
3551de esclarecimento em relação à proposta. Em relação... Se você puder botar, por
3552favor, no § único. Esses 4 anos, a partir da entrada da segunda etapa, esses 4 anos
3553são para fins do gatilho, que não se confunda isso com as estratégias que o Pronar
3554vai traçar, nós só não estamos estabelecendo elas, aqui, para não pré-julgar aquilo
3555que vai ser definido na revisão do Pronar, mas o Pronar deve, e nós vamos propô-lo
3556com esse intuito, nesse sentido, ter mecanismos de avaliação temporária, de dois em
3557dois anos, do avanço, ao longo dessas duas primeiras etapas, que estarão em vigor
3558com a entrada dessa Resolução. A revisão no quarto ano, ou seja, no nono ano, é
3559para fins de instruir o gatilho que vai fazer com que seja avaliada a maneira de entrar
3560a terceira fase e a quarta fase, e pode ser que, nesse momento, se decida aquelas
3561pessoas que vão fazer parte do Grupo de Trabalho, decidam que a terceira fase pode
3562entrar em vigor em tempo mais curto que cinco anos. Ela não, necessariamente, tem
3563que ter cinco anos, ela pode entrar em vigor em dois anos e nós, no Ministério do
3564Meio Ambiente, por exemplo, estaríamos contemplados na nossa proposta original, de
3565termos um padrão em 15 anos. Vejam, só é preciso esclarecer que, após 4 anos, da
3566entrada em vigo dor padrão, é o gatilho para implementação da terceira fase. É uma
3567avaliação que o Ministério do Meio Ambiente, como coordenador do Sisnama, vai ser
3568obrigado a fazer, a partir desse dispositivo, para viabilizar ou inicializar o gatilho. Por
3569favor, você pode colocar no Art. 14º, só para mostrar. O Art. 14 é o que estabelece o
3570compromisso, também, ou seja, essa Resolução dá dois, na verdade, ela dá mais,
3571mas ainda não está no momento de comentar isso, mas ela dará dois mandatos

3572claros ao Ministério do Meio Ambiente, dois mandatos e duas atribuições, a de
3573encaminhar uma revisão do Pronar no prazo de doze meses da publicação dessa
3574Resolução. E, ai, no Pronar, como eu ia dizendo, nós defendemos, e eu acho que não
3575se pode confundir, a nossa defesa inicial de que nós não nos debruçássemos, aqui,
3576em todo o detalhamento do Pronar, com o nosso não entendimento que os padrões
3577fazem parte dos instrumentos de gestão. Isso nós nunca dissemos aqui. Nós sempre
3578tivemos clareza, obviamente, como coordenadores do Sisnama, enfim, com o nosso
3579papel na área Federal, em relação à implantação de toda essa estratégia, que os
3580padrões de qualidade do ar fazem parte de um *hall* de instrumentos no âmbito do
3581Pronar. E eu queria só um último comentário. Quando nós de gestão, nós de
3582instituições, então, essa, realmente, é uma Resolução atípica, ela não é uma
3583Resolução que define limites de implementação, mas, sim, uma Resolução que mexe
3584no âmago com as instituições. Então, é impossível descartar o debate sobre a
3585capacidade institucional e sobre as responsabilidades institucionais. É impossível.
3586Essa Resolução não é uma Resolução que estabelece limites de emissão. Ela precisa
3587ser tratada e olhada de forma diferenciada em relação a isso. Ela é uma Resolução
3588que fala de gestão, e gestão, basicamente, se refere a instituições. São organizações,
3589regras e procedimentos. É isso que eu tinha para comentar.

3590

3591

3592**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Vamos pensar em caminhar.

3593

3594

3595**A SR^a. CRISTINA MURG (CNI/Fiesf)** – Eu gostaria só de um esclarecimento, Letícia.
3596Por que no entender do Ministério Público a fase implementação da fase dois
3597prescinde de uma avaliação? Por tudo isso que foi falado, isso para mim, ainda, não
3598ficou claro. O outro aspecto que eu vejo é o seguinte, se estão sendo dados 12 meses
3599para o Pronar, a partir da publicação do Pronar nós temos a internalização do Pronar
3600dentro dos Estados, aí, eles precisam fazer as suas regulamentações. A experiência
3601prática que nós temos, e ai a Maria Helena me corrige, o ‘PREF’ em São Paulo ainda
3602não foi publicado, ele pode estar pronto, ele pode não estar minotado, mas ele ainda,
3603efetivamente, não está publicado, que é um plano. Então, ao nosso entender, esses
3604cinco anos é um prazo curto, pelo atual estágio que os Estados colocaram aqui, todas
3605as avaliações mostradas, Rudolf, pelo Ministério, elas mostram uma carência muito
3606grande na grande maioria dos Estados, em termos de rede de monitoramento, têm
3607Estados que nem tem regulamentação, que isso não está nem na agenda, e para sair
3608uma regulamentação precisa de um pacto político, precisa de um... Não é? Quer
3609dizer, essas regulamentações não saem automaticamente. Então, eu vou reiterar aqui
3610a fala do Wanderley, a proposta da CNI é quase que esse modelo, a única diferença é
3611que ela faz uma avaliação entre a etapa um e a etapa dois e a outra diferença é que
3612ela trabalha com um horizonte final, ela dá o horizonte final. Então, eu gostaria desses
3613esclarecimentos. Por que prescindir a fase dois? Por que a fase dois já está
3614resolvida? Ela não precisa dessa avaliação para saber se ela entra em vigor ou não?

3615

3616

3617A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – O objetivo dessa proposta foi tentar
3618compatibilizar dois polos completamente distintos. Um, vocês estão propondo 20
3619anos, praticamente sem fases intermediárias ou com fases intermediárias a serem
3620definidas, e outra a sociedade civil propondo 9 anos, já sem nenhuma revisão, sem
3621nenhum gatilho de revisão. Então, o que nós procuramos fazer dentro do Ministério do
3622Meio Ambiente? Tentar fazer uma proposta que tentasse compatibilizar esses dois
3623polos. Então, assim, essa daí é a resposta. Então, eu estou tentando compatibilizar
3624dois polos completamente antagônicos, de um lado, como coordenador do Sisnama,
3625eu tenho que ouvir os Estados, eu tenho que ouvir os outros entes que estão
3626propondo coisas diferentes, para tentar compatibilizar isso e chegar a um resultado. É
3627esse o objetivo de uma coisa e de outra. Nós temos o representante da sociedade civil
3628e do Ministério Público, que está se colocando num prazo mais curto, coloca isso num
3629prazo muito objetivo, junto com o Ministério da Saúde, mas o que nós vemos com a
3630conversa dos Estados é que esse prazo não é possível de ser mantido pelos Estados,
3631é um prazo para daqui um tempo a Resolução tem que ser totalmente revista e, aí, se
3632começar do zero novamente. Exatamente isso que nós não queremos. Nós estamos
3633passando por um problema do Ministério do Meio Ambiente, que é, nós temos um
3634Plano Nacional de Resíduos Sólidos, cujo Decreto da Lei estipula que o plano seja
3635delineado por um horizonte de 20 anos, revisado pelo menos a cada 4 anos, esse
3636Plano não foi publicado, por problemas de outra ordem, porque falta o seu referendo
3637em um conselho de Estado. Mas, ele tem a previsão de se rever essas metas a cada
36384 anos. Por ser um plano, nós não discutimos isso no Conama, discutimos isso em
3639outras instancias, nós achamos que é necessário fazer essa discussão e chegar a um
3640texto diferente. No caso da Resolução, o que nós quisemos com essa, a Letícia falou
3641muito bem, com essa consolidação e uma tentativa de harmonizar interesses
3642completamente diversos, é tentar juntar aquilo que foi discutido aqui, por isso que eu
3643fiquei surpresa, até, com a posição do Ministério da Saúde, porque eu não estou
3644entendendo que tenha nada de muito diferente nessa proposta, em relação aquilo que
3645nós víamos tratando. Por outro lado, é uma Resolução que vai impactar, eu entendo...
3646A preocupação da qualidade do ar é de todos nós, a preocupação em relação à saúde
3647da população é de todos nós, mas eu tenho essa Resolução há mais de vinte anos e
3648pouca coisa foi feita. Será que ao arrochar o prazo eu vou conseguir resolver o
3649problema? Foi aquilo que a nossa Ministra falou, é uma Resolução que vai ser
3650coordenada pela área ambiental, mas cujas políticas não vão depender somente da
3651área ambiental, esse é o primeiro ponto que os estados têm receio, eu estou vendo
3652todo mundo balançar a cabeça, ele vai depender de uma política industrial estadual,
3653uma política de transporte estadual, uma política de saúde estadual. Ai, o que
3654acontece? Acho que o ideal disso seria nós termos, talvez, uma lei que determinasse
3655qual é o padrão, como é que ele vai gerir e quais vão ser os prazos de que cada um...
3656Aí, engessa e acaba essa discussão aqui no Conama de vez. Mas, uma lei, só seria
3657uma lei, Gilberto, para poder atingir a todos os setores envolvidos com a qualidade do
3658ar, infelizmente é isso. Por que o que São Paulo pode fazer em relação à política
3659estadual de transporte? A Secretaria de Meio Ambiente, a Cetesb, quase nada. Foi
3660aquilo que o Eduardo falou lá, se nem o pessoal para licenciamento, na hora de fazer
3661o licenciamento, ele pergunta para o pessoal da Qualidade do Ar como é que vai
3662montar as redes de monitoramento, em função daquela empresa que está sendo

3663licenciada. O que nós estamos tentando fazer é um esforço, todo mundo está
3664satisfeito com a Resolução como ela é hoje? Se todo mundo estiver satisfeito, eu cato
3665as minhas coisas e vou embora. O meu telefone não para de tocar, eu tenho coisas
3666para fazer na minha área, lá no Ministério. Então, assim, o que estamos fazendo aqui
3667é tentando fazer um esforço de tentar melhorar algo que não está bom, eu acho que
3668todo mundo concorda com isso. Agora, o que nós não podemos é colocarmos mais
3669pedras no caminho, vamos tentar pavimentar esse caminho para poder transitar por
3670ele de uma maneira mais adequada. Eu acho que é esse o ponto que nós queremos
3671chegar. Agora, nós vamos precisar é ter alguma flexibilidade de posições, dos 4 lados,
3672são 4 setores de diferentes, com intuito de nós podermos construir uma proposta
3673única, se não, como a Letícia falou, eu não tenho condições de bater na Câmara
3674Técnica e dizer “eu tenho 4 propostas”, isso para mim ainda é pensável. Já levar
3675recentemente uma proposta com dois pontos que não estavam acordados e ver essa
3676proposta ficar por 9 meses em discussão, quase 9 meses em discussão, isso para
3677mim é inconcebível. Então, eu entrego o meu... Eu não sirvo para coordenar Câmara
3678Técnica, não sirvo. Porque, agora cada um vai ter que abrir mão de alguma coisa para
3679nós podermos chegar a uma proposta única. Eu entendo a colocação dos Estados, os
3680Estados estão entre a cruz e a caldeirinha, estão com o Ministério Público
3681pressionando, estão com a sua Legislação Estadual em cima e... Eu sei, eu já vi a sua
3682mão, mas eu ouvi todo mundo falar, pacientemente, sem cochilar. E outra coisa que
3683eu queria te dizer, agora que você levantou a mão, eu vou te dizer, quando eu iniciei
3684essa reunião hoje, pela manhã, eu falei o que Ministério tinha discutindo uma proposta
3685com todos os Estados, isso aqui não é Câmara Técnica. A princípio, nós buscamos
3686distinguir um prazo de apresentação de propostas para tornar as reuniões mais
3687construtivas. No caso dessa consolidação de propostas que o Ministério do Meio
3688Ambiente trouxe, que você, até, disse que não mereciam nem ser discutidas, porque
3689não tinham ser apresentadas no prazo, você estava cochilando na hora que eu falei,
3690desculpe a minha sinceridade, na hora que eu falei que o Ministério negociou isso, o
3691secretário foi a alguns Estados, pessoalmente, chamou os representantes dos
3692Estados que, como coordenador do Sisnama, a nossa preocupação é era ter uma
3693proposta que não ferisse, principalmente, os interesses dos Estados. Principalmente.
3694Porque eu estou construindo uma Resolução em que eu vou ser um coordenador
3695dessa política, mas os Estados é que serão os executores, e vai ter impacto na
3696sociedade civil, vai ter impacto no setor empresarial. Mas o objetivo de nós irmos
3697mostrando aos poucos, conforme sugestão, como se fôssemos encaminhando
3698sugestões ao texto, era para tentar construir, não deu tempo de mandar antes, porque
3699não dependia só de mim, da Letícia, do Rudolf, apresentar essa proposta, dependia
3700da agenda do Secretário, da agenda dos órgãos estaduais de meio ambiente. Então,
3701foi só nesse sentido. Desculpe-me se eu fui grosseira, não era o meu objetivo,
3702Manara, você já me conhece, há muitos anos, sabe que, às vezes, eu sou um pouco
3703grossa na hora de falar, mas... O meu objetivo é o seguinte, essa proposta não é uma
3704proposta qualquer, é uma proposta que tenta harmonizar, ela pode não ser a melhor,
3705pelo visto, até, não é, mas ela tenta harmonizar, principalmente, interesses
3706conflitantes, que isso é uma coisa que nós temos que colocar na cabeça. Eu não
3707posso ficar de um lado, um setor querendo vinte anos, o outro querendo oito, nove, o
3708outro querendo quinze, eu tenho que chegar a uma proposta única, isso não pode

3709chegar ao Conama desse jeito. É esse o nosso objetivo, em relação a essa proposta
3710de qualidade do ar. Eu queria fazer uma pergunta, primeiro, antes de passar a palavra
3711para todo mundo que já levantou a mão, eu deixei todo mundo falar, e agora as
3712pessoas já estão levantando a mão novamente. Então, eu queria fazer a seguinte
3713pergunta: é possível aceitar essa proposta? Você está dizendo que não. E qual
3714proposta que para vocês seria a possível? Aquela que o Ministério Público
3715apresentou? Eles me responderam, eu vou perguntar para eles e depois eu me
3716pergunto para os estados. Eu vou continuar depois de quase duas horas de debates
3717com 20 anos, com 9 anos, ninguém se sensibilizou por essa série de colocações que
3718os órgãos estaduais fizeram.

3719

3720

3721**O SR. EDUARDO TOPÁZIO (Inema – BA)** – Essa é a questão que eu quero levantar.
3722Eu acho que as questões têm que ser objetivas, que você está propondo aí. Se não
3723concorda tem que fazer a contraposição, não pode devagar, isso que eu estou
3724reclamando.

3725

3726

3727**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que eu não posso é ficar... Eu
3728deixei quase duas horas, deixei todo mundo falar, todo mundo colocou suas posições,
3729mas só que quem vai ter que executar essa Resolução são os órgãos estaduais de
3730meio ambiente. E se eles estão sinalizando que eles não têm condições de fazer isso
3731em um prazo mais curto, o que nós fazemos? Ai, eu pergunto, continuamos com a
3732Resolução do jeito que ela está hoje? Eu gostaria de ouvir, com brevidade, se os
3733Estados concordam essa proposta ou não concordam.

3734

3735

3736**O SR. CARLOS (SEIA-RJ)** – Olha só, eu vou bastante breve. Eu tenho que dizer para
3737vocês o seguinte. Hoje, os números que estão propostos, para as metas
3738intermediárias, estabelecendo prazo nesse modelo de gestão, inviabiliza o Rio. O Rio
3739para economicamente. Eu vou ter que fechar um monte de coisa. Você imagina...
3740Esses números que estão aí, do padrão, não dá, nós estamos medindo, não dá. O Rio
3741fica estrangulado em três parâmetros. Então, gente, é difícil. Ozônio para particulados
3742e NOX. Nós estamos estrangulados, não tem, nós analisamos, desculpem-me, mas
3743nós analisamos, nós fazemos os resultados. São os números da meta intermediária 1
3744para a 2, se não mudar o modelo de licenciamento de gestão, esse é um ponto, o
3745prazo. Eu acho que a construção está boa, nós podemos admitir tudo, mas eu não
3746posso chegar aqui... Nós podemos até dizer assim “se abrir a questão de gestão, nós
3747podemos até concordar, mas vou ter que levar”, ela vai ter que levar a presidente do
3748Inea, eu vou ter que ao meu chefe, ao Secretário de Estado, que nós estamos
3749assumindo um risco, porque nós temos uma leitura no Rio, clara, que não cabe no
3750meu pé. Eu vou ter que assumir compromissos bastante altos, a questão é só essa.
3751Não é má vontade. Então, do Rio, colocamos... Era, mais ou menos, isso. E que nós,
3752desde o início, não mudamos nada, a posição da Mariana, que trouxe aqui, sempre foi
3753essa. Não cabe. O prazo é difícil. E eu não consigo conceber, tecnicamente, eu sair
3754de um número para outro em uma redução sem ter uma avaliação da minha rede de

3755monitoramento, eu tenho que ter um resultado, eu tenho que avaliar esse resultado.
3756Como que eu posso dizer que eu posso sair do número A, B sem ver resultado, sem
3757ver a resposta dos meus mecanismos, dos meus programas, dos meus mecanismos
3758de controle e de redução? Gente, é inviável.

3759

3760

3761**O SR. ALEXANDER (Iema/ES)** – Há uma necessidade de adequação numérica, com
3762relação as propostas, e, realmente, há um parâmetro que há violação da região da
3763Grande Vitória, que é a principal região que é relacionada às partículas inaláveis. Só
3764um primeiro ajuste, em relação ao padrão intermediário 1, os demais parâmetros
3765poluentes, tanto para meta 1, quanto para meta 2, ou para o parâmetro, não há
3766problemas, a luz do nosso decreto de qualidade do ar. Só o prazo, realmente, que é
3767problemático. Então, eu fiz toda aquela fala, desculpe o sono que causou aos colegas,
3768mas é porque se eu pedisse a palavra e dissesse que nós estávamos começando
3769pelo final do processo, muita gente não ia entender, então, foi por isso que eu tive que
3770fazer toda aquela explanação para poder explicar. Então, era só isso. Obrigado.

3771

3772

3773**O SR. FLÁVIO DANIEL FERREIRA (FEAM)** – Eu queria dizer que nós, do Estado de
3774Minas Gerais, entendemos a lógica do Ministério do Meio Ambiente, em tentar
3775ponderar as duas propostas, avaliando as duas primeiras metas, a primeira imediata,
3776a segunda com cinco anos e as demais. Só que, diante de tudo que já foi exposto
3777aqui, das dificuldades, das pressões e falta de condição, mesmo, de implantar
3778determinados projetos, eu acredito ser inviável essa questão dos prazos.

3779

3780

3781**O SR. EDUARDO TOPÁZIO (Inema – BA)** – Eu proponho... Estou aceitando a
3782proposta do Ministério. E, na realidade, eu disse isso para Carlos, que eu discordei na
3783hora, que você não fez a proposição no final, você falou, falou, e no final você não
3784disse o que você estava propondo.

3785

3786

3787**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Ele falou no início que ele tinha
3788concordado com o que estava lá, ele só foi tentar explicar qual era o objetivo daquilo
3789em relação a isso. Eu entendi o que o Alex quis dizer, mas...

3790

3791

3792**O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Nós mantemos a mesma posição, que é com
3793relação aos prazos, ou seja, nós não vemos como solução, para nós, ter um prazo
3794definido sem ter uma avaliação, inclusive, da situação de se pode ou não estabelecer
3795novo padrão.

3796

3797

3798**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mais alguém dos Estados quer se
3799manifestar? Eu vou passar a palavra ao...

3800

3801

3802 **O SR. CARLOS HENRIQUE (Ibram/DF)** – Eu não tenho, muito, como me posicionar
3803 quanto a prazos, porque, infelizmente, eu não sei onde Brasília estaria situado, eu não
3804 sei que condições nós estamos para dizer se em 5 anos seria um prazo razoável ou
3805 não, porque eu não sei onde eu estou. Infelizmente. Exatamente, mas pensando
3806 nisso, em 5 anos eu não tenho como informar. Eu acho que, realmente, nem sei dizer
3807 se dá.

3808

3809

3810 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Entendo as suas colocações, foi
3811 falado pelo Rio de Janeiro, também. Mas, o nosso horizonte, nós entendemos que em
3812 uma Resolução dar um prazo maior que 5 anos é uma coisa, às vezes, um pouco,
3813 longe do nosso horizonte. Então, nós sempre procuramos... Que um plano de 4, 5
3814 anos é o período de que um gestor está numa área e pode permanecer nessa área.
3815 Então, é uma coisa muito subjetiva, mas é a figura... Outras resoluções abordam um
3816 gatilho de revisão em 4, 5 anos. Nós achamos que isso era um prazo... Nós demos
3817 para a Resolução de Qualidade do Solo, valores indicadores de qualidade do solo e
3818 áreas contaminadas, nós demos um prazo de 4 anos, ano passado foi pedido mais
3819 um ano de prorrogação, foi dado no Conama, e esse prazo expira agora, no final do
3820 ano. Então, é mais nesse sentido. Agora, dar um prazo maior que esse, por outro
3821 lado, na hora que nós colocamos esses prazos e colocamos a revisão entre o
3822 segundo e o terceiro, o objetivo qual é? Também, tentar compatibilizar e, quem sabe,
3823 compatibilizar com algumas coisas que a sociedade civil veio trazendo para cá, “nós
3824 entendemos que o prazo tem que ser mais curto, esse prazo tem que estar...” Que é
3825 desejo tanto do Ministério Público, quanto da sociedade civil, que eu já coloque um
3826 prazo sem gatilho nenhum para adoção do padrão de qualidade do ar da OMS daqui
3827 a, no máximo, 8, 9 anos. Pela exposição dos Estados, nós vemos que isso é difícil.
3828 Essa proposta é no sentido de concluir com um caminho intermediário para chegar
3829 aos dois lugares. O Manara pediu a palavra.

3830

3831

3832 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Ainda voltando, um pouco, à fala
3833 da Letícia, eu não quis... A questão do gatilho, eu entendo que ela não foi discutida
3834 exaustivamente, desde a terceira reunião. A questão do gatilho foi um fato novo, uma
3835 abordagem nova, trazida, se não me engano, na penúltima reunião. O que foi
3836 discutido ao longo das 3ª, 4ª reunião, foram etapas, mas esse sistema de gatilho não
3837 foi discutido exaustivamente como você colocou. Também, eu discordo de que esse
3838 documento não traz nada de novo, pelo contrário, ele traz uma nova leitura, um novo
3839 mecanismo para tentar apaziguar essas distâncias e dar um meio termo,
3840 eventualmente, possível de ser acolhido pelas partes que, até o momento, não
3841 chegaram a consenso. Então, é um documento que traz, sim, um fato novo e
3842 essencial. Ele tenta, ele aborda o cerne da questão e o principal ponto de discórdia.
3843 Então, não há como relevar esse fato, de que um documento apresentado, tão
3844 somente hoje, ele carrega esse prejuízo para que possamos entender melhor, analisar
3845 os reflexos dele e discutir com os pares. E, aí, eu só repito o que eu disse, na fala
3846 inicial, de que eu entendo que a bem, por amor ao debate, vamos discutir, sim, esse

167

84

168

3847documento, não fui contra a apresentação do documento e contra colocar para
3848debate. Eu só entendo que, como ele não cumpriu o procedimento adequado para ser
3849apresentado, ele não pode ser deliberado nessa reunião, ou pode? Pode um
3850documento ser apresentado na data e ser deliberado?

3851

3852

3853**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Na reunião de Câmara Técnica, não
3854existe nenhum impedimento para isso. *(Falas sobrepostas)* impedimento, reunião de
3855Grupo de Trabalho.

3856

3857

3858**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Mas não foram definidos na
3859reunião passada aqueles prazos para apresentação. Inclusive, ele foi prazo... Até que
3860foi dilatado...

3861

3862

3863**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que nós quisermos trazer aqui, se
3864não fosse essa proposta... O entendimento que nós tivemos é que essa proposta, eu
3865já te falei, volto a dizer, que era desejo nosso apresentar isso no prazo. Não dependeu
3866de nós, não foi possível apresentar isso no prazo. Tanto que eu não quis apresentar
3867tudo no início da reunião para não aparecer que eu estava tendo uma atitude
3868autoritária, como representante do Ministério, de colocar na primeira hora da reunião a
3869proposta do Ministério para todos, e disse “a qualquer momento, quando eu colocar
3870alguma coisa na tela, ler, estiver sugerindo, qualquer um pode apresentar propostas,
3871aqui, que são discutidas”, isso é uma proposta que está sendo apresentada e que
3872está sendo discutida.

3873

3874

3875**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Porque eu lembro, inclusive em
3876uma solicitação no Ministério Público Federal, para apresentação da Dra.
3877Evangelina...

3878

3879

3880**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A solicitação do Ministério Público
3881Federal foi diferente. Nós combinamos que a primeira e a segunda reunião teriam
3882apresentações. E o Ministério Público apareceu aqui em uma outra reunião em que
3883estávamos debatendo o texto, querendo fazer uma apresentação, ou seja, que eram
3884rotinas diferentes, foi só por causa disso. Eram rotinas diferentes. Agora nós estamos
3885discutindo o texto, nós não estamos discutindo apresentação. Nós estamos discutindo
3886o texto. Então, é esse aí o sentido. Agora, Câmara técnica é aberta, eu realmente
3887pedi, volto a dizer, que não houve como mandar essa proposta no prazo. Ele
3888dependeu da negociação do Secretário. Pois é, você já fez essa crítica. Eu gostaria
3889que nós caminhássemos para outra construção.

3890

3891

3892 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu só estou reiterando que eu
3893 entendo a contribuição, a tentativa de contribuição, não sou contra isso. Eu sou estou
3894 reforçando a posição de que, principalmente para a sociedade civil, nós não
3895 discutimos isso, como esse grupo que, também, entendo perfeitamente, Leticia, não
3896 foi uma crítica de que vocês conversaram com segmentos, eu entendo perfeitamente.
3897 A busca para se construir um bom documento, só que nós não tivemos essa
3898 oportunidade de esmiuçar, de detalhar, de entender, de aprender com o que se
3899 propõe nesse documento. Vocês tiveram isso, desde quinta ou sexta-feira da semana
3900 passada, parece, até, que se debruçaram no final todo, não tivemos essa
3901 oportunidade. Então, como deliberar isso numa coisa que, olha, passou corrido ali,
3902 não sei nem o que foi alterado. Então, eu só quero insistir nesse ponto, que eu não
3903 me sinto à vontade e não tenho o conhecimento acerca do documento, e pior do que
3904 isso, eu não discuti com os meus pares, e a quem eu represento aqui, sobre essa
3905 nova proposta. Porque esse foi o intento, esse foi o principal objetivo de definirmos, na
3906 reunião passada, prazos para encaminhamento dos documentos, para que todos
3907 pudessem estudar, analisar, para poder contribuir para pacificar essas questões.
3908 Então, eu só insisto nesse ponto, que é um ponto que, para mim, é limitante. Agora, a
3909 questão dos prazos, voltando, um pouco, a questão central. Pelo que eu estou
3910 entendendo, só para fazer um resumo, nós estamos com 3 propostas e não 4.
3911 Estamos com a proposta do Ministério da Saúde, de 9 anos, encampada pelo
3912 Ministério Público Federal e pelo Proam; temos a proposta da CNI, de 20 anos, uma
3913 vez o que MMA declinou da proposta de 15 anos. O que está escrito aí não trazem,
3914 nenhum momento, 15 anos. Então, eu entendo, dessa forma, que o Ministério do Meio
3915 Ambiente abriu mão, declinou da sua proposta de 15 anos. Desculpa, o MMA. E os
3916 Estados, especificamente o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais,
3917 defendem o não prazo, nenhum prazo, a Bahia aceitou a proposta do MMA de 5 anos
3918 e o Distrito Federal não tem uma posição definida. É isso que nós estamos tratando
3919 aqui, então, são 3: 9, 20 e nada. Desculpem-me, tem a proposta dos 5 anos... É que,
3920 no meu entendimento, a proposta do MMA não tem prazo.

3921

3922

3923 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Agora eu vou criticar. Eu acho que o
3924 seu resumo não está fiel às falas. Eu não estou enxergando, nesse seu resumo,
3925 aquilo que foi dito antes de você falar. Eu acho que você não entendeu bem o que
3926 eles falaram antes.

3927

3928

3929 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Os estados? Então, por favor, o
3930 Rio de Janeiro falou que não aceita o prazo de 5 anos.

3931

3932

3933 **O SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – Olha só, o Rio de Janeiro tem prazo. Nós temos prazo
3934 que começa inicialmente com 1, o 2, a 5 anos, só que eu não posso, o que eu disse,
3935 nós não podemos admitir uma migração sem uma avaliação dos resultados que eu
3936 tenho, sem conhecer... Do 1 para o 2, do 2 para o 3, do 3 para o 4. A única coisa que
3937 fazemos isso e que a cada 5 anos temos uma avaliação. Quer diminuir? Para mim

3938 não tem problema, o que nós não podemos admitir é, compulsoriamente, sair de um
3939 número para outro sem uma avaliação do que acontece nos Estado.

3940

3941

3942 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Então, vocês pactuam com a
3943 proposta do MMA?

3944

3945

3946 **A SRª. MARIANA (Inea)** – A proposta dos estados é que nós tenhamos prazos, sim,
3947 para os estudos, não para migração compulsória. Pode ser menos tempo, pode ser os
3948 valores que forem, desde que avaliemos o monitoramento e vemos que cabe.

3949

3950

3951 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Então, é uma outra proposta só
3952 que não está apresentada?

3953

3954

3955 **A SRª. MARIANA (Inea)** – Está apresentada.

3956

3957

3958 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – São Paulo a mesma coisa? Então,
3959 está bem. Então, nós temos esses três conjuntos, que um é a proposta do MMA, cada
3960 Estado tem a sua colocação já previamente apresentada. Bem, então, são 4 anos, 9
3961 anos e 20 anos. Não existe mais a de 15 anos?

3962

3963

3964 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que é interessante é nós
3965 termos prazos, não pode ficar é sem prazo. Pois, se cada um tiver seu prazo baseado
3966 nos seus problemas. Porque um prazo, quando ele dá um prazo razoável, quem puder
3967 se adequar mais cedo melhor, o que não pode é ficar sem prazo. Porque, no Brasil,
3968 com prazo nós não cumprimos, imagine sem prazo. O Brasil não se cumpre. Nós
3969 tivemos agora o exemplo da Lei de Resíduos Sólidos, terminou o prazo e não se
3970 cumpriu. Imagine sem prazo, nós não vamos fazer nada. Eu acho que a proposta do
3971 Ministério da Saúde, do Ministério Público de 9 anos nem é muito e nem é pouco, dá
3972 para todo mundo se adequar.

3973

3974

3975 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É muito pouco.

3976

3977

3978 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Mas 9 anos é razoável. 20
3979 anos é muito dilatado, fica muito dilatado, mas 9 anos, um pouquinho mais, mas fica,
3980 pelo menos, mais aceitável.

3981

3982

3983 **O SR. ANTÔNIO** - Duas coisas só, vou ser muito breve, queria encaminhar uma
3984 terceira ali dentro. A primeira coisa que eu queria dizer é que, eu acho que a Letícia
3985 fez uma fala, e eu senti que talvez tivesse uma coisa que da minha fala anterior fosse
3986 pessoal, repito, é institucional, por favor. E quando eu digo que não é prioridade, essa
3987 para o Ministério, por favor, eu gostaria que quando vocês lessem aquele cartaz que
3988 está ali, que é matriz de agendas e resultados prioritários para o Ministério do Meio
3989 Ambiente, e é de 2014 a 2022, não tem uma referência distante à qualidade do ar.
3990 Então, isso resume o que é, institucionalmente, a posição para esse tema. Para isso
3991 aqui, especificamente, a minha sugestão, eu concordo que tem que ter o
3992 embasamento para que você passe de uma fase para outra, independente de qual
3993 prazo vai ser para cada uma dessas. O que eu acho complexo, Letícia, é que na
3994 proposta nós colocamos um gatilho muito distante, eu acho que isso é uma coisa
3995 continuada, que nasce amanhã esse estudo, que não um estudo que vai levar depois
3996 da fase 1 cinco anos para ser iniciado. Entendeu, Rudolf? Se nós conseguíssemos
3997 colocar de pé a rede integrada de monitoramento da qualidade do ar, nós
3998 conseguíamos fazer isso, isso está fácil de fazer hoje. Nós temos que entender essa
3999 evolução, isso não depende de um mecanismo novo não, nós somos voluntários e
4000 nós conseguimos fazer isso aqui juntos, os Ministérios, os Estados e nosso, nós
4001 podemos ajudar nisso, seguramente. Isso nos ajudaria a ter essa visão de conjunto
4002 *pari passu*, ao longo do tempo, e num curto espaço do tempo avaliar essa evolução.
4003 Eu acho que nós temos que pensar um pouco nesse desenho, ao invés de deixar
4004 esse prazo lá na frente quando as coisas se assustam um pouco. A última coisa.
4005 Parece, então, aí eu vou devolver a bola para o Secretário, que eu nem conheço, que
4006 não adiantou muito olhar os Estados, porque voltamos sem nenhuma posição dos
4007 Estados.

4008

4009

4010 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Eu tenho uma dificuldade de entender como
4011 funcionaria a proposta, até foi levantada pelo Rio de Janeiro na prática. Se eu for
4012 colocar na Resolução um gatilho de que o estado tem que fazer uma análise dos seus
4013 dados para aceitar o padrão federal estabelecido em Resolução, há uma
4014 contrariedade clara... Só para... Isso é uma interpretação possível da fala, que
4015 disseram “não, se eu não avaliar o meu resultado estadual, eu posso ou não seguir o
4016 federal”, só para nós... Vocês vão ter oportunidade para dirimir essa dúvida, mas é
4017 uma interpretação possível do que foi falado. A outra questão é o seguinte, aqui, na
4018 proposta que nós estamos fazendo, nós estamos indo um pouco além, nós estamos
4019 colocando o compromisso de quando vai ser o gatilho para a Resolução ser revista,
4020 eu acho que isso independe do Governo, independe dessa agenda que está ali. Se
4021 estiver em Resolução aprovado por Plenária é uma condição, eu acho que isso tem
4022 muito mais valor do que uma questão administrativa de governo, enfim. Nós vamos
4023 acabar se delongando a mais nessa proposta, mas a questão aqui colocada é que, se
4024 for 9 ou 20 anos, como está sendo imponderada, mesmo assim nós vamos ter que
4025 ponderar em uma estratégia. E eu quero saber dos senhores, de todo mundo do
4026 grupo, de todas as intuições representadas aqui, qual seria essa estratégia para
4027 chegar a um padrão OMS de padrão de qualidade? Esse é o desafio.

4028

4029

4030 **SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – Nós entendemos, essa questão do gatilho, é uma
4031 questão que está sendo necessária pela questão da imposição de uma mudança
4032 compulsória do primeiro para o segundo. Nós entendemos que a política um é clara.
4033 Pode ser de 4 em 4 anos, pode ser de 5 em 5 anos a previsão de estudos
4034 apresentados em cima da rede de monitoramento, de resultados, com a
4035 implementação da minha política, o que está sendo monitorado para que seja
4036 avaliado. Os Estados mandam para o MMA, discute-se aqui dentro e o Conama, não
4037 somos nós, o Conama junto que vai definir se o Brasil é capaz ou não é capaz de
4038 mudar de uma para o outro. É simples. Então, não tem e desde o início nós
4039 defendemos isso. A única coisa que nós não podemos aceitar é uma mudança
4040 compulsória sem uma avaliação. Seria uma irresponsabilidade, da minha parte,
4041 assumir que eu não sei se cabe. Ou se eu vou botar meu Estado em uma situação de
4042 descumprimento, de ilegalidade, é simples.

4043

4044

4045 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Esclarecido.

4046

4047

4048 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Zamboni, eu queria só esclarecer. E
4049 é uma satisfação, para mim, a oportunidade de informá-los que o Ministério do Meio
4050 Ambiente e o Departamento de Qualidade Ambiental colocaram como metas no
4051 planejamento estratégico as nossas duas atividades aqui, a revisão do Pronar, com a
4052 entrega para o fim de 2014, inclusive nós nos comprometemos, arriscadamente dentro
4053 da instituição, porque colocamos como nossa uma meta que não é, exclusivamente,
4054 nossa, é uma meta que depende do Conama, nós não temos mandato exclusivo
4055 sobre ela. Contudo, nós nos arriscamos aqui dentro, na instituição, com as críticas
4056 que nós tivemos, inclusive, de estarmos assumindo compromisso no âmbito do
4057 planejamento estratégico, com algo que não caberia exclusivamente a nós, e
4058 colocamos a entrega do padrão de qualidade do ar para 2014. Nós colocamos,
4059 também, a revisão do Pronar para depois 2015, e colocamos, também, três
4060 programas do âmbito do Pronar, o Programa de Inventários, o Programa de
4061 Monitoramento, o Programa Nacional de Monitoramento, o Programa Nacional de
4062 Inventário e o Programa Nacional de estabelecer um Proconve, um programa análogo
4063 ao controle de fontes móveis, para fontes fixas, até 2022, ou seja, embora você não
4064 tenha sido acesso a esse detalhamento, porque o que está sendo divulgado do
4065 planejamento estratégico é, simplesmente, o resultado chamado “prevenção e
4066 controle da poluição”, que cruza com a agenda de segurança química, entre as
4067 agendas principais. O Ministério tem duas dimensões no seu planejamento, que é o
4068 que está sendo divulgado externamente, basicamente esse da agenda e esse que eu
4069 digo do resultado dentro do nosso resultado está completamente previsto e
4070 comprometido, inclusive com o compromisso, que nós não tínhamos tido condições de
4071 fazer anteriormente, de revisão de planejamento orçamentário, para incremento de
4072 recursos na ação de qualidade do ar, que hoje está praticamente zerada. Lembrem-se
4073 que o zero no orçamento não é, exclusivamente, uma definição do Ministério do Meio
4074 Ambiente, nos últimos anos as contingências acabaram levando, as contingências em

4075termos de orçamento, e a falta de mecanismos ou de vigor dos mecanismos
4076existentes para justificar o nosso pleito por mais orçamento. Contudo, conseguimos
4077emplacar isso no planejamento estratégico estabelecendo compromisso em relação a
4078esses dois temas, Pronar e padrões de qualidade do ar até 2022. Então, assim que
4079esse planejamento estratégico for espelhado para vocês na sua dimensão de
4080detalhamento, vocês vão poder ajudar a cobrar do Ministério do Meio Ambiente essas
4081entregas. Era esse o meu comentário. Obrigado.

4082

4083

4084**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós estamos lidando com um tema
4085que, assim como os Estados não tem gerência sobre a sua totalidade de fatores que
4086tem implicação nos seus resultados, nós, também, não temos nenhum poder sobre...
4087Ainda mais que haver uma mudança de governo, tanto aqui, como aí. Nós não
4088sabemos o que vai... Mas, eu volto a fazer o mesmo apelo que eu fiz no início da
4089reunião, o objetivo de nós tentarmos concluir esse texto é de termos uma proposta
4090limpa e encaminhada. Se a proposta continua no GT, ela vai ter uma dificuldade de
4091continuidade a partir da mudança das mudanças que estão por vir, se ela entra nas
4092Câmaras Técnicas, ela tem uma obrigação de cumprir prazo pelo regimento do
4093Conama. Teoricamente, pelo GT, eu posso ficar aqui 5 anos discutindo com vocês,
4094mas eu acho que não é um prazo que todos nós queremos que ele seja executado, eu
4095acho que ninguém quer ficar mais 4 anos discutindo essa proposta. Eu acho que a
4096única garantia que nós temos de continuidade é conseguir concluir esse texto e
4097encaminhá-lo da forma que for, e encaminhá-lo ao Conama, à Câmara Técnica,
4098perdão, o Conama já está, nós estamos no GT do Conama. Confesso que nós
4099estamos em um impasse, o que fazemos agora? Voltamos ao zero? Acabamos a
4100revisão? Entregamos esse texto em aberto? Eu só estou aqui coordenando, gente, eu
4101não estou aqui defendendo nada, quer dizer, a proposta que o Ministério do Meio
4102Ambiente tinha já colocou e foi devidamente apedrejada. Então, eu coloco para vocês.
4103Eu realmente... O meu desejo, agora, é dizer “os senhores podem voltar para casa” e
4104a Resolução continua a vigorar 03. É essa daí a minha proposta hoje.

4105

4106

4107**O SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – De forma nenhuma, eu acho que nós perdemos
4108tempo, eu acho que nós viemos efetivamente amadurecendo. É que é uma questão,
4109realmente, um pouco difícil. Existem desconfiças dos setores de lados, porque
4110passamos realmente, tinha uma Resolução Conama de 90 e a sociedade fala “foi feito
4111muito pouco, poucos resultados foram apresentados”, mas, hoje, eu acho que esse
4112grupo, que está aqui não está com essa disposição, acho que nós temos demonstrado
4113que estudamos a matéria, que estamos entendendo por onde que passa as
4114resoluções, e eu acho que temos uma proposta boa sim. Essa proposta é válida, ela é
4115sólida, estabelecendo prazos, sejam de 4 em 4 anos, seja de 5 em 5 anos, para
4116aplicação, para desenvolvimento de redes em estados, para levantamento de
4117inventários, para tudo que se precisa para você, efetivamente, fazer uma boa gestão
4118de qualidade do ar e, também, para avaliar os resultados que eu obtenho na minha
4119rede para saber se o estado, se o Brasil está apto de sair daquele valor para o valor
4120seguinte. Gente, meta são valores guias, são metas intermediárias para atender o

4121valor guia. Todos nós queremos o padrão, o Rio já demonstrou isso na sua política,
4122São Paulo na dele, quem já escreveu sua política tem demonstrado isso. Então, nós
4123temos um fator em comum? Sim. E com o resto da sociedade. Agora, o que não
4124podemos admitir, de novo, é uma compulsoriedade nessas mudanças sem eu saber o
4125resultado da minha rede. Então, como proposta, eu queria, eu acho que nós estamos
4126avançados, nós estamos desgastados, nós temos um impasse, talvez se as pessoas,
4127todos nós, fôssemos para casa, vamos pensar onde nós estamos, vamos agora
4128encarar essa realidade, que é esse impasse gerado, e reflitamos, à noite, para que
4129amanhã nós possamos começar o dia vendo se existe, efetivamente, uma
4130possibilidade de conciliação ou não. Mas, eu acho que simplesmente, entende, Zilda,
4131parar agora não seria o momento, compreendo o que você está falando, é realmente
4132frustrante.

4133

4134

4135**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Confesso que eu me desanimei ao
4136longo do dia.

4137

4138

4139**O SR. CARLOS (SEIA – RJ)** – Eu acho que nós temos, eu acho que hoje aqui, várias
4140coisas foram postas e foram faladas com verdade, de cada um dos setores que estão
4141aqui, os anseios da sociedade e de cada um de nós. Quem é técnico na área sabe
4142que o que foi exposto por ele é o mínimo que se pode fazer, e são os caminhos que
4143se tem, para você ter uma política sólida, que você possa, efetivamente, avançar e,
4144quicá, se não for em 9 anos, que seja em 15, e nós tenhamos, efetivamente, os
4145valores da OMS, que não são padrão, são valores guias. Então, o que eu peço é isso.
4146Nós botamos aqui, o Rio de Janeiro botou quais são os seus limites, as suas
4147impossibilidades, pelo que nós estamos sofrendo hoje, e, infelizmente, isso precisa
4148ser olhado com carinho. E qualquer Resolução que nos ajude, nos ajude a pensar
4149“nós estamos, aqui, aptos a, pelo menos, levar e acatar”. Mas eu acho que nós
4150chegamos em um caminho muito bom, que são essas verdades, verdades foram
4151colocadas aqui. Então, era isso que eu queria que as pessoas pensassem.

4152

4153

4154**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que nós podemos fazer o
4155seguinte, esse é um ponto central e, até coloquei, o que nós colocamos aqui
4156inicialmente, Zilda, corrobora muito com o que os Estados colocaram. Eu acho que
4157agora, é o seguinte, tem duas propostas, a missão do GT, sempre que possível, é
4158obter o consenso, quando nós não conseguimos o consenso quem determina e quem
4159aprova ou não aprova é a Câmara Técnica, eu acho que cabe nós destacarmos o
4160dissenso, tem a proposta dos Estados, eu posso colocar aqui que está muito próximo
4161ao que nós, da CNI, apresentamos, aquele prazo de 20 anos foi, simplesmente,
4162porque nós queríamos estabelecer um prazo, e foi dito que não poderia ficar sem
4163prazo, mas eu acho que pode cair, porque, na verdade, eu não quero estabelecer
4164uma sistemática de como o sistema vai funcionar, sistemática é a revisão baseada em
4165dados, eu acho que isso está claro para nós, nós podemos colocar isso em pauta
4166amanhã de manhã, colocar o dissenso, já escrever isso e vamos caminhando até

4167finalizar o texto. Não sei se conseguimos terminar tudo de manhã, mas acho que dá
4168para tentarmos estabelecer...

4169

4170

4171**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Se nós não conseguirmos terminar
4172amanhã, ela não consegue, minimamente, chegar às outras instâncias, na Câmara
4173Técnica e na Plenária, ainda esse ano.

4174

4175

4176**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Plenária eu acho complicado.
4177Achar que essa Resolução passe pela Câmara Técnica em uma única reunião, eu
4178acho que muito difícil. Eu acho que o cenário mais real, falando como Conselheiro, a
4179Mônica, acho que você, também, sabe e o Manara, é nós levarmos isso para a
4180Câmara Técnica ainda esse ano. Eu acho que isso, Zilda, é viável de ser feito. A
4181aprovação disso, a discussão, até porque, foi aquilo que eu falei antes, na verdade, eu
4182fiquei sabendo da proposta ontem, mas eu não tenho conhecimento técnico suficiente
4183para poder avaliar. O estado do Rio de Janeiro, aqui, uma demonstração do que é a
4184realidade, imagine os Estados que não fazem monitoramento, que não tem essa
4185informação, a dificuldade que vai ser isso. Então, é importante, sim, que haja esse
4186gatilho de avaliação para os Estados que estão aqui e os demais não se esqueçam
4187que isso, quando chegar na Plenária, esse assunto vai ser internalizado entre os
4188Estados da Abema, e eles vão ter essa insegurança que está tendo aqui. Então, acho
4189que dá para nós tentarmos cumprir o nosso papel de GT, de finalizar a Resolução
4190com os consensos e dissensos, é bom dizer que nós, aqui da CNI, abrimos mão de
4191várias coisas que foram colocadas, estamos em busca de uma alternativa. Eu vou
4192querer fazer amanhã, viu, Zilda, eu acho que temos que trabalhar, um pouco ainda, na
4193definição de padrão intermediário e padrão final, para nos dá uma segurança, mas
4194isso nós podemos tentar trabalhar e, se nós não conseguirmos trabalhar, aqui, nós
4195levamos para a Câmara Técnica, mas eu acho que dá para continuar, não precisa
4196parar não, pelo menos é o meu sentimento.

4197

4198

4199**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu acompanho, também, esse
4200sentimento de que devemos continuar, até intensificar o foco, adotar como foco essa
4201pacificação dos demais itens que não geram tanta turbulência, tanto dissenso, para,
4202quem sabe, amanhã ainda, se nós trabalharmos no período da manhã, e essa é a
4203proposta, esses demais pontos, como o Wanderley lembrou aqui, que têm pontos que
4204precisamos fechar, e no período da tarde centrarmos foco em uma possibilidade de
4205discussão sobre o cerne da questão do prazo. Desde a primeira reunião que já
4206apontamos a nossa posição contrária a inexistência de prazo, desde a primeira
4207reunião, isso não é fato novo. E entendo, também, e eu acredito que todos os demais
4208que nos acompanham nessas propostas, o Ministério da saúde, Ministério Público
4209Federal, Proam, sociedade civil, que não devemos perder essa oportunidade de
4210apresentar uma Resolução melhor, porque, nem que para isso tenhamos que ter mais
4211reuniões, sim. Eu acho que tentar fechar de qualquer jeito, do jeito que dá, e
4212arriscamos encaminhar uma Resolução, e essa Resolução, essa minuta de

4213Resolução, carregar esse pecado original, essa mácula que entendemos,
4214estabelecida desde o decreto paulista, que é a inexistência de prazo, nós teremos
4215perdido toda essa iniciativa, todo esse esforço, toda essa tentativa terá sido em vão,
4216se a questão do prazo não for definida. É uma questão que não abrimos mão.

4217

4218

4219**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu vou dar só um depoimento
4220pessoal para vocês. Eu trabalhei com o Ministério, em 2001, 2002, na construção de
4221uma proposta de Resolução sobre valores indicadores de qualidade do solo e áreas
4222contaminadas. Pois bem, essa proposta pegou a mudança de governo em 2003, ela
4223passou 6 anos engavetada, 6 anos ela pronta e engavetada. Não era mais prioridade,
4224as pessoas não... Era como se fosse, o regimento era outro, como se estivesse em
4225um Grupo de Trabalho, foi convocado, todos os Estados fizeram parte, todos foram
4226chamados, nem todos vieram, tinham, mais ou menos, 15 represento de órgãos
4227estaduais, nós fizemos algumas reuniões, aqui em Brasília, chamamos o Ministério da
4228Saúde, o Ministério de Minas e Energia, Ministério de Indústria e Comércio,
4229chamamos os órgãos de Governo, estadual e municipais. Construímos essa proposta,
4230até que, em um dia, eu confesso que eu estava no lugar certo e no momento certo, o
4231Vitor, que é do Rio de Janeiro, o Vitor Zveibil, era o nosso Secretário de Qualidade
4232Ambiental, ele virou para mim e disse “vem cá, mas eu lembro que tinha uma proposta
4233de qualidade do solo e áreas contaminadas”, eu disse “está em alguma gaveta da sua
4234secretaria”. “Como assim está em alguma gaveta?” “Olha, mudou o Governo, sem
4235mérito nenhum, não foi por mau, o troço ficou esquecido”. Aí, alguém lembrava, “não,
4236agora não vamos mexer com isso”, aí, um dia, eu virei pra ele e disse “tem, tem uma
4237proposta pronta, quem fez foi fulano, pergunta para tal pessoa que ela vai te
4238responder”. Uma semana depois essa proposta estava no Conama de volta. Se ele
4239tivesse perguntado para uma pessoa que não soubesse, talvez o troço ainda
4240continuasse engavetado, mas estava pronto. Então, assim, eu tenho, ‘cachorro
4241mordido de cobra tem medo de linguíça’, eu tenho um pouquinho de medo, porque já
4242passei por isso no passado. Então, eu acho que assim, as mudanças, elas são
4243profícuas para renovação, mas, às vezes, você acaba esquecendo algumas coisas
4244que estão em construção. É só nesse sentido. Vamos fazer o seguinte, vamos dar
4245um... Chega de discursos.

4246

4247

4248**A SRª. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (MMA)** – Eu preciso só complementar. Eu
4249queria lembrar que, nesse sentido que a Zilda colocou, a Ministra em um mandato,
4250que se encerra daqui a alguns dias, manifestou, para todos vocês, na reunião do
4251Conama, a vontade política e nos deu a atribuição, nós do departamento de qualidade
4252ambiental, de emprendermos essa revisão do Pronar nessa gestão. Então, eu
4253queria, realmente, dizer que vontade política, nesse momento, não é o que nos falta,
4254não é o problema. Nós estamos com mandato, e com a contribuição e com o dever,
4255nós do departamento, por isso o nosso esforço entre as duas sessões, e nós estamos
4256com a vontade política manifestada para todos vocês na reunião do Conama. Então,
4257realmente, eu gostaria que levassem para casa isso como ponderação, sobre a
4258pertinência de empurrar isso para um prazo de... O ótimo é o inimigo do bom. Nesse

4259 caso, eu temo que nós, na busca de uma perfeição, percamos uma oportunidade
4260 importante. E o nada é o inimigo, porque, o fato é o seguinte, isso nos daria mandato,
4261 revigoraria o nosso mandato, como Governo Federal, para trabalharmos nessa
4262 agenda. Eu temo, honestamente, que sem o avanço, nós fiquemos exatamente onde
4263 nós estávamos em 99.

4264

4265

4266 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom, eu faço uma provocação a
4267 todos, mas, principalmente, ao Rio de Janeiro. Uma provocação boa, no bom sentido.
4268 Que se você puder tentar construir alguma ideia, não estou dizendo que isso vai ser
4269 aprovado aqui, mas pode trazer para reunião de amanhã alguma coisa que contemple
4270 essa... Porque, eu acho que nessa proposta o que Ministério colocou, ele não
4271 contemplou essa revisão que vocês estão querendo. Talvez nós montemos um
4272 escalonamento, se isso é possível de ser aceito pelos outros pares, pensar em
4273 alguma ideia que possa ajudar na construção de um texto. Eu, agora, estou
4274 preocupada com o texto, porque eu não posso apresentar ideias na Câmara Técnica,
4275 eu tenho que apresentar um texto. Então, é essa a minha preocupação. Amanhã nós
4276 nos debruçarmos sobre um texto, aí, eu sugeriria, nós podemos marcar, mais ou
4277 menos, 8h30m, 8h45m, para começar até umas 9 horas. Se até umas 9 horas nós
4278 conseguirmos, pontualmente, iniciar ótimo. 15 minutos para às 9 horas. Exatamente.
4279 Está bom, gente? Obrigado. Boa noite.